

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E A LÓGICA DE
REPRODUÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O EXEMPLO DO
MUNICÍPIO DE TURVO/SC**

João Marcos Minatto

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Walquíria Krüger Corrêa

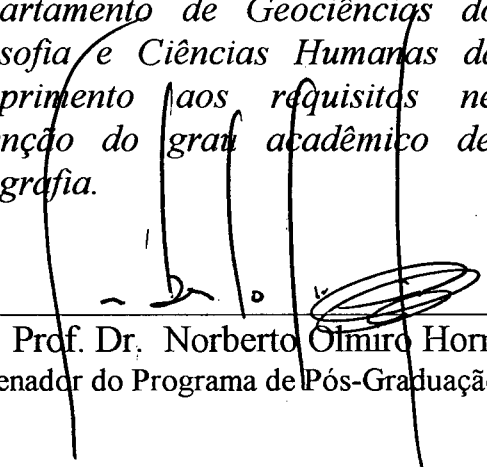
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

**Florianópolis – Santa Catarina
2001**

"As transformações no espaço agrário e a lógica de reprodução na agricultura familiar: o exemplo do município de Turvo/SC".

João Marcos Minatto

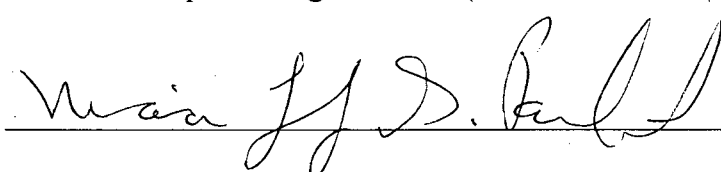
Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, área de concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Mestre em Geografia.


Prof. Dr. Norberto Otimiro Horn Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 29/06/2001



Dra. Walquíria Krüger Corrêa (Presidente-Orientadora-UFSC)



Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo (Membro-UFSC)



Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa (Membro-UFUberlândia)

Florianópolis - 2001

AGRADECIMENTOS

O trabalho de mestrado é uma atividade que exige do pesquisador uma grande espontaneidade sobre aquilo que está sendo proposto. Inúmeras foram as pessoas que me incentivaram e acompanharam nessa jornada. A todas deixo aqui o meu eterno agradecimento, especialmente:

Aos meus pais, Valdemar e Irma, que, muitas vezes, deixaram de realizar seus sonhos, para ver o de seus filhos realizados;

À minha esposa, Digelaine, pela compreensão e estímulo no decorrer do curso, e à minha filha, Diana, que, desde pequena, aprendeu a fundamental importância dos estudos, mesmo que, em muitos momentos, tenhamos que renunciar do convívio familiar;

À professora Walquíria Krüger Corrêa, meus mais sinceros agradecimentos, pela orientação e aprendizado proporcionados nas disciplinas, palestras e viagens de campo realizadas no decorrer do curso. A realização deste trabalho somente se tornou possível pela dedicação da orientadora;

Aos professores, Celito José Israel e Roland Luiz Pizzolatti, pelo apoio e sugestões apresentadas;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, especialmente a Josel Machado Corrêa, Marcos Antônio Frangiotti, Sandra de Arruda Furtado, Margarete Afêche Pimenta, Maria Dolores Buss e Luiz Fernando Scheibe;

Aos colegas do curso, em especial a Maurício Alves, Rosângela, Lisani, Noeli Pertile, Janete Alano, Paulo Jonas Grando, Max Bilck, Jaqueline Elicher, Sérgio Lösh e Carlos Henrique;

À Direção do CFH, professora Joana Maria Pedro e ao professor João Eduardo Pinto Basto Lupi, por ter concedido o meu afastamento para a realização do mestrado, assim como pelo apoio para que pudesse participar de congressos;

A todos os técnico-administrativos do CFH, em especial a Rossane Sucupira, Valmir Volpato e Marli Terezinha Costa, pela cordialidade que sempre me dedicaram;

Aos integrantes da EPAGRI de Turvo; Jane, Sérgio, Marcos, Nelice e Renato, pela cordial atenção dispensada durante as viagens de estudos e entrevistas realizadas;

Aos integrantes da Cooperativa local, especialmente à Marta, Herlon e Flávio Marcon, pela constante disponibilidade;

Aos funcionários da Prefeitura, especialmente a Heriberto Schmidt, por ter disponibilizado os materiais relativos ao município;

Aos funcionários do IBGE/FPOLIS, pela presteza em disponibilizar os dados estatísticos - Censos Demográficos, Agrícola e Agropecuários;

Aos agricultores de Turvo, que tão gentilmente interromperam seus trabalhos para auxiliar-me na compreensão da realidade local.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	vi
Lista de Figuras	vii
Lista de Fotos	viii
Lista de Siglas e Abreviaturas	ix
Resumo	x
Abstract	xi
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA NO BRASIL	18
CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO SUL DE SANTA CATARINA	33
2.1 A imigração italiana e a ocupação do território no extremo sul-catarinense	33
2.2 A formação socioespacial de Turvo	40
CAPÍTULO 3 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM TURVO	56
3.1 Distribuição da terra e condição do produtor	56
3.2 Uso da terra	59
3.3 Tecnologia de produção	68
3.4 As relações de trabalho	73
CAPÍTULO 4 - AGRICULTURA FAMILIAR: A LÓGICA DA REPRODUÇÃO NO FINAL DOS ANOS 90	77
4.1 Caracterização do espaço agrário	77
4.2 As especializações de mercado e a produção de subsistência: a organização da produção	80
4.3 A rizipiscicultura: uma alternativa para a agricultura familiar	98
4.4 O trabalho familiar	100
4.5. A relação com o mercado	104
4.6 As políticas públicas e a necessidade de novas alternativas	113
4.7 As perspectivas da unidade agrícola	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
ANEXOS	134

LISTA DE TABELAS

1. Distribuição da população em Turvo/SC: 1960-1995/96	54
2. Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais (%) Turvo: 1970-1995/96	58
3. Condição do produtor, segundo a propriedade da terra (%) - Turvo: 1970-1995/96	58
4. Principais produtos cultivados: área (hectares) e produção (toneladas) - Turvo : 1970- 1995/96.....	63
5. Efetivo da pecuária bovina em Turvo: 1970-1995/96	67
6. Turvo - número de tratores de quatro rodas: 1970-1995/96	68
7. Turvo - uso de fertilizantes e defensivos na agricultura (%)em relação aos estabelecimentos rurais: 1970-1995/96	73

LISTA DE FIGURAS

1. Localização geográfica da área de estudo	22
2. Relevo do município de Turvo	42
3. Uso da terra em Turvo (%): 1970 - 1995/96	61
4. Turvo: distribuição da mão-de-obra ocupada no setor agropecuário (%): 1970-1995/96	75

LISTA DE FOTOS

1. Equipamentos da “indústria doméstica”	51
2. Equipamentos da “indústria doméstica”	52
3. Vista parcial do núcleo urbano de Turvo, na década de 40	53
4. O trator: um indicador de modernização da Agricultura	70
5. Vista parcial de uma propriedade especializada no cultivo do arroz irrigado	78
6. Vista parcial de uma propriedade em Morro Chato	79
7. Aplicação de defensivos na lavoura de fumo	84
8. A tração animal na lavoura de fumo (a).....	85
A tração animal na lavoura de fumo (b).....	86
9. Estufas desativadas	88
10. Criação especializada de frango de corte	91
11. Criação especializada de suínos	93
12. Pecuária rústica e estufa de fumo	97
13. Rizipiscicultura	98
14. A mecanização da colheita do arroz	101
15. Mutirão na despesca da rizipiscicultura	104

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

1. CAI – Complexo Agroindustrial.
2. CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de SC.
3. COOPERSULCA – Cooperativa Regional Agropecuária Sul-Catarinense Ltda.
4. EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
5. EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
6. FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e à Agricultura.
7. FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos.
8. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
9. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
10. Ha – Hectares.
11. NPK – Nitrogênio, Fósforo e Potássio.
12. PED – Programa Estratégico de Desenvolvimento.
13. PMDR – Plano Municipal de Desenvolvimento Rural.
14. PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
15. PROVARZEAS – Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis.
16. SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural.
17. T – Toneladas.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as transformações ocorridas no espaço agrário do município de Turvo, a partir da modernização tecnológica na agricultura e os reflexos na organização sócioespacial e econômica da produção familiar, no final dos anos 90. A área em questão, localiza-se no Sul de Santa Catarina e tem sua base econômica fundamentada nas atividades agropecuárias, exploradas em pequenas unidades fundiárias com mão-de-obra familiar. Com a difusão da modernização tecnológica na agricultura, ocorreram significativas transformações na estrutura fundiária, no uso da terra, nas técnicas de produção e nas relações de trabalho. A base produtiva foi alterada e se desenvolveram atividades agrícolas especializadas para o suprimento do mercado. No processo, Turvo se tornou espaço para a realização ampliada do capital. As explorações familiares absorveram pacotes tecnológicos e isso redefiniu as relações internas e externas das unidades de produção. O processo foi comandado por dois agentes: cooperativa e agroindústrias que atuam no local, mas os mecanismos financeiros foram propiciados pelo Estado. No final dos anos 90, estavam consolidadas várias especializações agrícolas: arroz irrigado (principal cultivo), fumo, suínos e aves, exploradas com insumos industriais. Além disso, a rizipiscicultura, que dispensa o uso de insumos químicos, passou a ganhar espaço e tendencialmente vem se constituindo como uma alternativa economicamente viável. Mas, a lógica de reprodução do segmento familiar tradicionalmente indica a revitalização da diversificação das atividades agropecuárias, tanto para abastecer o mercado quanto para o autoconsumo do grupo familiar.

ABSTRACT

This study was carried out in order to analyze some changes in agricultural sector that occurred in the city of Turvo at Santa Catarina State/Brazil. It was analyzed the familiar agro-production in the 90's, emphasizing specially the last years of this period. The economical basis of Turvo's region is agriculture and meat production, which are explored mainly by small foundry units using the familiar work force. Due to technological advancements, "technological packages", the basis of production was change into an well specialized agricultural activity regarding to the optimization use of soil exploitation, intense work relationship, and supplying markets with new goods and larger production. In this context, Turvo City has achieved an important position in Santa Catarina State. Two main factors are responsible to these changes in this process: The local industries and the "cooperativa", in both cases the financial support came from the State Governor. By the end of the 90's, a new concept of agriculture was strongly established, such as the implantation of irrigation mechanisms in rice plantation, the main agricultural product in this region, and tobacco, meat production (pigs and poultry). Furthermore, the rice production mixed with pisciculture, a type of optimization in production that dispense the use of chemical agents, has strongly increased in the last years as alternative method for improving the efficiency of work. By comparisons of ways of life in this region, we conclude that Turvo's inhabitants exhibited a tendency to engage in more and strong diversification in agropecuary, a type of activity which was introduced since many years ago by the Italian immigrants.

INTRODUÇÃO

As transformações recentes que se processaram no espaço agrário brasileiro estão relacionadas com a modernização tecnológica difundida na agricultura, a partir da década de 1960. No processo, as atividades agrícolas (cultivo e criação) se especializaram, e passaram a fazer uso de maquinarias, insumos químicos, sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação e drenagem, raças de alta linhagem, rações e produtos veterinários, dentre outros. Esses fatores provocaram uma mudança radical na estrutura de produção agropecuária.

A tecnificação do sistema de produção agropecuário certamente beneficiou o setor industrial do país, haja vista o aumento significativo da demanda por maquinarias e insumos químicos – da indústria para a agricultura –, que passaram a ser produzidos internamente.

Nos termos de MARTINE e BESKOV (1987), com a difusão da modernização, as atividades agropecuárias passaram a exercer uma função importante, não apenas como produtoras de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial, no que se refere às máquinas e, posteriormente, de outros insumos agrícolas. Ganham destaque as culturas destinadas à exportação e/ou às agroindústrias e capazes de gerar maior demanda por maquinaria e insumos agrícolas.

A participação do Estado foi fundamental na viabilização do processo de modernização das atividades agropecuárias, ao instituir linhas de crédito subsidiadas por intermédio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), institucionalizado pelo Decreto N.58.380/1966, para determinados produtos e classes de proprietários, favorecendo alguns interesses rurais e industriais, aí incluídas as agroindústrias e cooperativas.

É oportuno salientar que, o SNCR, foi um mecanismo de financiamento seletivo, beneficiando prioritariamente os médios e grandes proprietários, excluindo os parceiros, meeiros, arrendatários e outros produtores familiares.

A exclusão da concessão de benefícios aos não detentores da propriedade da terra ou a outros que, por determinadas razões, não possuíam as condições preestabelecidas pelo SNCR, acentuou as desigualdades econômicas. Esse fator, em grande medida, contribuiu para o fenômeno do êxodo rural intensificado no país, sobretudo durante as décadas de 70 e 80.

A intensificação da demanda por insumos industriais no processo de produção agropecuária e o fornecimento de matérias-primas – de origem agrícola – às indústrias de transformação, resultaram na constituição e consolidação do complexo agroindustrial - CAI.

A modernização tecnológica da agricultura brasileira, também alcançou o município de Turvo, localizado no Sul de Santa Catarina. As características naturais da área, conjugadas aos aspectos da estrutura agrária – pequenas unidades fundiárias e mão-de-obra familiar – favoreceram as atividades especializadas para suprimento do mercado, destacando-se os cultivos de arroz irrigado, fumo e milho. Na criação se sobressaem suínos e aves.

A lavoura do arroz ganhou atenção especial através de financiamentos subsidiados pelo Estado, concedidos pelo Programa Nacional para Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis – PROVARZEAS –, institucionalizado pelo Decreto N.º 86.146, de 23 de junho de 1981, num acordo binacional entre Brasil e Alemanha. Conforme relatórios do PROVARZEAS – Ministério da Agricultura (1985), o programa tinha por objetivo, *“Aumentar a produção agropecuária através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo(...), gerar excedentes exportáveis...”*.

Ao se especializar, o produtor familiar de Turvo rompeu a auto-suficiência e intensificou suas relações com o capital urbano industrial, tornando-se cada vez mais dependente e atrelado aos mecanismos estruturais do mercado. Esse fato se configurou nas diferentes regiões do país, e as mudanças ocorridas na produção familiar podem ser observadas em outros aspectos os quais são lembrados com propriedade por GRAZIANO DA SILVA (1982) que assinala aspectos relativos à obtenção dos meios de vida, na compra de insumos para produção, os instrumentos de trabalho e da própria terra, e na venda crescente das mercadorias.

A partir destas considerações, formularam-se alguns questionamentos que serão respondidos no decorrer do trabalho: (1) que transformações estruturais ocorreram no espaço agrário de Turvo a partir da difusão da modernização tecnológica na agricultura? (2) Quais foram os principais agentes de mudanças? e (3) qual é o perfil da agricultura familiar no final dos anos 90?

A pesquisa teve como objetivo geral, analisar as transformações ocorridas no espaço agrário de Turvo a partir da modernização da agricultura e os reflexos na organização socioespacial da produção familiar no final dos anos 90.

Os objetivos específicos que orientaram o trabalho foram: (1) analisar as transformações estruturais ocorridas no espaço agrário de Turvo, focalizando aspectos da estrutura fundiária, uso da terra, tecnologia de produção e relações de trabalho; (2) entender o histórico e analisar o papel da cooperativa e das agroindústrias na (re)organização do espaço agrário; (3) mostrar o perfil da lógica de funcionamento da agricultura familiar no final dos anos 90.

Para orientar a busca de respostas aos questionamentos expostos, torna-se oportuno delimitar e explicar o que se entende por agricultura ou produção familiar – objeto de pesquisa.

Os agricultores familiares não constituem um grupo social homogêneo; diferenciando-se em vários aspectos, como por exemplo: forma de organizar a produção, área de exploração e grau de modernização. Desse modo, para entender a estrutura de funcionamento das unidades de produção familiar, recorreu-se a LAMARCHE (1998, p.61-89), que prioriza as lógicas familiares e o grau de dependência externa para analisar a organização da produção agrícola¹.

¹ Muito embora Lamarche (1998) tenha identificado quatro modelos teóricos de estabelecimentos, os quais podem ser definidos a partir das lógicas familiares (empresa, empresa familiar, agricultura camponesa e de subsistência e agricultura familiar moderna), optou-se por não fazer essa classificação no presente estudo.

Estes fatores explicam o modo de funcionamento das unidades de produção familiar e eles são fundamentais para o entendimento da lógica de organização interna do segmento familiar no município de Turvo.

A FAO e o INCRA, (1996) definiram a agricultura familiar com base em três características: 1) a gerência da propriedade é realizada pela família; 2) a maior parcela do trabalho é fornecida pelos membros do grupo familiar e, 3) a propriedade dos meios de produção (às vezes, com exceção da terra) pertence à família. Estes aspectos são encontrados no município de Turvo. Assim, portanto, eles servem como referência para caracterizar o objeto de estudo.

Para responder os questionamentos e alcançar os objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

No primeiro, foi efetuado um levantamento bibliográfico sobre: problemática da modernização, agricultura familiar e área de pesquisa. Nesse sentido, contribuíram os acervos de várias bibliotecas: UFSC (Central), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Setorial), Centro de Ciências Agrárias e Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI.

O segundo, constituiu-se no levantamento de dados e informações junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Cooperativa Regional Agropecuária Sul Catarinense Ltda (sediada em Turvo), Casa da Cultura de Turvo, EPAGRI/local e Secretaria Municipal da Agricultura.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – realizado pela EPAGRI, CIDASC, Secretaria Municipal de Agricultura, Cooperativa e Sindicato dos trabalhadores rurais, também contribuiu para a compreensão da realidade local, servindo de subsídio para o trabalho.

Por último, foram realizadas entrevistas com os agricultores.

Para selecionar o objeto de pesquisa (produtores familiares), no plano empírico, foram usados como critérios: (1) as propriedades com estrato de área de —I 50 ha; (2) que a

direção dos trabalhos fosse exercida pelo produtor proprietário e, (3) que a exploração fosse efetuada predominantemente por mão-de-obra familiar. A escolha foi ocasional.

Turvo possui 20 comunidades rurais, entretanto, as entrevistas foram realizadas em duas: São Peregrino e Morro Chato. Para a escolha, foi usado como critério a diversidade de características, ou seja, especializações diferenciadas: rizicultura, fumicultura, avicultura, pecuária e outras lavouras.

As entrevistas foram conduzidas tendo por base um roteiro de perguntas semi-estruturadas que versaram sobre: (1) características do imóvel e condição do produtor; (2) infraestrutura de trabalho e nível tecnológico; (3) características da produção; (4) o trabalho familiar, (5) comercialização e renda da produção; (6) organização sociopolítica e uso de serviços locais e (7) perspectivas da unidade agrícola (Anexo 1).

Num primeiro momento, efetuou-se um pré-teste entrevistando três agricultores. Posteriormente, feitos os ajustes necessários, foram realizadas as entrevistas definitivas. Foram feitas 24 entrevistas, durante o primeiro semestre de 2000, e elas foram interrompidas quando se tornaram repetitivas.

Após a realização das entrevistas, as demais comunidades foram percorridas, para observar e conversar com outras famílias, oportunidade em que se constatou que a escolha expressava a diversidade da agricultura familiar local. Nesse momento, também foram entrevistados alguns filhos de colonizadores, além do presidente da Coopersulca e profissionais da EPAGRI.

O presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro resgata as transformações recentes da agricultura brasileira, enfatizando o projeto de modernização tecnológica, sua difusão, os mecanismos de viabilização como o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR e a inserção da agricultura familiar.

O segundo capítulo mostra que o processo de ocupação do espaço agrário no Sul de Santa Catarina, inserindo o município de Turvo, se formou uma camada social de pequenos proprietários rurais. Nessa área, instalaram-se imigrantes colonos italianos, os quais imprimiram sua cultura e técnicas, expressos na forma de organizar o espaço. Resgata dificuldades da colonização e a diversificação da produção, tanto no que diz respeito às lavouras quanto na criação.

O terceiro capítulo apresenta as transformações ocorridas no espaço agrário de Turvo, focalizando aspectos relativos à estrutura fundiária, uso da terra, relações de trabalho e tecnologia de produção. Os indicadores foram coletados no IBGE, recenseamentos agropecuários, no intervalo de 1970 - 95/96. Constatou-se que a modernização tecnológica difundida na agricultura nacional também alcançou Turvo, provocando mudanças na estrutura de produção agrícola. As explorações familiares se especializaram e absorveram pacotes tecnológicos, alterando-se as relações internas nas unidades de produção, cujo processo foi comandado pela ação da cooperativa e das agroindústrias que atuam no local. Mas foi o Estado que proporcionou os mecanismos financeiros. No processo, as relações externas também foram alteradas.

O quarto capítulo mostra os resultados da pesquisa de campo. Aborda a lógica de reprodução na agricultura familiar nos anos 90. Destaca as atividades especializadas (lavouras e criação) e a importância da produção de subsistência para o autoconsumo. Aponta a rizipiscicultura como uma alternativa econômica para o produtor familiar, a qual não usa insumos industriais e com isso, diminuem os custos de produção. Mostra ainda a dinâmica do trabalho familiar, a relação com o mercado e as perspectivas futuras do agricultor familiar de Turvo.

CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA AGRICULTURA NO BRASIL²

No processo desenvolvimentista da economia brasileira, a partir da década de 1960, foram instaladas no Brasil as fábricas de máquinas e insumos agrícolas, como por exemplo, as indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, dentre outros. Até àquele momento, a demanda de maquinários agrícolas era suprida pelas importações. Evidentemente, foi a implantação da indústria pesada no país (1950), tais como, a petroquímica e a siderurgia, que possibilitou a instalação das indústrias produtoras de bens para a agricultura. A partir daí, segundo MÜLLER (1989, p.32),

... não restavam dúvidas de que a economia estava submetida nacionalmente à dinâmica industrial e, por outro lado, a forma tradicional de produzir no campo revelava seus limites(...), o importante a assinalar é que a ultrapassagem destes limites não foi efetuada do ângulo das especificidades agrárias regionais, mas de acordo com os interesses dominantes(...). Vale dizer, interesses dominantes nos subsetores industriais que têm na agricultura seus mercados compradores: tratores agrícolas; máquinas e implementos agrícolas; inseticidas, fungicidas e pesticidas; adubos, fertilizantes e corretivos; produtos farmacêuticos, veterinários, rações e alimentos para animais.

Como relembra DELGADO (1985), o processo de modernização agropecuária brasileira intensificou-se a partir de meados da década de 60, e mais especificamente na década de 70, quando elevaram-se os índices de tratorização e o consumo de NPK, estimulados e facilitados pela ação governamental. Para isso, o Estado institucionalizou o Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR³ (1965), concedendo empréstimos a juros altamente subsidiados com a finalidade de incentivar a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos – da indústria para a

² A terminologia modernização tecnológica da agricultura usada nesta proposta possui significado equivalente à mudança nas técnicas de produção. Além disso, compactuando com Tedesco (1999,p.110), incorpora-se às relações sociais ou às formas de trabalho envolvidas no processo produtivo.

³ O crédito oficial para a agricultura durante o ano de 1976, foi oferecido a uma taxa de juros de 15% a.a. e, em casos de projetos especiais, foi concedido num percentual entre 15 a 0%, numa economia onde a inflação foi de 46%a.a. (Sorj, 1980).

agricultura –, acelerando, desta forma, a incorporação das modernas tecnologias na agricultura nacional.

Portanto, o principal fator que viabilizou a implantação do modelo agrícola, centrado na modernização tecnológica, foi o SNCR. Muito embora este mecanismo da política econômica, que viabilizou a tecnificação e utilização de insumos químicos para aumentar a produtividade dos cultivos agrícolas, pareça ser apenas um privilégio do setor agrícola, não deixa de ser também um crédito ao consumidor, de forma semelhante a outros financiamentos existentes no país.

— Assim, de um lado, transformaram-se as relações de produção no campo. Com as novas tecnologias, aumentou a produção de alimentos e de matérias-primas agrícolas, possibilitando abastecer não só o mercado urbano-industrial nacional, como também o mercado externo.

Por outro lado, o setor agropecuário aumentou a demanda de maquinarias, equipamentos e insumos químicos, o que resultou na industrialização da agricultura. Segundo KAGEYAMA et. al. (1990, p:113-114), a industrialização,

...envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em “interação com natureza” como se esta fosse o seu “laboratório natural”. Trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha a seu alcance, quase sempre produzidos em sua própria propriedade. A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção; para produzir ela depende de insumos que recebe de determinadas indústrias; e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação.

À medida que se intensificaram a compra e a venda dos produtos, o capital urbano-industrial expandiu-se no meio rural. Como a acumulação capitalista estava atrelada às transformações da base produtiva da agricultura, segundo ROMEIRO (1998, p. 162) “à medida que a grande indústria se desenvolve, ela provoca uma revolução equivalente na agricultura...”.

Tanto para WANDERLEY (1985), quanto para AGUIAR (1986), a política agrícola nacional difundida a partir de meados da década de 60, objetivava acelerar o processo da modernização da agricultura para atender os interesses expansionistas do capital, representado por indústrias de maquinarias, insumos químicos e agroindústrias processadoras de matérias-primas agrícolas.

Cabe ainda ressaltar, que até a década de 60 houve um significativo aumento na produção de alimentos básicos (arroz, feijão e mandioca), destinados ao abastecimento do mercado interno. Como relembra AGUIAR (1986, p.77): *“no período 1960-69, as culturas alimentares apresentaram performances bem superiores ao crescimento médio anual da população”*. Mas, após este período, a agricultura de abastecimento sofreu sérios prejuízos e, dentre as causas, destacam-se os privilégios concedidos pelo Estado – financiamentos e assistência técnica – direcionados a determinadas regiões, produtos e categoria de produtores. Além disso, naquele período, a elevação dos preços de determinados produtos agrícolas no mercado internacional, estimulava a substituição daqueles que não estavam no rol de maior demanda do mercado externo. O caso da soja, explica bem a questão.

A década de 70 *“marca o pico do processo de modernização da nossa agricultura, o valor da produção agropecuária por hectare explorado nos estabelecimentos de menos de 50 ha. era de dez vezes maior do que nos estabelecimentos de mais de 1.000 ha. E quase quatro vezes maior que a média de todos os estabelecimentos.”*(GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.157). Entretanto, cabe salientar que esta modernização foi responsável pelo maior êxodo rural da história brasileira. De acordo com MARTINE (1987, p.59): durante a década de 70, *“quase 16 milhões de pessoas deixaram uma residência rural para ir morar nas cidades”* e instalando-se em áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

A realidade mostra que, apesar do expressivo desenvolvimento urbano-industrial alcançado pelo Brasil, aquele setor não foi capaz de absorver produtivamente toda a população

expulsa do campo. A marginalização econômica tem provocado graves problemas sociais. Além disso, há de se considerar que o Brasil possui um dos menores salários mínimos do mundo. O baixo poder aquisitivo, de uma significativa parcela da população, resultou em níveis precários de sobrevivência, e isto se expressa na pobreza. Ressalte-se que esta parcela da população não usufrui dos benefícios (educação, saúde, lazer) oferecidos pela urbanização do país, resultando em marginalização social.

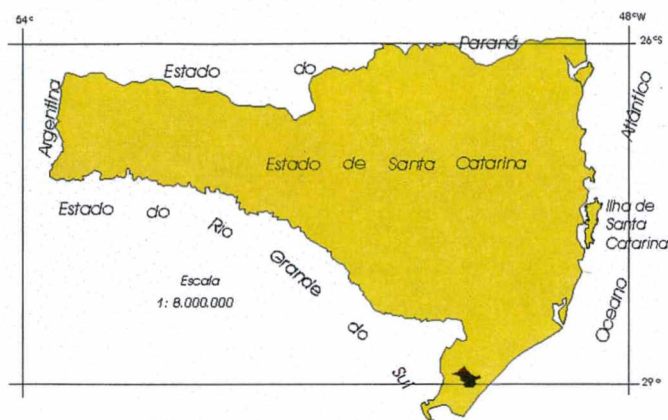
Ao comentar sobre os efeitos da modernização da agricultura, FERREIRA e ZANONI (1998, p.20-21), destacam que:

...o aumento dos desequilíbrios regionais, resultado do caráter espacialmente desigual tanto dessa modernização como do processo de industrialização, a mudança nas formas de trabalho nos estabelecimentos modernizados e as dificuldades de reprodução social de pequenos agricultores familiares na atividade agrícola levaram um contingente populacional às grandes cidades muito acima das demandas urbanas em termos de mão-de-obra.

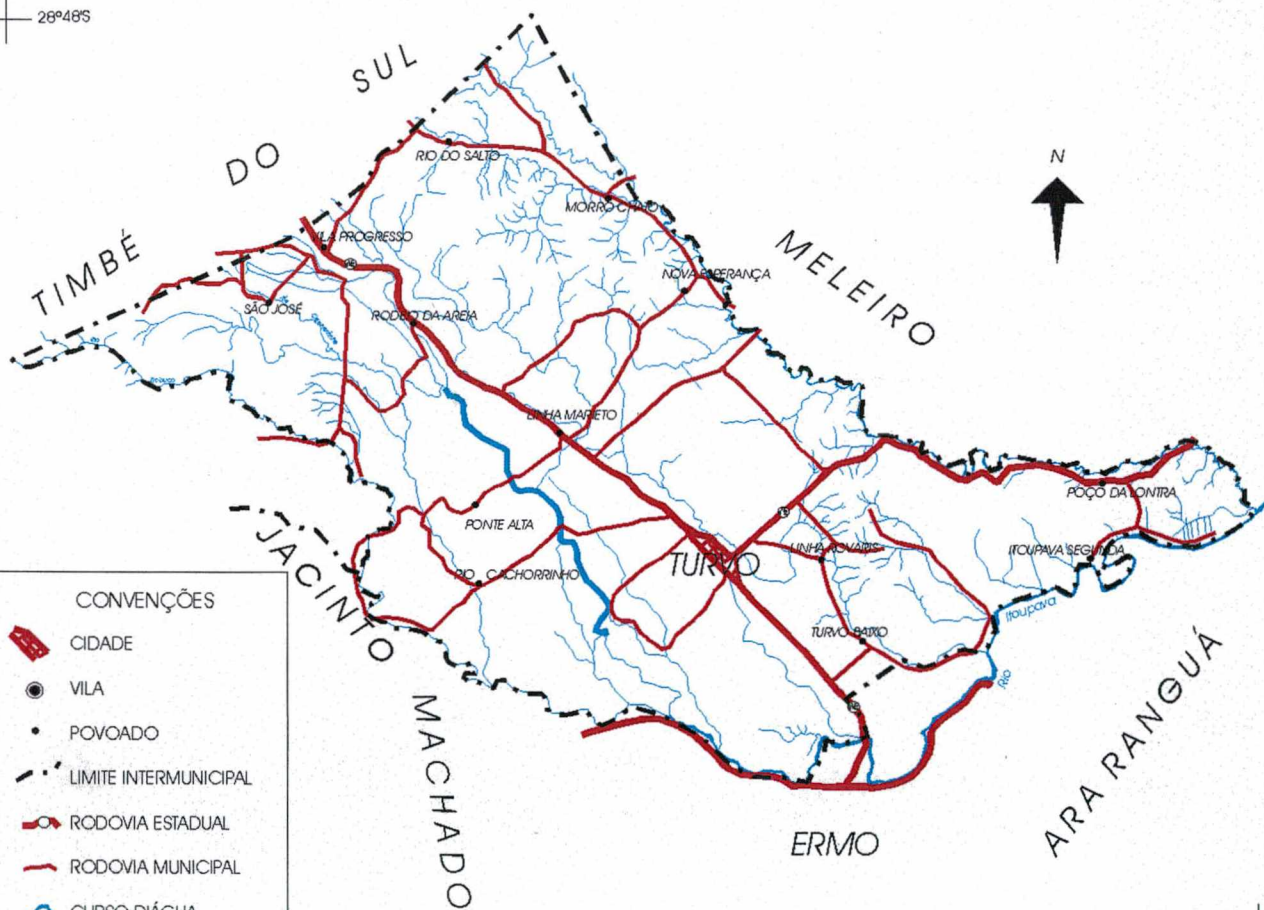
No processo, ampliou a concentração de terras e o crédito rural, beneficiou, prioritariamente, os grandes e médios estabelecimentos rurais, não contemplando a maioria dos pequenos estabelecimentos explorados com mão-de-obra familiar, aí incluídos arrendatários, parceiros e ocupantes.

Mas há exceções, a modernização tecnológica também foi difundida na agricultura familiar. Em Santa Catarina, e particularmente no Sul do Estado, onde se localiza o município de Turvo, (figura 1), os produtores familiares especializaram-se nos cultivos do arroz, fumo, e na criação de aves e suínos, incorporando os pacotes tecnológicos industriais.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TURVO



50°52'W
28°48'S



CONVENÇÕES

- CIDADE
- VILA
- POVOADO
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- RODOVIA ESTADUAL
- RODOVIA MUNICIPAL
- CURSO D'ÁGUA

ESCALA

29°01'S
50°32'12"W

Adaptado de: Município de Turvo, 1:50.000, 1984, Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado de Desenvolvimento econômico e de Integração ao Mercosul
Diretoria de Geografia e Estatística

Organização e arte Orlando Ednei Ferretti orla@cfh.ufsc.br

A rizicultura, em particular, expandiu-se de forma notável, incorporou tecnologias modernas, aumentou consideravelmente a produtividade cumprindo as exigências e determinações impostas pelo mercado. Neste sentido, a expansão do cultivo do arroz em Turvo, está associada aos benefícios concedidos pelas políticas públicas. A rizicultura garantiu a reprodução e ampliação do capital urbano-industrial.

O arroz é considerado um produto de amplo consumo em âmbito mundial, principalmente nos países do Terceiro Mundo. O pacote tecnológico da revolução verde, financiado pelo grupo Rockfeller, difundido por grandes empresas dos Estados Unidos, dispensou ao arroz uma atenção especial, sendo incorporado pelo poder público no Brasil. O desenvolvimento de pesquisas, o crédito subsidiado, a incorporação de tecnologias na produção e assistência técnica, garantiram a expansão daquele cereal.

À medida que o capital urbano-industrial se expandiu no espaço agrário de Turvo, modificaram-se as características das explorações agrícolas familiares que incorporaram o progresso técnico. Outras, pelos motivos já referidos, foram marginalizadas da esfera produtiva. Evidentemente, o Estado teve um papel fundamental na consolidação deste cenário. Ou seja:

Embora a política creditícia do Governo tenha favorecido particularmente os grandes proprietários, camadas de médios e pequenos produtores, especialmente em regiões com certo desenvolvimento das forças produtivas, se favoreceram igualmente da política estatal. Em compensação, nas regiões mais atrasadas, onde os pequenos produtores têm baixíssimos níveis de acumulação e se concentram geralmente encapuzados pelo latifúndio, o crédito agrícola se destinou na maioria das vezes aos grandes proprietários. A política do Governo de favorecimento à modernização agrícola não é orientada diretamente para a eliminação da pequena produção, embora isso tenha ocorrido em determinadas circunstâncias (SORJ, 1980, 116).

A política de financiamento no Brasil, esteve vinculada ao favorecimento de determinados produtos. Em Turvo, o crédito agrícola beneficiou prioritariamente a cultura especializada do arroz, como já referido anteriormente. Os produtores de feijão, milho e mandioca foram excluídos de financiamentos, havendo com isso uma retração na área daqueles

cultivos, ou em certas situações, ocorreu o deslocamento desses, para áreas menos férteis ou com superfície de relevo acidentado.

Comentando o processo da modernização da agricultura brasileira, GRAZIANO DA SILVA (1981, p.40) denominou-a de **modernização conservadora**, por não ter desestruturado o latifúndio, não ter desconcentrado a renda no campo, não beneficiar os arrendatários, posseiros, meeiros e bóia-frias e por não ter resolvido o problema do êxodo rural, ademais, acentuou-o. A modernização privilegiou apenas determinadas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (especialmente as médias e grandes). A transformação não foi dinâmica e auto-sustentada; ao contrário, foi induzida através de pesados custos sociais e que só vingou pelo amparo do Estado. Além disso, não foi homogênea nem no tempo, nem no espaço, e nas unidades de produção familiar só alcançou algumas etapas do ciclo produtivo.

Para a implementação do programa de modernização da agricultura brasileira, o Estado colocou-se como viabilizador das transformações que se processaram no campo. Para isso, foi necessária uma reformulação do aparato institucional de assistência técnica e pesquisa agropecuária, a fim de torná-la mais ágil e adequada às suas novas funções. Foi nesse contexto que se inseriu a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), responsáveis pela pesquisa e assistência técnica do país (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Na análise do autor, a EMBRAPA significou uma profunda mudança na forma de conduzir a pesquisa agropecuária. A mudança fundamental diz respeito no sentido de que a mudança passa a ser desenvolvida **por produto**, isto é, para cada produto foi criado um conjunto de tecnologias direcionadas para aumentar a produtividade física.

Ainda, em relação à modernização conservadora da agricultura brasileira, AGUIAR (1986, p.79-87) comentou a política do Estado e fez uma análise sobre o Programa Estratégico de Desenvolvimento - PED, o qual tinha por objetivo transformar a agricultura tradicional via modernização tecnológica e romper as barreiras de abastecimento, solucionando os principais problemas ligados à estrutura e funcionamento da comercialização de alimentos.

No que se refere ao setor agropecuário, o aumento da produção, bem como a ampliação dos índices de produtividade foram condicionados à “*transformação da agricultura tradicional*” a ser obtida através da mudança nos processos produtivos e no maior uso dos chamados insumos modernos, isto é, fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, máquinas e outros implementos industriais.

A fim de operacionalizar essa estratégia, o PED, formulava um conjunto de ações para o meio rural: (1) desenvolvimento da pesquisa agrícola; (2) programa nacional de sementes; (3) política de fertilizantes e corretivos; (4) política nacional de mecanização; (5) política nacional de irrigação; (6) programa de eletrificação rural, e; (7) desenvolvimento da extensão rural.

Ainda, conforme o autor, essas ações integradas visavam promover o desenvolvimento das indústrias produtoras de máquinas, equipamentos e demais insumos industriais. Ao mesmo tempo, o aumento da produção era visualizado como condição indispensável à superação dos problemas econômicos e políticos do país. O PED vinculava a crise de abastecimento nos grandes centros urbanos à baixa produtividade.

Em síntese, a estratégia do programa era promover a modernização das atividades agropecuárias, visando aumentar a produção, sem alterar a estrutura fundiária do país.

A modernização das atividades agropecuárias contribuiu para a concentração fundiária, na medida em que a propriedade da terra passa a ser uma condição para a obtenção de créditos subsidiados. Neste sentido, quanto maior for a extensão territorial da propriedade –

porque ela funciona nesses casos como uma garantia formal de empréstimos –, maior seria a quantidade de crédito disponibilizado (AGUIAR, 1986).

Assim, pode-se dizer que, uma pequena parcela dos proprietários rurais – detentores de grandes propriedades –, são aqueles que mais se beneficiam do crédito agrícola, via de regra, são os que desfrutam de situação financeira bem sucedida, se compararmos, àqueles que possuem pequenas frações fundiárias.

De forma semelhante à posição de AGUIAR, GRAZIANO DA SILVA (1981), manifestou-se, expressando que grandes extensões de terras foram adquiridas e “estocadas”, servindo ainda como meio de obtenção de favores fiscais ou simplesmente mantidas como especulação imobiliária.

Cabe mencionar que o capitalismo é dominado por setores-chave, como a indústria e o mercado. Nesta perspectiva,

... a renda do produtor rural, especialmente do pequeno, nas regiões de agricultura mais desenvolvida, encontra-se duplamente prensada. De um lado, pela compra de insumos agrícolas num mercado oligopolista, isto é, onde existem alguns poucos grandes vendedores que controlam os preços de venda, os quais vão ser os custos do agricultor. Do outro lado, pela venda de sua produção em mercados que podemos chamar de monopsônicos ou quando muito oligopsônicos, ou seja, onde há relativamente poucos compradores e/ou em que há uma tendência ao fortalecimento de apenas um grande comprador (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p.58).

As mudanças nas relações indústria-agricultura alteraram o processo de produção na agricultura, e isso se reflete também na organização do espaço. Em áreas onde predominava a agricultura familiar, as atividades de subsistência cederam espaço para a produção de mercado. Na expressão de MÜLLER, (1989), “a policultura foi encurralada”, seu lugar foi ocupado pela produção mercantil especializada.

Nos anos 70, consolidou-se um “novo padrão” de desenvolvimento na agricultura sob o comando do setor industrial onde as relações indústria-agricultura apresentaram um elevado grau de integração intersetorial. A compra e a venda de produtos resultaram na constituição do Complexo Agroindustrial - CAI. Nos termos de MÜLLER (1989, p. 45), o CAI pode ser definido como:

... um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica.

Para DELGADO (1985), a consolidação integrada do CAI torna a agricultura menos dependente do “laboratório natural da terra” e mão-de-obra rural. Gradativamente, a agricultura articula-se, de um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capitais para a agricultura, e de outro, com a indústria processadora de produtos naturais.

A constituição de um ramo industrial à montante⁴ – meios de produção para a agricultura –, bem como a modernização do ramo industrial à jusante⁵ – processamento de produtos agrícolas –, conseqüentemente passou a exigir a modernização de uma significativa parcela da agricultura. Isto porque, as indústrias são muito exigentes quanto à padronização, qualidade/quantidade/homogeneidade da produção e a regularidade de entrega. A modernização (da agricultura) tem o incentivo do Estado vinculado às indústrias, agroindústrias ou cooperativas. Em função disso, transformou sucessivamente a base técnica dos meios de produção na agricultura (DELGADO, 1985).

⁴ Composição da indústria à montante: máquinas e implementos agrícolas, fabricação e montagem de tratores, rações, produtos veterinários, adubos, fertilizantes, corretivos, inseticidas, herbicidas, fungicidas e outros.

⁵ À jusante: beneficiamento, moagem, torrefação, frigoríficos, laticínios, fabricação e refino do açúcar, preparação de conservas, fabricação de balas, destilação do álcool, óleos vegetais e outros.

Com a consolidação da tecnificação na base produtiva, a modernização na agropecuária não pode mais recuar e, em grande medida, ela passa a ser imposta pelo comprador capitalista, agroindústrias ou cooperativas. Para atender as exigências do mercado, os produtores, com frequência, precisam substituir as variedades de sementes que são produtivas somente se acompanhadas por um pacote tecnológico⁶.

Ademais, o mercado necessita de produção padronizada para que a matéria-prima possa atender determinadas exigências. Assim, para facilitar a homogeneidade da produção, houve a necessidade de introduzir sementes melhoradas, utilização de fertilizantes, agrotóxicos e outros insumos industriais.

A padronização da produção agropecuária alcançou não só as matérias-primas, mas todos os produtos, inclusive aqueles consumidos *in natura*. Neste sentido, para que um produto da olericultura (por exemplo, cenoura, beterraba, alface, repolho...) obtivesse boa aceitação no mercado consumidor, estes deviam apresentar formatos padronizados, cores uniformes, não importando se tivessem sido cultivados com este ou aquele defensivo agrícola.

Para GONÇALVES (1993, p.46), isto ocorreu porque “... *as técnicas de marketing e de publicidade permitirão que, para além da produção em massa de mercadorias, se direcione a fabricação do desejo de consumir segundo gostos conscientemente manipulados para fins mercantis.*”

A partir da década de 80, e sobretudo em sua segunda metade, houve uma perda da capacidade financeira do Estado em sustentar a modernização tecnológica da agricultura brasileira. Assim, naquele momento,

... o comando da política agrícola passa do crédito subsidiado para a política de preços mínimos, tendo sido uma década de grandes oscilações na

⁶ Para Ehlers, 1996, p.17, “o pacote tecnológico deriva dos enormes avanços da engenharia genética que, aplicada à agricultura, possibilitou a produção de variedades vegetais altamente produtivas, desde que se utilizasse também um conjunto de práticas e de insumos.”

intervenção estatal – uso, abandono e retomada de instrumentos de política agrícola. Na primeira metade da referida década, ainda verificou-se uma certa capacidade de dar suporte à política agrícola mas com instrumentos diferentes da década de 70. No biênio 86/87, com o advento do Plano Cruzado, houve uma tentativa de retomada dos instrumentos de política agrícola da década de 70, o que acabou por aguçar a crise financeira do Estado e, portanto, a capacidade de gestão da política agrícola. O período final da década de 80 caracterizou-se por uma grande diminuição do volume de recursos públicos para financiar a agricultura, ainda que alguns complexos agroindustriais tenham conseguido capturar, através de programas específicos – ainda que poucos – recursos disponíveis (VILELA, 1997, p.9 e 10).

Em relação à questão fundiária, a década de 80 foi marcada por um acentuado grau de concentração da propriedade no país. Na análise de OLIVEIRA (1991, p.82), os dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, revelaram que,

Os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, apesar de representarem 53% do número total de estabelecimentos (mais de 3 milhões) ficam com apenas 2,6% da área ocupada, ou seja, 10 milhões de hectares. No pólo oposto, como todos sabem, está o 'paraíso dos latifúndios' que embora sejam pouco mais de 50 mil em número (estabelecimentos com mais de 1.000 hectares), ocupam mais de 44% da superfície agrícola do país, ou seja, mais de 165 milhões de hectares.

A concentração da propriedade da terra é uma característica marcante na história da agricultura brasileira. Todavia, o objetivo do autor foi ressaltar a importância da agricultura familiar. Sobre esta questão assim se expressa:

As propriedades com superfície inferior a 100 ha foram responsáveis por 50,7% do valor da produção agropecuária do país. Representavam ainda, em 1980, 30% da produção animal total e cerca de 55% do total das lavouras permanentes e temporárias (...) é baixa a rentabilidade média por hectare nos grandes estabelecimentos deste país, 40 vezes menor do que a rentabilidade média dos estabelecimentos com área inferior a 10 ha (Op.cit. :100-102).

Da mesma forma, os dados do relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, (1994, p.1): revelaram que: “... na oferta agropecuária, o segmento patronal supera o familiar em quatro importantes produtos: carne bovina, cana-de-açúcar, arroz e soja; mas que o

inverso ocorre no fornecimento de 15 outros importantes produtos: carnes suínas e aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, algodão, tomate, mandioca e laranja”.

As informações mencionadas reafirmam a importância da produção familiar na economia nacional. Entretanto, o segmento sempre foi marginalizado pela política agrícola e, segundo OLIVEIRA (1995, p.31), isto pode ser observado nos dados do IBGE/1985, constatando que, *“a obtenção desse crédito estava dirigida socialmente, pois 3% do total chegou aos estabelecimentos de menos de 10 ha, 28% aos de 10 a 100 ha, e os restantes 72% foram destinados às propriedades de mais de 1.000 ha”.*

Estas informações revelam a desigual distribuição dos financiamentos nos estabelecimentos agropecuários, confirmando a marginalização e o descaso com o segmento familiar.

Mesmo assim, o modo de produzir foi radicalmente alterado durante as últimas décadas. A necessidade da obtenção de financiamentos tornou-se obrigatória para que o produtor pudesse continuar produzindo.

A década de 90 também foi marcada pela importância da ocupação da mão-de-obra em pequenos e médios estabelecimentos; contudo, de outro lado, a concentração da propriedade rural manteve-se significativa. BLUN (1999, p.78), com base nos dados censitários do IBGE/1996, analisando a questão, detectou que:

As propriedades de até 100 ha representam 88,84% dos proprietários, os quais possuem 21,62% da área e 80,51% da mão-de-obra ocupada na agricultura. Em contrapartida, 11,16% dos proprietários possuem 78,38% da área e 19,49% do pessoal ocupado. Esses números mostram a situação preocupante da distribuição de terras e, em contradição, desvelam uma importância muito grande das propriedades de até 100 ha por abrangerem quase a totalidade de quem trabalha na agricultura...

Também, teve continuidade o “modo industrial” de produzir na agricultura brasileira.

Segundo OLIVEIRA (1995, p.95): *“a industrialização da agricultura(...) vem sendo feita no*

interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz, no seio de um capitalismo mundializado” (grifos do autor).

O mercado globalizado exige novas tecnologias e organização das estruturas de produção. As marcas deste período expressam-se em exigências relativas à padronização da produção. A mercantilização da produção, marcada por forte concorrência, tem provocado a expansão dos produtos agrícolas exportáveis em detrimento da maioria daqueles destinados ao mercado interno.

A lógica de produção contemporânea exige novos equipamentos e outras variedades de sementes, insumos especiais e raças de alta linhagem, o que, conseqüentemente, aumenta os custos de produção.

Os produtores familiares enfrentam dificuldades para se reestruturarem e acompanhar a nova dinâmica de produção. Em função disso, muitos são excluídos do processo produtivo e do mercado.

GRAZIANO DA SILVA (1999, p.74), ao comentar a política tecnológica para os produtores familiares, manifestou que: *“...apesar das peculiaridades das economias camponesas, não faz sentido advogar para elas uma tecnologia ‘tradicional’ ou ‘poupadora de insumos modernos’, porque com isso aumentaria, cada vez mais, o seu diferencial de produtividade com o setor capitalizado, contribuindo mais rapidamente para sua ruína e desagregação”*.

Esta afirmação esclarece, em certa medida, o porquê da tecnificação do segmento familiar, incluindo também os produtores familiares de Turvo. Entretanto, a tecnificação provoca aumento nos custos de produção e isto ameaça a sobrevivência e a permanência da produção familiar no meio rural e no mercado, cujo fato também se configura no setor agropecuário de Turvo.

Quanto aos financiamentos subsidiados pelo Estado, a primeira metade da década de 90, caracterizou-se “...*pela continuidade de um processo de financiamento seletivo de alguns complexos agroindustriais, enquanto que o crédito subsidiado e os preços mínimos cambalearam até sua quase extinção...*” (VILELA, 1997, p.10).

Em 1996, o Governo Federal institucionalizou o programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – PRONAF, com crédito de custeio, investimentos e comercialização. Apesar de haver tanto alarde em relação ao êxito do programa, pode-se dizer que apenas uma parcela das unidades familiares de produção foi beneficiada, haja vista que, no ano de 1996, foram liberados apenas 333 mil contratos de custeio e investimento, muito embora o país possuísse, naquele período, mais de 4 milhões de estabelecimentos agropecuários familiares (BELIK, 1999).

Quanto às políticas públicas implementadas na agricultura brasileira, pode-se dizer que, além dela caracterizar-se pela transitoriedade/descontinuidade, não houve uma coordenação, levando-se em consideração as especificidades regionais sócioeconômicas, mas sim aos interesses políticos e industriais.

As especificidades pertinentes à área de estudo – ocupação do espaço e a produção de subsistência no processo de colonização –, serão analisadas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL NO SUL DE SANTA CATARINA

2.1 A imigração Italiana e a Ocupação do Território no Extremo Sul-Catarinense

O processo de ocupação do espaço no Sul do país, contrasta nitidamente com a formação histórica do restante do país. Ao comentar o processo de ocupação do território brasileiro durante o período colonial, até o fim do regime das sesmarias ocorrido em 1822, GRAZIANO DA SILVA (1978, p.23-24), assim se expressou:

... a ocupação do território brasileiro foi feita com base na posse de grandes extensões de terra, doadas a quem se habilitasse a explorá-las⁷. Essa exploração implicou sempre na plantação de gêneros de altos preços que sustentavam a política mercantilista européia e era uma poderosa alavanca da acumulação primitiva do capital. A pequena propriedade só pôde se desenvolver com base na posse ilegal, uma vez que não havia sido obtida por doação da Coroa ou de seu preposto.

Em meados do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava constituída por uma massa de escravos que totalizava aproximadamente dois milhões de pessoas. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de enfrentar a inelasticidade de oferta de trabalho. Eliminada a mais importante fonte de imigração, que era a africana, a questão da mão-de-obra se agravava, e passava a exigir uma urgente solução.

A fim de que a produção da cana-de-açúcar, café, bem como de outros produtos destinados ao mercado externo⁸, tivesse êxito, havia a necessidade de solucionar o problema da

⁷ Em relação ao assunto, Prado Jr. (1999) observou que outra disposição legal para o requerimento das sesmarias era a de possuir escravos para, com isso, cultivar os produtos exigidos pela Metrópole.

⁸ De modo geral, a terra e a mão-de-obra escrava eram alocados para produção de exportação. Contudo, quando o preço no mercado internacional declinasse, os recursos eram alocados para outras atividades, tais como, a produção de subsistência. Naquele período, a produção de subsistência também era praticada nos terrenos dedicados à cultura principal, entremeando-a, como por exemplo, o milho e o feijão entre os cafezais, ou com a mandioca, nos canaviais. O trabalho era realizado pelos mesmos escravos que cultivavam a lavoura principal e que não estavam permanentemente ocupados nelas; outra, por conta dos próprios escravos, aos quais se concedia um dia de semana – para se dedicarem às culturas de subsistência –, geralmente o domingo, (Prado Jr, 1999).

força de trabalho. Neste sentido, a alternativa foi incentivar a imigração europeia (FURTADO, 1999).

Naquele período, teve início uma série de transformações econômicas e sociais no Brasil e antes de comentar sobre a imigração europeia, tornam-se necessários recuperar brevemente alguns aspectos relativos ao acesso à terra.

A Lei de Terras, elaborada em 1850, determinou como seria constituída a propriedade privada da terra, reafirmando e consolidando a grande propriedade no país. Esta lei instituiu juridicamente a forma de acesso à terra, favorecendo os detentores de capital (minoria), restringindo-o aos escravos libertos, ou mesmo imigrantes europeus, os quais tiveram que trabalhar durante um longo período nas fazendas de café para pagar sua terra.

Na análise de GRAZIANO DA SILVA (1978, p.25), a Lei de Terras,

1) proibia as aquisições de terras por outro meio que não a compra e, por conseguinte, extinguiu o regime de posses; 2) elevava os preços das terras e dificultava a sua aquisição. O Art. 14 determinava que os lotes deviam ser vendidos em hasta pública com o pagamento à vista, fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no país; e, 3) destinava o produto das vendas de terras à importação de colonos, ou seja, de trabalhadores para a chamada grande lavoura.

A Lei de Terras significou, na prática, um obstáculo ao acesso à terra para várias classes sociais. A proibição do tráfico de escravos, em 1850, coincidia com o pleno desenvolvimento da economia cafeeira, a qual requisitava uma grande quantidade de trabalhadores. Nesse contexto, tratava-se de impedir que os imigrantes se tornassem pequenos proprietários de terra e, em consequência, se desviassem do que seria seu papel: força de trabalho para o cultivo do café. A Lei de Terras e a proibição do tráfico de escravos, representam um marco definindo as transformações capitalistas no Brasil, privilegiando a grande propriedade territorial.

Mas, no Sul do Brasil e particularmente no Sul de Santa Catarina, a propriedade da terra assumiu características diferenciadas do restante do país.

É oportuno lembrar que, em meados do século XIX, a sociedade Européia enfrentava grandes dificuldades econômicas, sobretudo no meio rural, onde se configurava uma crise social expressa pelo empobrecimento dos camponeses. A situação não poderia ser solucionada pelo capitalismo nascente.

As dificuldades da população européia coincidiram com os interesses do governo imperial no Brasil, ou seja, a partir da proibição do tráfico de escravos (1850) era preciso encontrar um novo tipo de colono: pequenos proprietários que cultivassem as terras de matas no Sul do país. Nesse contexto, insere-se Santa Catarina e particularmente o Sul do Estado, que possuía disponibilidade de terras devolutas que estavam vulneráveis às invasões dos espanhóis e ao ataque dos indígenas. Para garantir a posse do território, abriu-se o processo de imigração estrangeira, estimulando o povoamento daquela área.

Nos termos de WAIBEL (1958, p.212),

...o novo tipo de colono deveria ser tanto um soldado quanto um agricultor, para poder tanto defender sua terra quanto cultivá-la. Onde poderia ser encontrado esse tipo de colono? Na Europa, naturalmente; e especialmente na Europa Central, onde soldados desengajados dos exércitos de Napoleão e camponeses pobres oprimidos estavam prontos a emigrar para qualquer país do mundo.

Ao comentar sobre a preferência da colonização européia pelo Sul do país, VALVERDE (1985, p.74) relembra ser,

... comum afirmar-se no Brasil que os colonos europeus, não portugueses, preferiram o Sul do país por causa de seu clima mais ameno. A verdade não é bem essa: eles evitavam as fazendas dos trópicos para não ficarem nivelados com os escravos. Além disso, não interessava então aos fazendeiros a vizinhança dos pequenos proprietários: eles que fossem cultivar terras que não

prestassem para o café e a cana-de-açúcar. Por outro lado, era objetivo político do governo brasileiro assegurar a posse efetiva do Sul do país, para garantir aí a sua soberania e, na eventualidade de uma guerra, dispor de soldados e abastecimento para as tropas.

Ainda, sobre a imigração, MARZANO⁹ (1985) ressalta que após a regulamentação das condições jurídicas da vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, várias companhias de imigração dirigiam-se à Itália com o objetivo de convidar as pessoas para emigrar para o Brasil e, de modo particular, para o Sul de Santa Catarina. Com o intuito de motivar a população, distribuíam jornais e folhetos que descreviam as condições naturais (relevo, hidrografia, fertilidade do solo, clima e vegetação).

Além da propaganda sobre as características do novo mundo, as companhias de imigração prometiam passagem, distribuição de terras – com os terrenos definitivamente medidos, disponibilidade de áreas cultiváveis –, uma construção em cada colônia para acolher provisoriamente os colonos recém-chegados até que recebessem seus lotes definitivos, ferramentas (enxadas, pás e arados), sementes para as primeiras plantações, construção de escolas e postos de saúde, dentre outros (MARZANO, 1985).

As principais causas da emigração italiana foram as guerras de independência, a decadência do sistema feudal da agricultura de subsistência, o processo de industrialização e a introdução do modo de produção capitalista no campo que abalou a estrutura agrária tradicional e resultou no empobrecimento da população.

KAUTSKY (1972) ao analisar as condições da família camponesa européia, antes da revolução industrial, revela que ela estava constituída sob uma sociedade que produzia a sua própria subsistência, construía sua casa, seus móveis, utensílios domésticos e mesmo fabricava a

⁹ Luigi Marzano foi um padre italiano que conviveu com os colonos imigrantes no Sul de Santa Catarina, no final do século XIX e início do seguinte. Na oportunidade, registrou e fez importantes observações relacionadas à nova Pátria desses imigrantes.

maior parte dos instrumentos de trabalho agrícola. Esse sistema ficou conhecido como a “indústria doméstica dos camponeses”. O camponês somente ia ao mercado para vender o “excedente” do que produzia e comprava uma quantidade muito ínfima para sua sobrevivência.

Todavia, com o avanço das relações capitalistas no campo, houve dissolução da indústria camponesa, e as novas condições de vida podem assim ser compreendidas:

... só a indústria capitalista tem uma tão grande superioridade que elimina rapidamente a indústria doméstica do camponês que produz para seu próprio uso e só o sistema de comunicações da sociedade capitalista com os seus caminhos de ferro, correios e jornais podem levar as idéias e os produtos da cidade até os cantos mais recuados do campo e, assim, submeter a este processo o conjunto da população agrícola e não apenas a vizinhança das cidades. Quanto mais este processo avança mais se dissolve, e a indústria doméstica a que, primitivamente, o camponês se dedicava, e mais aumenta a necessidade de dinheiro para o camponês. Ele tem agora necessidade de dinheiro não só para comprar coisas que não são indispensáveis, ou que são até supérfluas, mas também para comprar coisas necessárias. Já não pode continuar a explorar a sua terra nem prover o seu sustento em dinheiro(...) o desenvolvimento da indústria urbana lança também o gérmen da dissolução da família camponesa primitiva (KAUTSKY, 1972, p.27).

Dessa forma, no final do século XIX, havia na Itália uma grande massa de trabalhadores marginalizados, que de um momento para outro, viram-se sem perspectivas futuras. O novo mundo, o Sul de Santa Catarina, em particular, lhes sinalizava melhores possibilidades de vida, daí a opção pela emigração.

Os imigrantes que se estabeleceram no Sul de Santa Catarina, eram oriundos do norte da Itália e mais especificamente das províncias de Mântua, Pádova, Bérghamo, Treviso, Beluno, Vicenza e Veneza. Eles concentraram os núcleos coloniais, os quais resultaram nos municípios de Urussanga, Criciúma e Orleães.

A colonização Italiana no Sul de Santa Catarina, iniciou-se com a fundação das colônias Azambuja (1877) e Urussanga (1878).

Os imigrantes que se estabeleceram no Sul de Santa Catarina, enfrentaram muitas dificuldades. Segundo MARZANO (1985), por determinação das companhias de colonização, todo imigrante deveria ocupar-se em serviços públicos, como a abertura de estradas, durante os primeiros meses. O pagamento do trabalho era efetuado com gêneros alimentícios ou sementes, (como por exemplo: milho, feijão, arroz e trigo).

Além disso, a distância entre os núcleos, a inexistência de um mercado consumidor, capaz de absorver toda produção agropecuária, a falta de estradas, apenas picadas e, os meios de transportes, constituídos por cavalos e mulas, são também alguns indícios das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Estas precariedades resultaram em isolamento e estagnação dos núcleos coloniais.

Em relação à localização dos núcleos coloniais, MARZANO (1985, p.57) constatou que a distância, (em média 25Km) era estratégia, ou seja, evitar o fortalecimento político dos imigrantes no que se refere à reivindicação de promessas – regimentadas pelas colônias – não cumpridas. Além disso, havia também um fator político interno na determinação da ocupação do espaço agrário. Assim, o autor se manifestou:

...com a chegada deste segundo grupo, cada dia mais cresciam as forças dos italianos, e isto, se consolava a comunidade italiana, podia tornar-se perigo para alguém. Se não cumpro meu dever, se tiranizo estes italianos, farão uma sublevação, uma revolução(...). Minhas forças não bastarão para contê-los, e então que será de mim? – Assim raciocinava o que presidia a imigração. Veio-lhe pois a feliz idéia, (se assim se pode dizer) de desmembrar as forças. Em vez de fundar outro grupo perto de Urussanga, não quis mais conceder terreno aos últimos chegados de 1879, mas lançou-os em plena floresta a 25 quilômetros ao sul de Urussanga...

Não obstante às inúmeras dificuldades enfrentadas pelos colonos que se estabeleciam nas terras de matas e o não cumprimento de obrigações das companhias de imigração e colonização, DALL' ALBA (1983, p.161-163) considerou que,

...apesar das crises, das dificuldades dos primeiros tempos, nossos colonos encontraram quase sempre, neste Estado, condições favoráveis a seu crescimento econômico, portanto, que não poucos deles tiveram a satisfação de tornar-se proprietários... pelo que, esses pequenos proprietários, aos quais pelas violentas crises econômicas, próprias de todos os países, às vezes falta dinheiro, mas nunca falta a comida abundante, não pretendem voltar à Pátria(...), a terra! eis a idéia que causa febre a nossos colonos. Não pensam tanto em tê-la para si, apesar de ter em quantidade, quanto para os filhos. Compram sempre...

Outro fator importante na análise do processo de ocupação do Sul do Estado, é a dimensão das propriedades. As instruções do Ministério da Agricultura de 1890, regimentando as colônias, estabeleciam no Art.10-§1º que, “...os lotes serão de 25 hectares, quando destinados ao imigrante por conta do Governo, e terão, sempre que possível, condições hidrográficas e de viabilidade, 250 metros de frente e 1.000 metros de fundo, com a frente olhando para os cursos d’água” (DALL’ ALBA, 1983, p.20).

Esse processo de ocupação, possibilitou a formação da classe de pequenos proprietários rurais, muito embora a dimensão das propriedades fosse excessivamente pequena. Por outro lado, não foram observadas as condições pedológicas e topográficas.

Ainda, sobre a ocupação do extremo sul-catarinense, torna-se oportuno ressaltar que, no início do século XX, em algumas colônias pioneiras não havia mais áreas disponíveis, como por exemplo, em Urussanga. Em Criciúma (que era o local mais próximo), o solo não era adequado para a agricultura. Esses fatores levaram os colonos a buscar novas terras, alcançando o Vale do Araranguá, onde havia áreas com vazios demográficos. Assim, os emigrantes ou descendentes da primeira geração das “velhas colônias” ocupam o espaço no município de Turvo.

2.2. A formação socioespacial de Turvo

O Município de Turvo¹⁰ possui uma área de 360 Km², localiza-se no Sul de Santa Catarina, e integra a microrregião do extremo sul-catarinense. O povoamento iniciou por intermédio de uma empresa particular organizada pelo Sr. Marcos Rovaris. *“Em 13 de julho de 1913, o Sr. Ângelo Rovaris, considerado um dos fundadores de Turvo, antes mesmo de trazer a família, fez a primeira desmatada a 3 Km da atual sede de Turvo e perto de Turvo Baixo”* (COLODEL, 1987, p.23).

É importante explicitar que a terra adquirida por Marcos Rovaris era devoluta, e foi vendida, inicialmente, para as famílias de colonos italianos, Rovaris, Bez Batti e Manenti. Posteriormente, instalaram-se no município, outras famílias, descendentes da 1ª geração. O pagamento da terra foi efetuado em dinheiro e por serviços prestados ao Estado, mediante abertura e conservação de estradas e construção de pontes.

O Sr. Zílio Rovaris¹¹, filho de colonizador, que participou do processo de colonização em Turvo, ilustra bem as dificuldades e o não cumprimento das promessas:

... meu pai saiu da Itália no ano de 1892. Ele saiu da Itália com 17 anos de idade. Quando meu pai trabalhava na Itália ele era muito pobre e vivia de agregado, trabalhava tudo para o patrão. Ele não ganhava quase nada. Para o Brasil, veio o meu pai e mais dois irmãos dele. Eu nasci em Criciúma. Meu pai teve 13 filhos. A nossa família era muito grande e nós fomos procurar novas terras, foi onde que nós chegamos em Turvo-Baixo, no ano de 1913. Saímos de Criciúma, porque a terra lá era muito fraca e a família era muito grande. A gente precisava de terra, terra para plantar. Quando chegamos em Turvo, aqui era tudo mato. No começo foram muitas as dificuldades, porque a gente só tinha o machado, a enxada e a foice. Nos primeiros anos a gente plantava milho, arroz, feijão, mandioca, abóbora, batata-doce, café, banana e muitas verduras. As culturas eram adubadas à base de esterco de vaca. A gente também criava galinhas, que ficavam soltas no quintal e no potreiro, criava também porcos, de tudo para poder sobreviver. Quando meu pai veio para o

¹⁰ O nome do município originou-se da pouca transparência da água que margeia a cidade. Inicialmente os colonizadores denominaram “Turbo” (vêneto), sendo posteriormente aporuguesado para Turvo.

¹¹ Entrevista realizada em 20.6.2000.

Brasil, eles prometiam ferramentas, sementes, e muitas outras coisas, mas, para nós, ninguém deu coisa alguma(...) mais parentes nossos vieram da Itália. Muitas vezes, a gente escrevia para eles e dizia que eles podiam vir, que aqui a terra era boa. Era só plantar e colher(...). Do mercado, a gente não comprava quase nada, somente algumas poucas coisas. Até o café e o açúcar a gente produzia em casa(...). No começo, a gente tinha 12 hectares de potreiro e 5 hectares de lavoura. Hoje é só arroz...

As características naturais, e particularmente a fertilidade natural do solo, favoreceram a ocupação de Turvo.

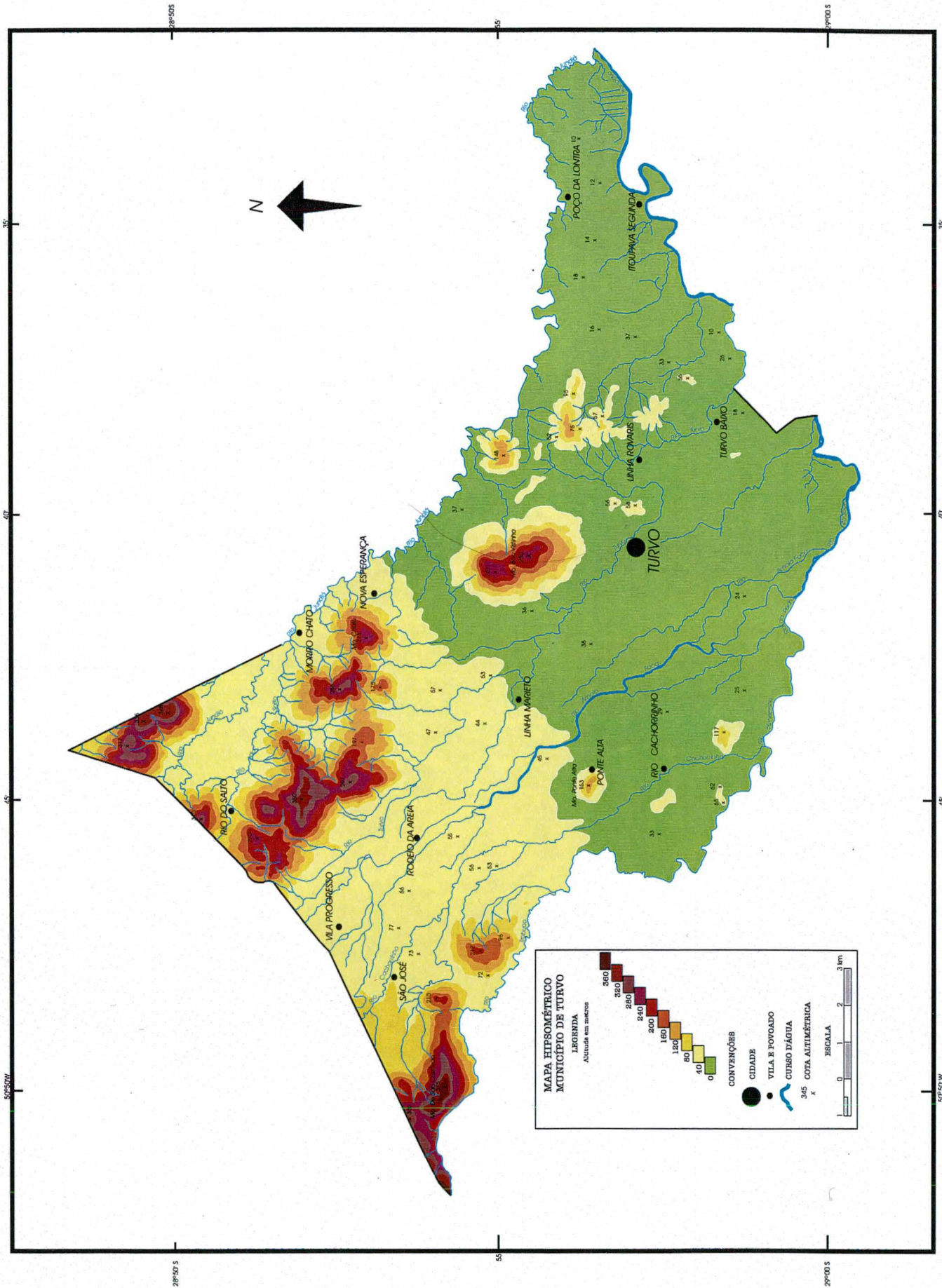
Também, contribuíram para o sucesso da ocupação, a começar pela experiência que os povoadores possuíam: já trabalhavam na Itália nas atividades agropecuárias.

O relevo do município é constituído predominantemente por áreas planas (80%) e pequenas elevações (figura 2). Diversos rios atravessam o município, sendo o principal o Rio Amola-Faca. Este rio tem a capacidade para irrigar a maior parte das áreas de várzeas de Turvo. Os solos predominantes são eluviais (massapê) e aluviais, de alta fertilidade.

O clima de Turvo, de acordo com a classificação climatológica de Köppen, recebe a classificação de mesotérmico quente e brando CF₀. A umidade relativa do ar alcança uma taxa variante entre 80 e 90%, numa média de 83%. As chuvas são bem distribuídas durante o ano, havendo uma precipitação aproximada de 1.500 mm. anuais, sendo o mês mais chuvoso janeiro, com uma precipitação aproximada de 187,5 mm., e o mês menos chuvoso, o mês de julho, com 70,7 mm.(COLODEL, 1987, p.99).

Essas características conjugadas – solo, relevo, clima e hidrografia – possibilitaram o desenvolvimento dos cultivos temporários e permanentes, inclusive, permitindo, em algumas lavouras, a prática de duas colheitas durante o ano, como por exemplo, milho e feijão.

Relevo do Município de Turvo



Em relação aos sistemas agrícolas adotados pelos colonos europeus no Sul do Brasil, durante o processo de colonização das terras florestais (final do século XIX e início do seguinte), WAIBEL (1958) considerou que a maioria dos colonos usou o sistema agrícola primitivo¹², que consistia em queimar a mata, cultivar a clareira durante alguns anos e depois deixá-la em descanso, possibilitando o crescimento de uma vegetação secundária, enquanto nova mata era derrubada para ter o mesmo emprego. Esse método agrícola ficou conhecido entre os colonos como roça ou capoeira, sendo chamado pelos geógrafos como agricultura nômade ou itinerante.

WAIBEL (1958), ao analisar o projeto de colonização nas terras de matas do Sul do país, considerou que a adoção do sistema de roças seria incompatível com a dimensão das propriedades de 25 hectares. A sobrevivência mínima de uma família composta de cinco a sete pessoas, necessitaria explorar continuamente 5 ha de terras. Considerando-se as condições topográficas e pedológicas, para as áreas férteis, o tamanho mínimo seria em torno de 60 ha, enquanto que, para as áreas de solos fracos, demandariam lotes maiores, em torno de 100 ha.

Na análise do autor, os lotes de 25 ha impossibilitariam a aplicação do sistema de roças, ou seja, o tamanho seria inadequado por não permitir descanso apropriado das terras até o restabelecimento natural, causando esgotamento dos solos, estagnação das colônias e uma grande mobilidade dos agricultores.

Em relação ao sistema de cultivo adotado pelas colônias italianas do Sul de Santa Catarina, DALL' ALBA (1983, p.40) constatou semelhanças entre os diversos locais onde os colonos se estabeleceram, ou seja,

... é idêntico em cada um dos núcleos ocupados por italianos, como é, quase idêntica a produção. O colono recebendo um lote de terreno, encontra-se

¹² Compreende-se por sistema primitivo aquele herdado dos índios. Esse foi utilizado pelos colonos europeus no Sul do Brasil durante o início da colonização das terras de matas. Os colonos imigrantes eram pobres, e acabaram adotando o mesmo sistema agrícola dos nativos (Waibel, 1958).

diante de uma extensão de terra virgem, que deve abater para cultivar. Época mais propícia para abater a floresta é o mês de junho, no início da primavera, por que assim, logo terá colheita. Primeira operação é libertar o terreno de arbustos e capoeiras. Depois, cortam-se as árvores mais grossas. Deixa-se durante um período de 30 ou 40 dias e em seguida toca-se-lhe fogo(...), logo após a queimada semeia-se o milho, seja por ser o cereal mais adaptado a essas terras, seja porque fornece a alimentação de que estão habituados, quase todas as províncias Vênetas: a polenta.

No processo de colonização do Sul do Estado de Santa Catarina, os colonos imigrantes italianos dedicaram-se ao cultivo diversificado e à criação de pequenos animais. A produção diversificada tinha o propósito de suprir as necessidades básicas de alimentação do grupo doméstico.

MARZANO (1985, p.:134-140), ao comentar as condições das atividades agropecuárias de subsistência do Sul do Estado, no início do século XX, considerou que:

... o milho é o alimento quotidiano dos colonos, que chegam a fazer polenta até três vezes por dia. O que sobra é usado para alimentar porcos e cavalos. Exporta-se pouco milho. Não porque não exista, mas porque as despesas de transportes são superiores a seu próprio preço. Por exemplo, se se vende ao preço de três mil réis no quintal, ao chegar ao Rio de Janeiro as despesas são de outro tanto. Quem arriscaria a tal negócio? O colono, por isso, em vez de fazer grandes plantações de milho, o que lhe seria fácil, limita-se às necessidades da casa e dos animais. Além do milho e arroz, cultiva-se o feijão preto(...) produz duas e até 3 colheitas ao ano(...), logo que os colonos se encontraram na possibilidade de comprar e manter um animal, adquiriram uma vaca para prover o leite para as crianças, e para o queijo, alimento predileto do Vêneto, para a família toda(...). O porco é o animal que traz maior lucro. Cada colono cria muitos, engorda-os e vende o toucinho. O pouco dinheiro que o colono pode ver provém sempre do toucinho. É o dinheiro com que providencia o vestir da família(...). Galinhas, gansos, patos, perus, povoam os galinheiros ...

Sobre as dificuldades que os agricultores enfrentavam para comercializar os seus excedentes, DALL 'ALBA (1983, p.163) manifestou-se em relação às péssimas condições das estradas do Sul do Estado de Santa Catarina¹³, durante o final do século XIX e início do seguinte. Considerou que o transporte era efetuado por cavalos e mulas, tornando-o lento, tão vagaroso que

¹³ Naquele período, de modo geral, as condições das vias de comunicação do Estado de Santa Catarina eram muito precárias, sendo considerado um grande problema para o escoamento da produção agropecuária.

vários produtos não poderiam ser transportados por deteriorarem-se durante o trajeto. De outra forma, as enxurradas transformavam as estradas em rios de lama e interrompiam o tráfego. Em síntese,

... a dificuldade econômica que às vezes se adverte aqui tem como causas principais: as escassas e más séries de comunicação, as taxas sobre a exportação, os custos dos transportes, e longa série de intermediários, por cujas mãos deve passar o produto, antes de chegar ao destino(...). Para transportar ao Rio de Janeiro um saco de milho, que no mercado de Urussanga custa 3 mil-réis, é necessária uma despesa de 5 mil-réis, aproximadamente.

DALL' ALBA (1983, p.134) ao analisar as condições econômicas dos colonos de Santa Catarina para o ano de 1900, concluiu que, “... os males mais graves são os que afligem a agricultura, que é a principal e quase única fonte de riqueza do Estado. Os preços da maior parte dos produtos agrícolas caíram tanto, que o agricultor, mais de uma vez, perguntava se devia ou não recolher este ou aquele produto, ou, melhor deixá-lo apodrecer na roça...”

Continuando sua análise, o autor considerou que, apesar de os colonos necessitarem muito pouco para produzir e a subsistência do grupo familiar era praticamente garantida pela propriedade, “...é fácil imaginar em que situação devem estar nossos colonos e agricultores em geral, que são a classe mais numerosa da população. São obrigados a vender a preços baixos, quase de graça mesmo os produtos do campo, e a comprar, em vez a preços elevadíssimos...” (Op.cit.136).

BALDIN (1999, p.82) ao comentar sobre o modo de vida dos colonos italianos no Sul do Estado, durante os primeiros anos de colonização, apontou as dificuldades. A produção do milho, arroz, feijão, queijo e outros não encontrava compradores com facilidade. A comercialização desses produtos destinava-se a atender as necessidades básicas do grupo familiar, tais como a aquisição de sal, tecidos e calçados, ou ainda os instrumentos de trabalho,

como por exemplo, o arado de tração animal; com utilização generalizada no início da colonização, perdurando, em certos estabelecimentos, até os dias atuais.

Na análise da autora, as dificuldades com a comercialização dos produtos coloniais agravavam-se, em primeiro lugar, porque diante da distância do mercado, a produção perdia qualidade; em segundo, porque faltavam meios de locomoção e transportes; em terceiro, porque o mercado consumidor (Florianópolis e Rio de Janeiro) recebia também as ofertas de outras colônias de Santa Catarina ou do país.

No caso específico de Turvo, no início da colonização, toda a área estava coberta por uma floresta densa, que integrava a complexa biodiversidade da mata atlântica. Nela havia grande variedade de vegetais – árvores frutíferas, palmitos e várias espécies de aves e animais silvestres, que serviram de alimento para as famílias recém-chegadas. Além disso, a grande quantidade de rios piscosos, auxiliavam no suprimento das necessidades alimentares.

COLODEL (1987, p.27), ao pesquisar o povoamento de Turvo, bem como a influência dos colonos italianos nas atividades agropecuárias, observou que,

... os primeiros povoadores de Turvo tinham uma mentalidade essencialmente agrícola, determinada pelo meio de onde emigraram. Quando para Turvo se deslocavam, buscavam atingir um espaço de acordo com sua mente: um espaço agrícola. Já traziam consigo os instrumentos úteis para seu objetivo: um machado para cortar e descortinar as árvores, uma enxada para revolver o terreno, preparando-o para receber a semente, uma picareta para abrir valos de drenagem ou arrancar raízes de árvores, uma foice para segar o grão maduro. Passaram a tecer balaios para transportar o grão...

Para iniciar as atividades agropecuárias – objetivando garantir a sobrevivência das numerosas famílias –, os colonizadores,

Derrubavam um pedaço de mato(...) semanas após a derrubada, a soalheira acabava por secar aquela montoeira de troncos, galhos e folhas. Em dias de sol(...) ateava-se fogo(...) após algumas horas, as chamas apagadas, milhares de troncos e galhos lá ficavam a fumar. Com a vinda da chuvarada, que acalmava a cinza preta, podia-se plantar o milho, abóboras, ou arroz quando era verão e trigo no inverno (Op.cit., 1987, p.43).

Os primeiros povoadores de Turvo, possuíam um modo de vida agrícola. Ela foi determinada pelo meio de origem.

Sobre este assunto, o Sr. Zílio Rovaris, relembra:

Quando meu pai chegou em Turvo, era necessário derrubar o mato pra poder plantar. A família toda trabalhava na roça, o pai, a mãe e todos os meus irmãos, não importava a idade que a gente tinha(...) em seguida, o fogo queimava tudo. Pra poder plantar, a gente fazia uma cova com a enxada e depois plantava. O milho e o feijão a gente plantava duas vezes por ano. E ainda, no meio do milho, a gente plantava abóbora, batata-doce. Uma parcela do milho, feijão e arroz mais bonito, a gente guardava pra semente, pra poder plantar na próxima safra, porque tinha que plantar sempre. Depois da quarta colheita, começava a lavrar a terra, lavrava com arado puxado por boi. Nessa época, recuperava a terra com esterco do gado. Se não colocasse esterco, nem adiantava plantar. A gente tinha um enorme potreiro, onde criava vaca e boi. Mais não tinha esterco pra toda terra não. Quando crescia a capoeira, queimava ela e fazia uma cova na terra e com a enxada colocava a semente.

Como vimos anteriormente, considerando-se a estrutura fundiária do Sul do Estado, seria impossível o manejo do pousio. WAIBEL (1958) observou que o sistema agrícola ideal seria uma combinação pecuária-agricultura, ou seja, a área cultivada associada à criação de gado. Tal associação não ocorreu em Turvo. Assim, para que o colono conseguisse esterco suficiente para recuperar a fertilidade da área cultivada, necessitaria ampliar a pecuária.

Nas entrevistas realizadas com alguns colonizadores, constatou-se que, nos primeiros tempos, os colonos dedicaram-se ao cultivo diversificado e à criação de animais. Dentre os principais produtos encontravam-se o milho, feijão, mandioca, arroz, abóbora, batata-doce, cana-de-açúcar, trigo, centeio, café, videira, cebola, tomate, rabanete, cenoura, repolho e couve-flor. Quanto à pecuária, destacavam-se as criações bovina, eqüina, ovina e suína, além de várias espécies de aves, tais como, galinhas, gansos, perus e marrecos. Os bois e os cavalos eram utilizados para cultivar o solo, transportar os produtos agrícolas e ainda como força motriz em engenhos de cana-de-açúcar, nos quais produzia-se o açúcar, o melado, a rapadura e a aguardente.

Cabe ressaltar que uma fração da propriedade destinava-se às pastagens naturais, para a criação bovina, ovina e eqüina, formando-se assim uma paisagem¹⁴, constituída por agricultura e pecuária. Também em relação à pecuária, a vaca fornecia leite, que era consumido 'in natura' ou na forma de queijos e manteiga. O queijo associado à polenta constituía-se na alimentação preferida dos colonizadores. Quanto aos suínos, eram criados à base de milho, batata-doce, mandioca e abóbora, além de outros produtos cultivados na propriedade. Esses, proporcionavam carne, toucinho, torresmo e banha.

As aves eram criadas nos arredores das casas, nas proximidades dos silos ou mesmo nas capoeiras. Serviam quase que exclusivamente para alimentar a família, sendo somente uma ínfima quantidade comercializada. Forneciam carne e ovos, sendo que as penas também eram aproveitadas no enchimento de travesseiros. Conforme depoimentos de filhos de colonizadores, as famílias possuíam até 200 galinhas, além de outras espécies de aves. De modo geral, a quantidade variava de acordo com o tamanho do grupo familiar. Como relembra um informante (ZR), naqueles tempos, não se tinha o controle do número exato de aves: *“era comum as galinhas desaparecerem por um longo período e depois voltarem cheias de pintinhos... .*

Nos primeiros tempos, a ampla diversificação de culturas e criações destinava-se à garantia do auto-abastecimento, ou seja, suprir as necessidades do grupo familiar.

É importante notar que, durante as primeiras décadas do povoamento, a quantidade de carne suína, toucinho, banha, farinha de mandioca e de milho, açúcar mascavo e aguardente, além de outros produtos, excedia à quantidade necessária a ser consumida pela família, fazendo com

¹⁴ Para Santos (1997, p.:61-65) paisagem é “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança (...) um conjunto de formas heterogêneas, idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço ... é a materialização de um instante da sociedade”.

que, essa parcela fosse destinada ao comércio. O excedente¹⁵ da produção era comercializado principalmente nos municípios de Araranguá e Criciúma.

Com o aumento da produção agropecuária esses mercados consumidores, por serem incipientes, não absorviam o excedente produzido, dificultando, desta forma, a expansão dos cultivos do município de Turvo.

A ausência de um grande mercado consumidor aliado à precariedade das estradas e ao rudimentar sistema de comercialização, constituía-se num entrave para a expansão da produção agropecuária no início do processo de colonização.

Contudo, naqueles tempos não havia a necessidade, nem tampouco condições de expandir a escala de produção. As atividades agropecuárias se desenvolviam com o objetivo de auto-abastecimento para assegurar a sobrevivência do grupo familiar.

Em relação às primeiras formas de comércio – entre a Serra, Turvo e o Litoral de Araranguá (locais distantes aproximadamente 30 quilômetros) –, COLODEL (1987, p.21) observou que durante as primeiras décadas do século XX,

...os tropeiros eram uma espécie de comerciantes ambulantes, que da serra traziam pinhão, charque, queijo, e do litoral levavam de volta sal, farinha de milho e mandioca. A viagem desses tropeiros era uma verdadeira epopéia. Picada estreita, barrenta aos caracóis, beirando precipícios e paredões, contornando grandes rochedos. A trilha era tão apertada, que ao surgir um tropeiro em sentido contrário, tornava-se quase impossível a passagem.

No que diz respeito à subsistência, COLODEL (1987) relembra que em Turvo, nos diversos núcleos, nas primeiras décadas de colonização, havia uma característica comum em

¹⁵ O termo excedente empregado tem a mesma concepção de Paulilo (1990, p.46): “...para alguns autores, o que é vendido não é excedente porque, muitas vezes, diante de uma situação de necessidade, vende-se aquilo que, mais tarde, deverá ser novamente comprado. Para outros, não seria excedente porque o que é vendido não é o que sobra do consumo, mas o que foi produzido para o comércio(...). O que estamos chamando de ‘necessidade de produzir excedentes’ é a necessidade de vender produtos para comprar aquilo que não se pode ou não se quer produzir na própria propriedade”.

relação ao modo de vida do grupo familiar. O cultivo do milho¹⁶, era “obrigatório”, para assim obter a “*indispensável farinha para a polenta*” – alimento consumido até três vezes ao dia. A farinha de milho também era utilizada para fazer pão, além de outros doces, muito embora fosse cultivada uma ampla diversidade de cultivos, como visto anteriormente.

Com a expansão da produção agropecuária das colônias, objetivando o processamento desses, além das várias atafonas, foram também construídos engenhos de cana-de-açúcar e mandioca, alambiques e descascadores de arroz, construídos de forma artesanal, movidos à força d’água ou pela tração animal, além de *fabriquetas de banha* e torrefação de café.

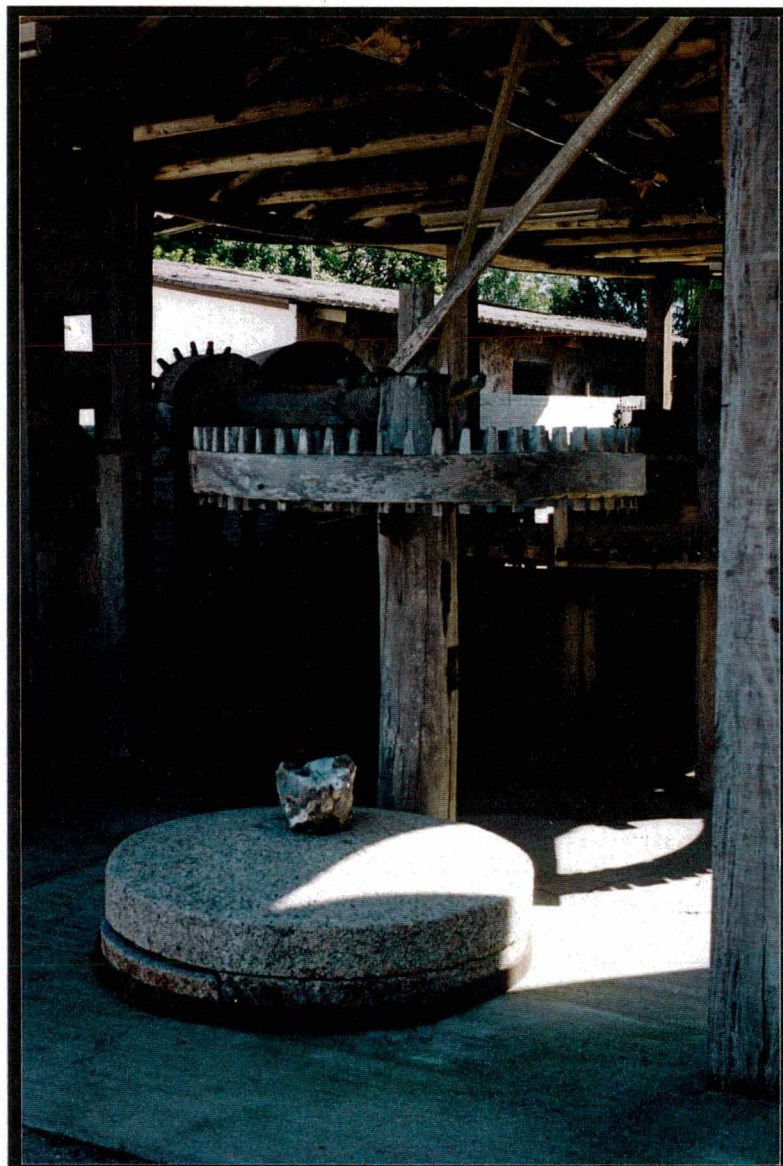
O pagamento pelos serviços prestados aos donos de engenhos pelo beneficiamento, era efetuado mediante um percentual do produto que era posteriormente comercializado. Naqueles tempos, as despesas de manutenção dos engenhos eram ínfimas: movidos à força d’água, os pequenos reparos eram realizados pelos respectivos proprietários.

A comercialização da produção processada artesanalmente, apesar de ter sido muito importante nos primeiros tempos, a partir da década de 60, entrou em decadência, diminuindo significativamente.

Não existem registros do número de atafonas, engenhos (mandioca, arroz e cana-de-açúcar) que funcionavam em Turvo nos primeiros tempos da colonização. Contudo, a pesquisa indica que eles eram numericamente significativos no período da colonização.

Atualmente, centenas de equipamentos da “*indústria doméstica*” de Turvo – passaram a fazer parte do acervo do Museu Lourenço Manenti –, caracterizando as formas tradicionais – artesanais das atividades agropecuárias nos primeiros tempos. A foto 1 mostra a pedra mó da primeira atafona. A foto 2 mostra um engenho de cana-de-açúcar.

¹⁶ Conforme dados do IBGE, no ano de 1950, o milho representava um percentual de 43,85% da área cultivada. Em 1995/96, o produto representou apenas 17,73% da área cultivada. A pesquisa indica a tendência em diminuir ainda mais este percentual. Este assunto será comentado no 3º capítulo.

FOTO 1: EQUIPAMENTOS DA “INDÚSTRIA DOMÉSTICA”

Pedra mó da primeira atafona – movida à força d'água –, que pertenceu ao colonizador Ângelo Rovaris, instalando-a em Turvo, no ano de 1913. Conforme informações prestadas pelo Sr. Romeu Rovaris (Filho de Ângelo Rovaris), a atafona funcionava durante o dia e uma parte da noite, visando fornecer farinha para todas as famílias.
Fonte: (pesquisa de campo, jan. 2.001)

FOTO 2: EQUIPAMENTOS DA “INDÚSTRIA DOMÉSTICA”



Como visto anteriormente, a agricultura tradicional se desestruturou pelo avanço das inovações tecnológicas no meio rural. Com a desintegração da “indústria doméstica”, a produção agropecuária passou a ser processada pelas agroindústrias, que, por sua vez, estabeleceram exigências criadas pelo mercado e sobretudo por necessidades do processo de transformação industrial. A foto do engenho de cana-de-açúcar, caracteriza bem a questão. Na medida em que a população passou a consumir o açúcar refinado, em substituição ao mascavo, os engenhos artesanais perderam sua utilidade – ainda que produzissem um produto mais saudável –, tornando-se assim peças de museu.

Fonte: (pesquisa de campo, jan. 2.001)

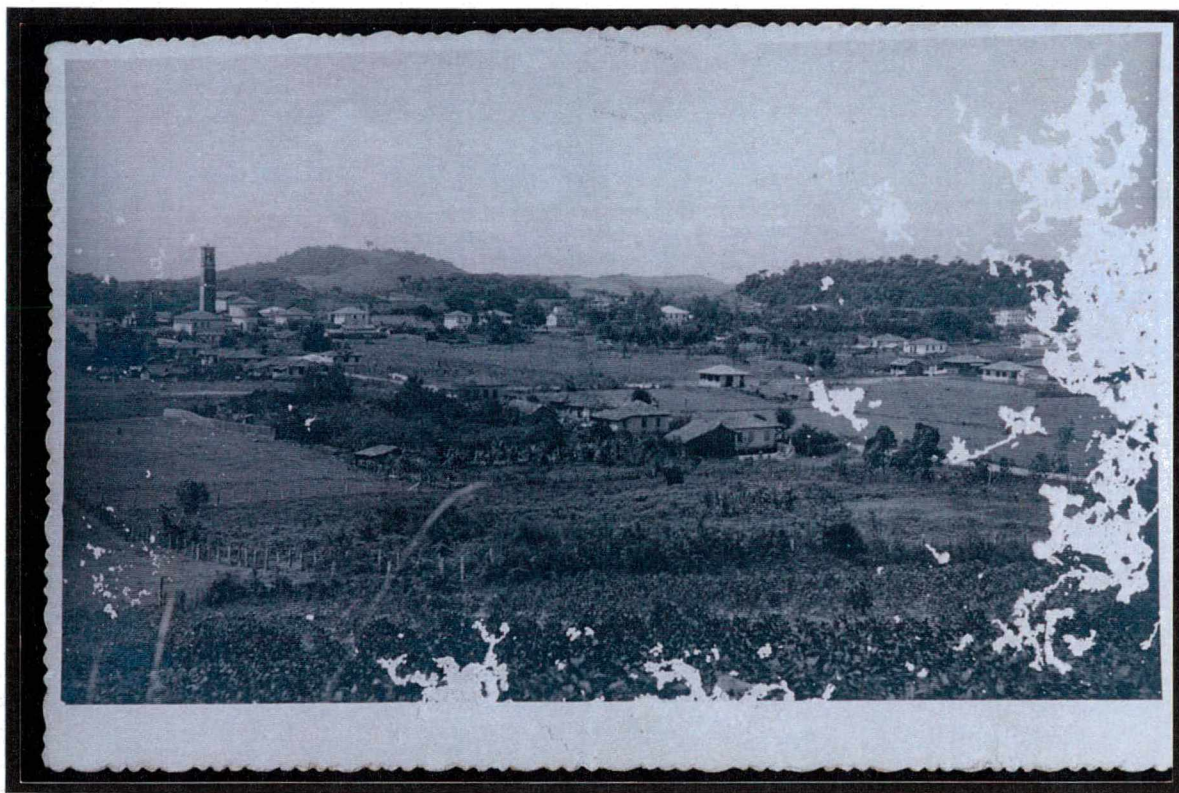
Em relação à agricultura de subsistência e às condições de mercado, uma entrevista com agricultor residente na comunidade rural de Morro Chato, é ilustrativa,

Meu pai começou a trabalhar com engenho de farinha de mandioca em 1930. Eu tive uma família grande, com nove filhos. Comecei a trabalhar no engenho em 1940, trabalhei no engenho até a década de 1960. A família inteira trabalhava no engenho e na criação de porcos e na lavoura. A gente plantava 12 hectares de mandioca e ainda comprava dos vizinhos pra fazer farinha. Parei de trabalhar com o engenho porque o preço da farinha estava muito ruim, não compensava mais trabalhar mesmo, vários engenhos pararam naquela época. O preço era ruim, e no último ano que produzi a farinha, nem compradores apareceram. A farinha de mandioca e o açúcar serviram de

alimento pros porcos. Além da mandioca, plantava milho, criava porcos, que era para o consumo da família e pra venda. Os porcos eram alimentados com milho, mandioca, abóbora e batata-doce. Os porcos, banha e farinha eram vendidos para o município de Araranguá e Criciúma. A gente passava muito sacrifício para poder vender e entregar a produção. Os porcos, a farinha e a banha a gente levava de carro de boi. Também criava galinhas e outras aves (...). Eu plantava de tudo: feijão, banana, batata, abóbora, tomate, cebola, alho e outras frutas e verduras...

A entrevista revela a dificuldade que os agricultores enfrentavam para comercializar a produção. Nesse sentido, conforme já referido, destaca-se a incipiência do mercado consumidor local (foto 3) e regional como também as péssimas condições das estradas.

FOTO 3: VISTA PARCIAL DO NÚCLEO URBANO DE TURVO NA DÉCADA DE 40



A emancipação política de Turvo ocorreu em 20.03.1949, sendo desmembrado de Araranguá. A foto da data da emancipação, registra a ocupação do pequeno núcleo que deu origem ao centro urbano do município.

Fonte: Casa da Cultura de Turvo

A partir da década de 60, com o rápido processo de urbanização, ampliou-se o mercado consumidor nacional, possibilitando o aumento da produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade para o suprimento dos grandes centros urbanos. Esse processo se refletiu em Santa Catarina e no município de Turvo em particular, oportunizando aos agricultores aumentarem a produção. Com isso, modificou-se a economia local, cuja marca inicial foi a expansão do cultivo do arroz para abastecer o mercado. A BR 101, ligando o Norte ao Sul do país, concluída na década de 70, possibilitou o rápido escoamento da produção agropecuária para os grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo.

As mudanças na economia local estão expressas na distribuição da população e isto pode ser comprovado na tabela 1.

A maioria da população de Turvo ainda reside no meio rural. Entretanto, no período de 1960-1995/96, verifica-se uma redução gradativa no percentual da população rural, e ampliação da população urbana, fato comum não só em Santa Catarina, mas no Brasil como um todo.

Tabela 1
Distribuição da população em Turvo/SC (1960-1995/96)

Ano	Urbana	%	Rural	%	Total
1960	1.517	17,04	7.384	82,96	8.901
1970	2.296	20,57	8.863	79,43	11.159
1980	3.105	25,44	9.102	74,56	12.207
1995/96	5.048	39,50	7.730	60,50	12.778

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 1960, 1970 e 1980. Contagem da população - 1995/96

Dois fatos justificam a urbanização do município. De um lado, associa-se ao êxodo rural provocado pelo modelo agrícola: intensivo em capital e poupador em mão-de-obra – não condizente com a realidade nacional.

De outro, no município, a urbanização está relacionada à implantação do sistema bancário (três agências públicas e uma privada), a ampliação do comércio, a instalação de pequenas indústrias de calçados, agroindústrias e cooperativa (processamento e comercialização do arroz), bem como outras atividades relacionadas à prestação de serviços públicos. Além disso, contribuem também a instalação de um hospital, postos de saúde pública, rede escolar: municipal e estadual, com ensino fundamental e médio.

De qualquer forma, foi no espaço rural que as transformações ficaram mais evidenciadas e serão analisadas no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 - A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO¹⁷ AGRÁRIO EM TURVO

3.1. Distribuição da terra e condição do produtor

A distribuição da terra somente pode ser compreendida se considerar a presença de formas pretéritas, obstaculizando ou favorecendo diferentes sistemas de produção, de modo que possibilite uma apreensão dos problemas que marcam a organização contemporânea do espaço agrário (BRITO e SILVA, 1982).

PRADO JR, (1978, p.47-48) ao analisar a estrutura agrária brasileira, considerou que ela,

... é um reflexo da natureza de nossa economia, tal como resulta da formação do país desde os primórdios da colonização, e como se perpetuou, em suas linhas gerais e fundamentais, até os nossos dias. A colonização brasileira e a ocupação progressiva do território que formaria o nosso país, constituiu sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil.

Conforme já referido, em Turvo, a distribuição inicial de terras teve como característica lotes cuja área variava de 25 a 30 hectares, entretanto, isso não se manteve. Desse modo, para melhor compreensão da estrutura fundiária, considerar-se-á como pequenos estabelecimentos os estratos de área de —150 ha, como médios os situados nos estratos de 50 —1 100 ha, e como grandes aqueles com mais de 100 ha.

... é preciso recordar que a definição daquilo que constitui 'grande', 'pequena' ou 'média' propriedade pode variar muito de acordo com os contextos históricos, espaciais e temporais, e as condições tecnológicas prevaletentes (MARTINE, 1990, p.22).

¹⁷ Para Lobato Corrêa, (1995, p.26) “o espaço é concebido como *locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade.”

Para Santos (1997, p.111) “o espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente: a) a configuração territorial, isto é, o conjunto de dados naturais, mais ou menos modificados pela ação consciente do homem, através dos sucessivos ‘sistemas de engenharia’; b) a dinâmica social ou o conjunto de relações que definem uma sociedade em um dado momento.”

Considerando os critérios preestabelecidos e analisando a tabela 2, que mostra a distribuição da terra, pode-se afirmar que o município de Turvo caracteriza-se pelo predomínio de pequenos estabelecimentos agropecuários. Dentre os fatores que contribuem para explicar o alto percentual de pequenos estabelecimentos, destacam-se o processo de ocupação do espaço e o desmembramento de áreas dos médios e grandes, resultado da partilha por herança entre os membros do grupo familiar. É importante salientar que, até a década de 80, as famílias turvenses eram muito numerosas e este fato influenciava na divisão dos estabelecimentos.

PRADO JR. (1978, p.73), ao analisar a estrutura fundiária brasileira, especificamente no que se refere aos pequenos e micro-estabelecimentos agropecuários, considerou que, “... *a pequena propriedade se multiplica, mas a custa de seu fracionamento. A pequena propriedade, ao contrário da grande que tem a ampará-la privilegiada exploração em larga escala, não oferece nenhuma resistência à partilha sucessória. E se vai por isso reduzindo cada vez mais, até atingir esses limites extremamente baixos que se encontram em tantos lugares...*”

No município de Turvo, no intervalo de 70 para 95/96, os pequenos estabelecimentos não sofreram modificações significativas quanto ao percentual numérico e área.

Quanto aos médios estabelecimentos, até o período de 1980, verificou-se uma redução no percentual dos estabelecimentos e da área. A partir daí, ocorreu um aumento no percentual numérico dos estabelecimentos e uma redução de área. Esta constatação nos possibilita afirmar não ter ocorrido, neste estrato, concentração de terras.

Tabela 2
Distribuição do número e área dos estabelecimentos rurais por categorias dimensionais (%)Turvo: 1970 - 1995/96

Estratos de área (ha)	1970		1980		1995-96	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
—I 05	12,31	1,64	19,39	3,07	16,48	2,99
05—I 20	48,25	25,07	46,14	24,68	46,22	25,30
20—I 50	30,49	41,73	26,45	41,37	28,21	40,20
50—I 100	8,12	25,48	6,99	23,09	7,67	21,47
Mais de 100	0,83	6,08	1,03	7,79	1,42	10,04
Total	1.109	23.302	1.361	25.954	1.329	21.787

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina - 1970, 1980 e 1995-96.

No intervalo em análise, os grandes estabelecimentos experimentaram um aumento gradativo tanto no percentual numérico quanto na área, indicando a ocorrência de concentração de terras, sobretudo no intervalo de 1980 para 1995/96.

A tabela 3 mostra a condição do produtor, segundo a propriedade da terra em Turvo, destacando-se a predominância da categoria proprietário.

Tabela 3
Condição do produtor, segundo a propriedade da terra (%) - Turvo: 1970 - 1995/96

Ano	Condição do Produtor: % dos estabelecimentos explorados			
	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante
1970	69,80	14,88	13,70	1,62
1980	69,58	13,88	14,56	1,98
1995-96	72,60	22,60	3,14	1,66

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina - 1970, 1980 e 1995-96.

Quanto à condição arrendatário, chama a atenção o período compreendido entre 1980 e 1995/96, quando a categoria aumentou 61,41% e isto se justifica pela expansão da cultura do arroz, provocado, sobretudo, pelo aumento da escala de produção. Contraditoriamente, verifica-se uma redução significativa na condição parceiro, que pode ser explicada pela diminuição da área cultivada com fumicultura¹⁸, atividade explorada principalmente por parceiros familiares como mão-de-obra.

3.2. Uso da Terra

A figura 3 mostra o uso da terra em Turvo. Constata-se no intervalo de 70 para 95/96, notáveis mudanças no espaço agrário. Neste sentido, é destaque a área de lavouras temporárias, cujo percentual aumentou significativamente (47,4% para 68,84%).

A área de matas naturais sofreu uma redução significativa, indicando a ocorrência de desmatamento.

Na lavoura permanente, o principal destaque é a banana, sendo cultivada em terrenos acidentados, impróprios para a exploração com cultivos anuais.

As terras em descanso e produtivas não utilizadas apresentam uma progressiva redução de área; isto evidencia o elevado grau de aproveitamento da terra no município. Este fato decorre da mudança na base tecnológica da agricultura. Assim, terras ácidas ou aquelas que devido ao manuseio exaustivo perderam a fertilidade, estão sendo recuperadas à base de calcário e adubação química. Além disso, os terrenos alagadiços, tornam-se adequados à agricultura, através de utilização de novas técnicas de irrigação e drenagem. Enfim, o pacote tecnológico da revolução verde “recriou terras” tornando-as produtivas. Sobre esse assunto, GRAZIANO DA SILVA (1981, p.27), analisando o progresso tecnológico na agricultura afirmou que “...com o

¹⁸ Conforme dados censitários do IBGE, durante este período, a área de fumicultura, reduziu 65,55%.

desenvolvimento do modo de produção capitalista, os meios de produção criados pelo homem tornam-se progressivamente mais importantes do que aqueles colocados à disposição pela Natureza.”

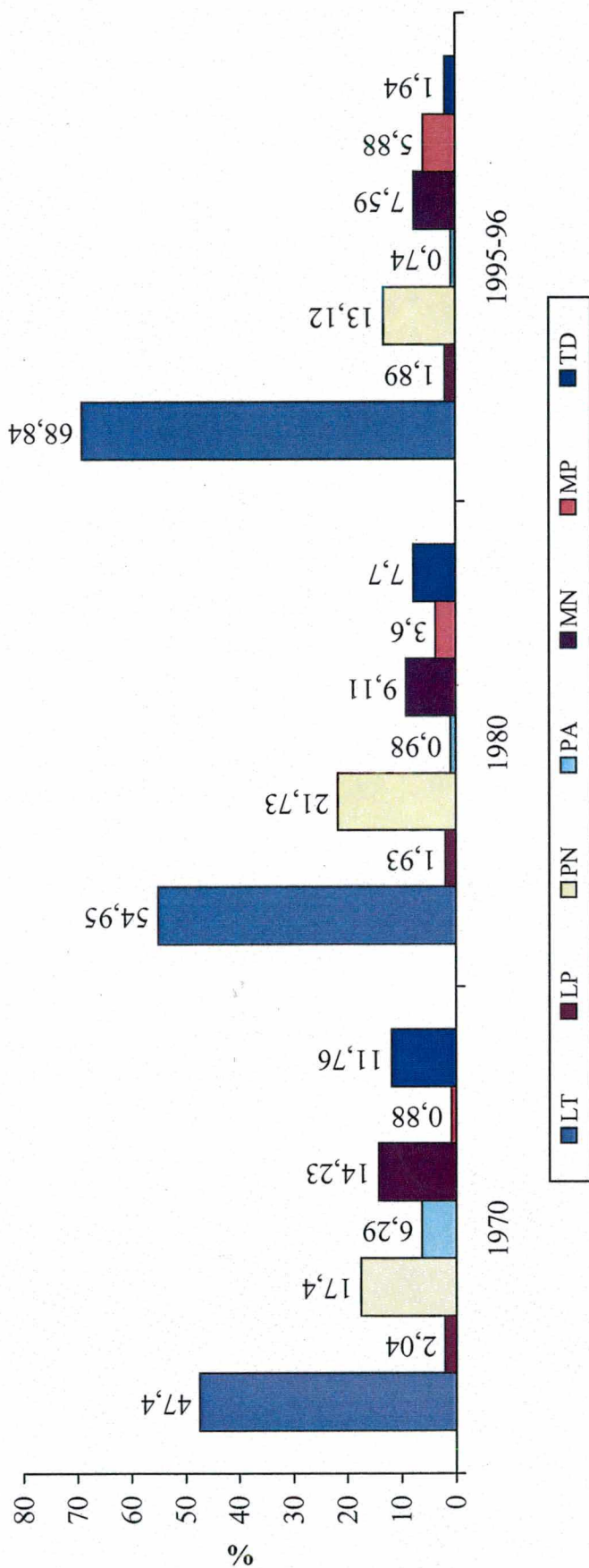
O elevado grau de aproveitamento das terras em Turvo, explica-se pela necessidade de aumentar a área de cultivo, tendo em vista os custos de produção decorrentes da inserção do agricultor na produção agrícola tecnológica.

A figura 3 mostra que a área de pastagens naturais sofreu variações ascendentes e descendentes. A década de 80, foi o período do “boom” do gado em função da alta inflacionária. Isto justifica a expansão das pastagens e do efetivo bovino, o qual será analisado posteriormente.

A mesma figura revela a evolução decrescente das pastagens artificiais (plantadas). Nesta perspectiva, há indícios de que a criação bovina se desenvolve extensivamente.

Em relação ao uso da terra no Brasil, GRAZIANO DA SILVA (1981) observou que a porcentagem de área utilizada em relação à área total é maior nos menores imóveis, contraditoriamente, diminuindo à medida que aumenta a sua área. O elevado índice de aproveitamento da terra nas pequenas propriedades decorre da necessidade de reprodução do grupo familiar, pois, em muitos casos, a terra é a única fonte de renda. Em contrapartida, os grandes imóveis, em muitos casos, subutilizam a terra, não explorando suas potencialidades, pois os proprietários muitas vezes têm a exploração agropecuária como um modo de vida e não um meio, como é o caso das explorações familiares.

Figura 2
Uso da terra em Turvo (%): 1970 - 1995/96



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - 1970, 1980 e 1995/96
- Org.: João Marcos Minatto

- LEGENDA:**
- LT - Lavouras Temporárias
 - LP - Lavouras Permanentes
 - PA - Pastagens Naturais
 - PN - Pastagens Artificiais
 - MN - Matas Naturais
 - MP - Matas Plantadas
 - TD - Terras em Descanso e Produtivas não Utilizadas

Ainda, em relação ao aproveitamento da terra e à dimensão das propriedades, o autor considerou que,

...quando uma população cresce, estando esgotada a possibilidade de expansão da fronteira agrícola, as terras tendem a ser cultivadas numa intensidade maior, que se traduz tanto pela maior frequência de cultivo (como, por exemplo, duas ou mais colheitas num ano). De modo geral, percebe-se que no Brasil as menores propriedades exploram a terra com maior intensidade, dedicando-a preferencialmente a culturas: essa atividade está fortemente relacionada com a densidade demográfica que esses estratos atingem altos valores(...). O uso da terra com culturas, principalmente a produção de alimentos, fica relegado às pequenas e médias propriedades, que cultivam a terra com maior intensidade(...), e reduzindo ao mínimo possível a sua área inaproveitada (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 83-85).

A tabela 4 mostra a evolução dos principais produtos cultivados em Turvo. Antes de proceder à análise, é importante lembrar que até o final da década de 70, no município em questão, a produção agropecuária diversificada supria as necessidades básicas de alimentação das famílias rurais. Na expressão de CORRÊA (1996), pode-se dizer que “*o complexo rural era quase auto-suficiente*”. Em outros termos, os vínculos do produtor com o mercado eram insignificantes, comprava-se pouco e as vendas de excedentes eram inexpressivas.

Até aquele momento havia áreas de terras disponíveis e, por isso, o aumento da produção era obtido pelo simples aumento da área cultivada. Sobre esta questão, é oportuno destacar que muitos produtores para ter acesso à terra e/ou ampliar a produção, aceitavam o compromisso de limpar novas áreas cobertas com vegetação primária. Esse serviço não era pago em dinheiro, o agricultor recebia do proprietário o direito de explorar a terra com culturas de subsistência durante algum tempo (2 a 5 anos). Após esse período, era devolvida a posse da terra ao proprietário, que poderia usá-la ou arrendá-la novamente ao produtor que a tornou agricultável.

O sistema de produção extensivo era uma característica comum na agricultura brasileira e se justificava em função da disponibilidade de terras férteis. Nesse sentido, GRAZIANO

DA SILVA (1996, p.17) observou que “... o crescimento com base no aumento das áreas cultivadas perdurou até o final da década de 60, aproveitando-se das fronteiras próximas aos pólos mais urbanizados do Centro-Sul”.

Naquele momento, a oferta de mão-de-obra, associada à ampla fronteira agrícola interna, permitia o aumento da produção, através da expansão da área, sem grandes investimentos de capitais. Entretanto, a partir da difusão da modernização tecnológica na agricultura, esta questão será alterada e o que ocorreu em Turvo exemplifica bem a questão.

Tabela 4
Principais produtos cultivados: área (hectares) e produção (toneladas) Turvo: 1970 - 1995/96

Ano	1970		1980		1995-96	
	Área	Prod.	Área	Prod.	Área	Prod.
Arroz	4.882	7.685	5.905	13.555	10.500	57.750
Milho	2.626	3.987	3.880	10.062	3.000	13.464
Fumo	1.120	1.394	3.028	4.858	1.149	2.162
Feijão	340	141	294	171	540	482
Banana	235	-	227	-	440	-
Cana	68	922	34	697	180	5.400
Mandioca	1.505	12.454	318	3.131	150	2.250
Outros produtos	138	-	65	-	58	-

(-) Dados inexistentes

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina - 1970, 1980 e 1995-96.

Verifica-se que o arroz, principal cultivo comercial do município, no intervalo de 1970-95/96, teve uma ampliação significativa na área, apresentando também o maior volume (t) de produção. Estes aspectos evidenciam um crescente grau de mercantilização da agricultura, e no caso específico da rizicultura, pode-se dizer que sua expansão¹⁹ e o elevado volume de

¹⁹ Em entrevista realizada com profissionais da EPAGRI, (18/6/1999) obteve-se informação que, mesmo após 1996, teve continuidade a expansão da área cultivada com rizicultura.

produção não podem ser dissociados dos benefícios recebidos das políticas públicas. No intervalo de 1980-1996, a expansão da área cultivada com este cereal se explica pela redução da área explorada com cultivos do autoconsumo e pela diminuição das lavouras fumageiras.

O arroz teve papel fundamental na transformação da paisagem rural de Turvo. Cultivado com tecnologia moderna, (mecanização e insumos químicos), este cultivo provocou alterações significativas nas relações de trabalho. No processo, houve um gradativo aumento no número de tratores e máquinas agrícolas de tração mecânica, na quantidade de uso de fertilizantes, corretivos do solo e defensivos químicos, na utilização de sementes melhoradas, no sistema de irrigação e na assistência técnica especializada. Estas inovações tecnológicas, em conjunto, reduziram o emprego da mão-de-obra no campo.

A expansão acentuada da lavoura do arroz pode dificultar a diversificação da produção, a qual é muito importante na agricultura familiar por minimizar a dependência do mercado em bens de consumo. Isto tem o mesmo significado de economia. Além disso, a diversificação de atividades mercantis pode reduzir os riscos do produtor no mercado.

Ao comentar sobre a diversificação da produção agropecuária, WANDERLEY (1995, p. 42), observou que, *“... a diversificação das atividades é uma estratégia muito freqüentemente adotada pelos agricultores brasileiros, a tal ponto que constitui uma de suas principais características(...). O esforço de diversificação se destina, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo”*.

Em relação à importância da produção familiar agropecuária brasileira, GRAZIANO DA SILVA (1978, p.143-148) ressalta que,

... fica evidente a elevada participação das pequenas propriedades: os imóveis de menos de 100 ha, que representam mais de 80% dos imóveis e detêm menos de um quinto da área cadastrada (17,5%) são responsáveis por mais da metade da área colhida de produtos básicos de alimentação, dos produtos de transformação industrial e dos hortifrutícolas e quase 10% da área explorada

com extração vegetal e/ou florestal(...). Dentre essas pequenas propriedades predominam aquelas sem assalariados permanentes, especialmente no caso dos gêneros básicos de alimentação. Tem-se aqui, já uma primeira indicação da importância da pequena produção no contexto da agricultura brasileira.

Para o mesmo autor, a importância da produção agropecuária nas pequenas propriedades pode ter origem em dois fatores opostos: 1) por representar um setor altamente capitalizado, produtivo e lucrativo, que sozinho tem a capacidade de prover mais da metade da produção agrícola do país, ou, 2) por representar pequenos produtores pauperizados, explorando ao máximo a sua própria força de trabalho e a da sua família, objetivando a sobrevivência e assim sendo, permitir a reprodução e a ampliação de outros setores que se tornam lucrativos à medida que se apropriam do trabalho excedente desses pequenos produtores.

No que se refere à diversificação da produção, FERREIRA e ZANONI (1998, p.17) expressaram a importância da valorização do autoconsumo, estratégia que tem por finalidade assegurar alimentação aos próprios agricultores. Os autores afirmaram que *“...isso nunca impediu que uma parcela dos produtos de subsistência fosse regularmente comercializada, nem que tais agricultores produzissem alguns itens especialmente para o mercado, havendo condições para tal”*.

Ainda, sobre o assunto, AGUIAR (1986, p.112) assim se manifestou: *“a modernização, contudo, impõe a monocultura e exige a supressão das culturas de subsistência necessárias ao autoconsumo do trabalhador e de sua família”*.

De outra forma, *“... a modernização dos processos produtivos, que esteve desde o início acompanhada pela especialização e pela tendência à monocultura, abriu caminho para a diversificação da produção no interior das unidades familiares.”* (RIBEIRO et al., 1981, apud PAULO, 1990, p.83).

Na análise do autor, (Ribeiro) a modernização, ao aumentar a sazonalidade do ciclo produtivo, gera uma grande ociosidade na mão-de-obra familiar, que possibilita a prática de outras atividades, como por exemplo, a suinocultura e a avicultura.

Em relação à lavoura do fumo²⁰, esta alcançou o auge nos anos 80. A partir daí a área de cultivo diminuiu bruscamente, ou seja, 1879 ha de área plantada, o equivalente a 750 estufas de fumo. Em função disso, pode-se dizer que aproximadamente 375 famílias deixaram de dedicar-se à fumicultura, considerando-se a média de 2 estufas para cada família.

Quanto ao milho, no período de 1970-80, a área de cultivo foi ampliada em 32,32% e reduziu para 22,69% em 1995-96. Mesmo assim, apesar da importância na alimentação humana e animal, considerando-se a área ocupada, o mesmo não é representativo.

O feijão é cultivado principalmente para o autoconsumo, apenas uma pequena parcela é destinada ao mercado.

Em relação às culturas do milho, feijão e do fumo, é importante destacar a possibilidade de realizarem-se dois cultivos anuais. Usando o sistema de rotação de cultivos, após o fumo, planta-se o feijão, o milho, além de outras culturas. Neste sentido, as explorações agrícolas familiares ocupam mão-de-obra praticamente durante todos os meses do ano.

A mandioca, no período em análise, mostra uma gradativa redução da área de cultivo. Até a década de 70, a mandioca era transformada em farinha, nos engenhos artesanais. A extinção dos engenhos pode explicar a redução da área cultivada com mandioca. Além do consumo humano ela é usada como alimento para os animais.

A banana se desenvolve nas encostas, onde a declividade é acentuada e tendencialmente a área de cultivo deverá se manter. A produção tem como finalidade,

²⁰ A cultura do fumo caracteriza-se por ser exigente em mão-de-obra. Além disso, ela permite uma acentuada divisão do trabalho: enquanto que crianças e idosos dedicam-se a atividades mais leves, os adultos são responsáveis pelas

principalmente o mercado, e vem sendo comercializada nos grandes centros consumidores, como Florianópolis e Porto Alegre.

A cana-de-açúcar não apresenta expressividade de área cultivada. O produto é usado como alimentação aos animais, e para fabricação de açúcar mascavo.

No que diz respeito a **outros produtos**, inserem-se os cultivos de subsistência como batata-doce, cebola, batata-inglesa, abóbora, café, uva, amendoim e tomate. No período de análise, houve uma gradativa diminuição da área ocupada por aqueles produtos.

A tabela 5 mostra o efetivo da pecuária bovina em Turvo. Constata-se que de 1970 para 1980, a pecuária bovina experimentou um ligeiro aumento numérico e isto tem como justificativa o alto preço do gado naquela década. O produtor familiar também acompanha as tendências do mercado, por isso, com a redução do preço, no intervalo seguinte, o numerário do rebanho diminuiu, mantendo-se equivalente aos anos 70.

Tabela 5
Efetivo da pecuária bovina em Turvo: 1970 – 1995/96

Ano	1970	1980	1995-96
Número total de bovinos	8.975	11.595	8.651

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina – 1970, 1980 e 1995-96.

A pecuária bovina sempre se constituiu numa atividade muito importante para o agricultor de Turvo, que apesar de ter transformado uma relativa parcela de área das pastagens naturais em lavouras temporárias, ainda se dedica a este tipo de criação, que lhe fornece carne e leite(e derivados), servindo também (em alguns casos) como tração animal para cultivar o solo. A

mais pesadas. Esta divisão, por exemplo, não ocorre com a mesma intensidade na suinocultura, cujas atividades exigem maior esforço físico.

criação bovina caracteriza-se por exigir mão-de-obra permanente, embora no município em análise, os cuidados com os animais sejam exclusivos da mão-de-obra familiar.

3.3 Tecnologia de produção

A tabela 6 mostra o número de tratores²¹, segundo a potência. No ano de 1970 havia 281 tratores em Turvo, ou seja, 25,33% dos estabelecimentos rurais utilizavam este equipamento. Nos períodos subseqüentes a ampliação foi significativa, sendo o maior aumento registrado no intervalo de 80 a 96, no qual se constata o percentual de 185,81%. A explicação para isto pode ser encontrada nas facilidades dos financiamentos bancários e incentivos governamentais, destacando-se o PROVARZEAS.

Em 1995-96, 61,10% dos estabelecimentos rurais de Turvo utilizavam trator, o que representa um elevado percentual, pois, naquele momento, segundo o IBGE, em SC, apenas 32,05% dos estabelecimentos utilizavam aquele equipamento.

Tabela 6
Turvo - número de tratores de quatro rodas: 1970 - 1995/96

Ano	Total	Menos de 10CV	10 —150 CV	50 CV e mais
1970	281	27	164	90
1980	437	15	65	357
1995-96	812	13	128	671

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina – 1970, 1980 e 1995-96.

Outro aspecto que merece destaque é o elevado número de tratores de alta potência (50 CV e mais). Assim, no período 70-96, enquanto os tratores de pequeno porte (< 50 CV)

²¹ Até a década de 1950, os tratores usados na agricultura brasileira eram importados e somavam 8.372 unidades. O ano de 1959, marca o início da produção interna. Em 1960, havia 61.338 tratores no país. Em 1970, elevou-se para 165.870 e em 1980, alcançou 527.906. A maior parcela dos equipamentos concentram-se nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (Elhers, 1996). Conforme dados do IBGE, em 1996, somavam 803.742 unidades.

diminuíram 73,82%, os de grande porte (50 CV e mais) aumentaram em 745,55%. A redução do efetivo de tratores de pequeno porte em Turvo, pode ser explicada pela facilidade de financiamentos, sobretudo dos rizicultores: “... eu vendi um trator para um agricultor de Timbédão-Sul [Município vizinho, onde predomina a fumicultura], No mesmo ano, pedi financiamento e comprei outro. Com a venda do trator, eu comprei um pedaço de terra, e comprei outro trator financiado pra mim...”.

O trator representa um bom indicador do grau de mecanização agrícola, uma vez que viabiliza a utilização de vários implementos. Conforme dados do IBGE, Turvo possuía, em 1995-96, 812 tratores, além de 1272 máquinas agrícolas de tração mecânica, como por exemplo, arados, grades, plantadeiras e pulverizadores.

A média de tratores por área cultivada é de 1 trator para 25 hectares. Portanto, esta relação evidencia o alto nível de mecanização das atividades agropecuárias em Turvo.

O elevado número de tratores no município, principalmente os de alta potência, tem sido motivo de preocupação entre os profissionais ligados à agropecuária, constatação evidenciada no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Um dos problemas relacionados com a mecanização da agricultura é que o “*super dimensionamento de máquinas e equipamentos tem elevado o custo de produção (custo fixo). A solução para os minifúndios é a aquisição de máquinas em grupo (associações) ou terceirização dos serviços de máquinas*”.

FOTO 4: O TRATOR - UM INDICADOR DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA



Exposição de tratores durante a “XII Festa do Colono”, realizada no município, em 1999. Observa-se que o trator N. 12, possui uma potência de 110 CV.

À medida em que os equipamentos se tornam mais sofisticados, além de ampliar o custo de aquisição, há também um aumento no custo de manutenção. Não obstante a ‘eficiência’ destes maquinários, e apesar de reduzir o esforço físico despendido nas atividades agropecuárias, eles vêm provocando ociosidade na mão-de-obra familiar.

Um profissional da EPAGRI demonstrou a preocupação com o elevado índice de HP (unidade de potência) por área cultivada:

O Município de Turvo é considerado a capital da mecanização agrícola do país. É um título que, se no passado, gerou algum orgulho para os turvenses, hoje me parece que é um tanto vergonhoso. Eu acho que nós temos que repensar(...) nós temos muito HP por hectare, e gastamos muitas vezes, muito óleo diesel por área também(...). É benéfico por um lado, porque você rapidamente planta tudo. Mas por outro lado, fica aquele patrimônio parado, elevando o custo fixo de produção da atividade.

Como relembra GRAZIANO DA SILVA (1999, p.160), as medidas que permitiriam aplicar a tecnificação nas pequenas propriedades seriam um *“incentivo à produção e à difusão de máquinas menores (menos potentes) que se adaptassem às menores escalas de produção”*, e à possibilidade de *“financiamentos a juros diferenciados quando se trata de máquinas menos potentes ou de insumos preferencialmente adotados pelos pequenos produtores”*.

Para o mesmo autor, a introdução de máquinas mais potentes advém de dois fatores: de um lado, as indústrias fabricam no Brasil os mesmos modelos de máquinas e equipamentos adaptados aos países de origem das matrizes (multinacionais), onde geralmente se desenvolve uma agricultura de grande escala. De outro, os bancos tendem a favorecer o financiamento de máquinas que necessitam de maior volume de recursos financeiros.

Considerando-se o valor monetário de um trator e de outras máquinas agrícolas existentes na localidade em estudo, a quantidade destas revela o volume da transferência de renda das atividades agropecuárias para o setor urbano-industrial. Isto porque, uma das metas de transformar profundamente a estrutura de produção agrícola tradicional, através da tecnificação da produção agrícola, previa que, *“... a modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário à viabilização da rápida expansão da capacidade industrial - objeto prioritário do modelo de modernização conservadora proposto”* (MARTINE, 1987, p.10).

Ao relatar as condições que adquiriu os tratores, um agricultor deu o seguinte depoimento:

... há uns anos atrás eu fui no Banco pra solicitar financiamento pra comprar um trator. O gerente do Banco disse que emprestava o dinheiro pra mim. Até ali tudo bem! Então eu solicitei o dinheiro. Com este recurso, eu ia comprar um trator, aquele que mais me agradasse. Eu também disse pro gerente que eu trazia a nota fiscal e tudo mais. Uma vez que eu hipotequei a minha propriedade, o Banco não teria problema nenhum. Mas, o gerente do Banco disse que a regra era a seguinte: o dinheiro sai do Banco direto pra empresa, e não pro produtor. Eu insisti com o gerente e disse: afinal de contas, o financiamento é pra quem, é pra mim ou pra empresa? Eu queria o dinheiro

pra comprar a máquina de meu agrado(...) e o gerente acabou me dando razão (...). Mas o que acabou acontecendo foi que a minha conversa não adiantou em nada. Eu fui beneficiado com o financiamento, que foi direto pra empresa, a qual me entregou o trator(...). e eu paguei o Banco.

Este fato, além de revelar a vinculação entre o sistema financeiro e as indústrias, mostra também que a participação do agricultor no processo de decisão é praticamente nula, uma vez que sua opinião não interfere em nada no processo de compra e venda de determinado produto industrial.

Além disso, constatou-se não haver orientação técnica por parte do Estado, no que diz respeito ao tipo e porte do equipamento a ser adquirido. A compra dependia do montante de recursos disponibilizados pelo banco ao agricultor e é o principal motivo que explica a existência de equipamentos superdimensionados no local.

Sobre esta questão, GONÇALVES (1987, p.21 e 22), manifesta-se dizendo que,

... através dos seus Departamentos Técnicos, os bancos condicionam o produtor rural a usar esta ou aquela máquina, este ou aquele adubo, fertilizante, fungicida ou inseticida etc(...). As grandes indústrias têm, assim, garantidos os mercados para seus produtos através dos bancos que, por sua vez, ao viabilizarem as indústrias, se viabilizam na medida em que as indústrias dependem dos bancos para terem seu capital de giro, financiamento da produção e(...) crédito ao produtor rural para comprar seus produtos.

A tabela 7 mostra que em Turvo, a demanda por insumos industriais, principalmente fertilizantes, já era significativa na década de 70, ampliando vertiginosamente em 80. A tendência crescente manteve-se nos anos seguintes.

Em 95-96, chama atenção o elevado percentual de estabelecimentos que utilizam fertilizantes. A quase totalidade emprega insumos químicos (94,93%), e uma grande parte usa também os orgânicos (49,26%), muitos usam os dois tipos.

Tabela 7
Turvo - uso de fertilizantes e defensivos na agricultura (%) em relação aos estabelecimentos rurais: 1970 - 1995/96

Ano	Fertilizantes		Corretivos	Defensivos	
	Químico	Orgânico	Calcário	Animal	Vegetal
1970	34,17	9,65	12,08	-	-
1980	91,33	12,64	21,45	88,91	91,62
1995-96	94,93	49,26	72,51	77,31	95,48

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários: Santa Catarina-1970, 1980 e 1995-96.

O calcário já era usado na década de 70. Entretanto, com o desgaste do solo, nas décadas seguintes apresentou uso crescente. Em 95-96, seu emprego é efetuado na maioria dos estabelecimentos (72,51%), o que evidencia a necessidade de adubação e correção do solo.

Quanto aos defensivos, estes também se generalizaram na década de 80, com predomínio do vegetal.

A utilização de insumos industriais (fertilizantes, corretivos e defensivos) e de maquinários, em especial dos tratores, é indicador importante para avaliação do padrão técnico da agricultura.

3.4. As relações de trabalho

A figura 4 mostra a distribuição da mão-de-obra ocupada no setor agropecuário de Turvo. No período em análise, há predominância da mão-de-obra familiar em relação às demais categorias.

É importante relacionar a ocupação da mão-de-obra em Turvo, com a cultura do arroz, tendo em vista que as mudanças no sistema de produção deste cereal alteraram profundamente as relações de trabalho na agricultura.

Antes da mecanização da cultura do arroz, o solo era cultivado com o auxílio de tração animal. A colheita e o transporte eram efetuados manualmente, e isso ocupava grande número de trabalhadores, o que justifica o elevado número de empregados temporários.

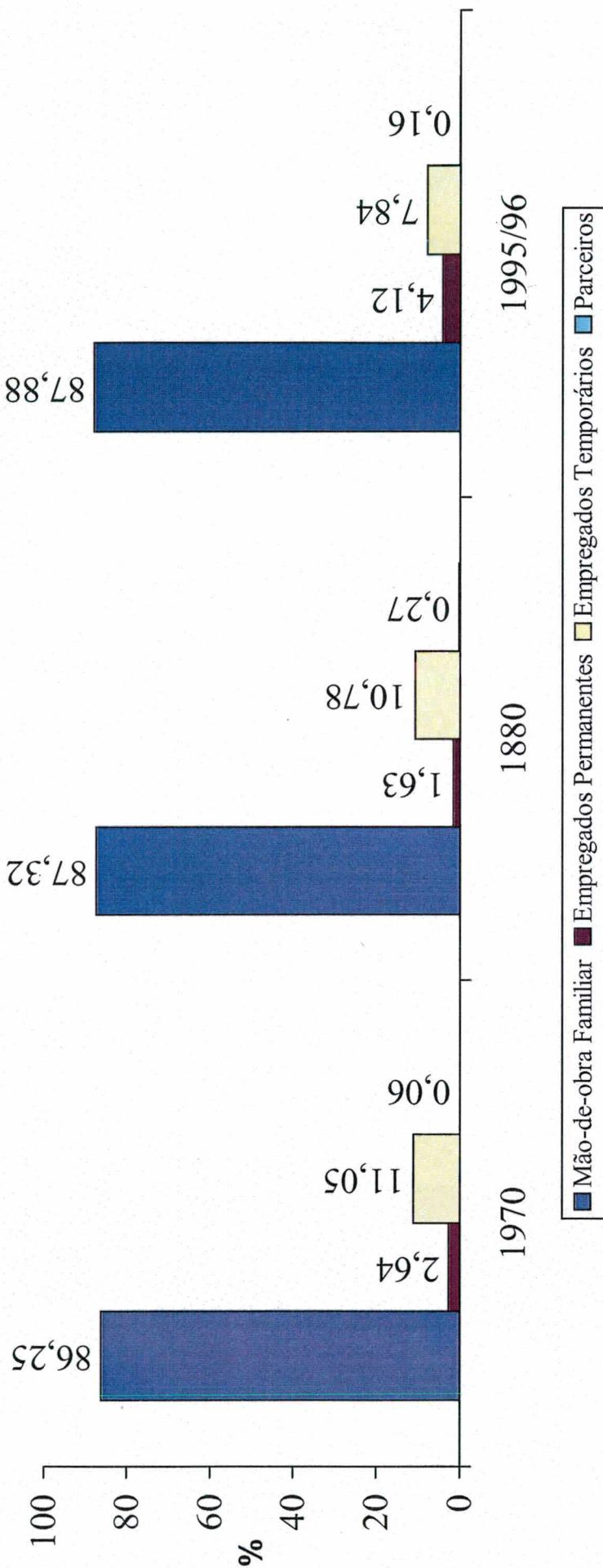
A partir da década de 70, com a intensificação da modernização no sistema de produção – desde o preparo do solo, utilização de herbicidas e colheita –, os produtores de arroz reduziram o número de trabalhadores temporários.

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar da mecanização, a cultura do arroz ainda absorve mão-de-obra contratada, sobretudo para o plantio. O mesmo se pode dizer sobre o fumo, que emprega trabalhadores assalariados durante a colheita. Isto reduz a penosidade de trabalho do grupo familiar. Este fato explica uma parcela dos empregados temporários, tendo em vista que os proprietários preferem pagar tão-somente os dias de trabalho efetivo, ao invés de mantê-los durante o ano inteiro em sua propriedade.

A partir da década de 80, a substituição de uma parcela da área da fumicultura pela rizicultura, também se reflete nas relações de trabalho, considerando-se que a fumicultura absorvia mais mão-de-obra. Isto posto, explica a tendência da redução do percentual dos empregados temporários.

De modo geral, a mecanização e o uso de defensivos reduziram drasticamente a demanda por mão-de-obra em todas as fases do ciclo produtivo. Ao analisar a questão, GRAZIANO DA SILVA (1981) relembra que a categoria empregados permanentes sofreu maior redução, se comparada com a categoria trabalhadores temporários, cujo fato também se configurou em Turvo no período de 1970-80. A justificativa para isto é que se torna mais econômico para o proprietário contratar trabalhadores temporários.

Figura 3
Turvo: distribuição da mão-de-obra ocupada no setor agropecuário(%): 1970-1995/96



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários - 1970, 1980 e 1995/96
 - Org.: João Marcos Minatto

Mas apesar do processo de modernização da agricultura no município de Turvo, a mão-de-obra familiar ainda é predominante e ela desempenha papel fundamental na exploração das pequenas unidades de produção.

A difusão dos avanços tecnológicos provocou consideráveis mudanças no uso da terra, nas técnicas de produção e nas relações de trabalho no meio rural de Turvo. A produção de subsistência (adotada no processo de colonização) apesar de encurralar-se, ainda resiste e ela possui importância econômica para o grupo familiar. Este assunto será analisado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 - AGRICULTURA FAMILIAR: A LÓGICA DA REPRODUÇÃO NO FINAL DOS ANOS 90

4.1 Caracterização do espaço agrário

O município de Turvo possui 1.300 famílias residindo no espaço rural. A área agrícola é partilhada por 1171 propriedades distribuídas em 20 comunidades.

Conforme o PMDR, no final dos anos 90, a estrutura fundiária de Turvo constitui-se predominantemente por pequenas unidades fundiárias: 39,90% das propriedades possuíam menos de 10 hectares, ou ainda, 64,30%, menos de 20 hectares.

Diante desta realidade, pode-se dizer que está se tornando cada vez mais difícil subdividir as parcelas e manter um mínimo de condições socioeconômicas para as gerações sucessivas: o parcelamento das propriedades está próximo a um grau extremo, ou ainda, em determinadas unidades agrícolas, a dimensão das propriedades já ultrapassou o mínimo tolerável.

A atual situação fundiária e o aumento da escala de produção provocaram mudanças significativas em relação ao uso da terra. O uso da terra no final dos anos 90, apresenta uma característica que é comum às pequenas unidades de produção familiar: o elevado aproveitamento das propriedades com lavouras temporárias²².

Em relação às comunidades selecionadas, São Peregrino ocupa uma parte do vale e as propriedades rurais apresentam características naturais semelhantes – solo fértil e áreas planas. O cultivo predominante é o arroz irrigado (foto 5), que se tornou uma atividade especializada para

²² Em relação ao aproveitamento do estabelecimento rural, cabe ressaltar que todos os entrevistados declararam não possuir áreas que fossem inaproveitadas. Esta afirmativa fará com que uma das características, em relação ao uso da terra, será o aumento do caráter intenso. Ademais, para 66,66% dos entrevistados, há ociosidade em relação às máquinas disponíveis. Conforme os entrevistados, estas teriam a capacidade para absorver uma área igual ou superior ao estabelecimento existente.

suprimento do mercado. Nesse sentido, as unidades agrícolas familiares incorporaram os avanços tecnológicos, sendo comum o uso de tratores, pulverizadores, colheitadeiras, sementes selecionadas, fertilizantes, corretivos, defensivos, construção de canais de irrigação e drenagem e formação de tabuleiros. A ação do Estado foi fundamental para viabilizar o processo de modernização do cultivo do arroz irrigado.

FOTO 5: VISTA PARCIAL DE UMA PROPRIEDADE ESPECIALIZADA NO CULTIVO DO ARROZ IRRIGADO



Na comunidade São Peregrino, predominam áreas planas e a atividade predominantemente é o cultivo do arroz irrigado

Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000)

Entretanto, em outras áreas do município, o relevo acidentado não possibilitou a expansão do cultivo do arroz e a comunidade Morro Chato, exemplifica bem a questão. Em função disso, até a década de 80, predominou o cultivo do fumo e, a partir daí, uma parcela

significativa de familiares passou a explorar outras atividades especializadas para o mercado, destacando-se a avicultura e a suinocultura, que se desenvolvem através do sistema de integração: produtor - agroindústrias ²³.

FOTO 6: VISTA PARCIAL DE UMA PROPRIEDADE EM MORRO CHATO



Na comunidade de Morro Chato, há um predomínio de áreas de relevo acidentado.
Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000)

²³ Conforme levantamento do PMDR, Turvo possuía, em 1999, 650 famílias dedicando-se à fumicultura, 90, à avicultura, e 15, à suinocultura.

4.2 As especializações de mercado e a produção de subsistência: a organização da produção

As características da produção agropecuária refletem, em certa medida, o desenvolvimento do capitalismo no meio rural. No município de Turvo, a inserção do produtor familiar em atividades agropecuárias especializadas provocou significativas mudanças na organização da produção.

O ciclo produtivo do arroz irrigado²⁴ inicia-se nos meses de outubro e novembro com o preparo do solo. Com exceção dos rizipiscicultores (que utilizam o plantio direto), os demais entrevistados²⁵ declararam que essa fase realiza-se com o uso da rotativa e alisador, com tração mecanizada.

O plantio do arroz ainda não foi mecanizado. Esta fase absorve o trabalho de toda a família. As crianças ajudam os pais em tarefas mais simples, aprendendo desde cedo as atividades que envolvem o processo produtivo. Após o plantio, há uma significativa redução na demanda de trabalho: os tratos culturais (adubação e aplicação de defensivos) e a colheita são mecanizados. Muito embora haja uma tendência para a mecanização do plantio, tendo em vista a fabricação de máquinas para esta finalidade.

Uma vez mecanizado o plantio do arroz, todas as fases do ciclo produtivo tornar-se-ão modernizadas. Entretanto, a mecanização não se interrompe como se fosse um processo definitivo: há uma constante sofisticação dos equipamentos que vão sendo incorporados à unidade agrícola de produção.

²⁴ Conforme levantamento realizado pelo PMDR, Turvo possuía em 1999, 800 unidades de produção exploradas com o cultivo do arroz irrigado.

²⁵ Conforme declaração dos entrevistados, o cultivo do arroz irrigado para ser economicamente viável requer, atualmente, uma área mínima de 12 hectares. Certamente, o limite dessa área dependerá de vários fatores, tais como: custo de produção, produtividade, preço do arroz, dentre outros.

A transformação na base técnica de produção do cultivo do arroz, somente foi possível pela ação do crédito agrícola, através do PROVARZEAS. Em relação à atuação do programa, todos os rizicultores entrevistados declararam ter sido beneficiados. Neste sentido, percebe-se uma vinculação entre crédito subsidiado - mudança na base técnica de produção: o Estado exercendo um papel fundamental de interferência local. Uma entrevista com profissional da EPAGRI, ilustra o assunto:

O plantador de arroz recebia o financiamento, que era liberado em 3 parcelas: a primeira destinava tornar a área plana, a segunda adquirir os equipamentos e insumos necessários, e a terceira, os recursos eram para colheita. Em pouco tempo, os plantadores de arroz já tinham adquirido todas as máquinas necessárias para o novo sistema de produção, e isto é que foi o mais importante para os agricultores .

O sistema de plantio do arroz é o pré-germinado, considerado muito vantajoso, tanto na opinião dos agricultores, quanto na dos técnicos. *“Uma das vantagens do sistema pré-germinado sobre o tradicional, é que o sistema tradicional dependia das condições climáticas, da chuva, para poder plantar. O sistema pré-germinado dispensa as condições climáticas, permitindo ao agricultor não depender mais do calendário. Com este novo sistema, o nosso agricultor planta quando quer ”.*

A produtividade do arroz é elevada (6 a 7 t./ha) e está diretamente relacionada com as mudanças introduzidas na base técnica de produção: todos os rizicultores entrevistados usam sementes selecionadas, insumos industriais (NPK) e colheita mecanizada.

Quanto ao uso generalizado de NPK, todos os entrevistados declararam saber a dosagem que o solo necessita para a obtenção do rendimento ideal, no entanto, 16,66% não respeitam a dosagem. A opinião de um agricultor é elucidativa: *“Eu sempre fiz análise do solo que eu planto arroz ou milho. Quando os técnicos trazem o resultado, e por exemplo, eles dizem:*

naquela área precisa de 2 sacos de adubo por hectare, eu coloco 3, é pra ver se dá mais produção ainda...”

Quanto ao uso de defensivos químicos, somente dois agricultores não o utilizam, pois transformaram a rizicultura em rizipiscicultura. Além da retirada total dos agrotóxicos, houve uma substituição parcial dos fertilizantes industriais pelos orgânicos.

A especialização da cultura do arroz gera uma preocupação constante aos profissionais do meio rural, afirmação constatada no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural/1999: *“A cultura do arroz irrigado tem aumentado sua produtividade em função de cultivares desenvolvidas pela EPAGRI (EPAGRI 108 e 109), onde a tecnologia disponível permite atingir o potencial máximo deste cultivo...”*

Tendo em vista que todos os rizicultores entrevistados utilizam-se do mesmo sistema de preparo do solo, sementes selecionadas, tratamentos culturais e colheita mecanizada, os níveis de produtividade não apresentam oscilações acentuadas. Ao observar as plantações de arroz de vários agricultores, percebe-se uma semelhança nas diversas plantações.

Os estabelecimentos que possuem condições naturais propícias à cultura do arroz irrigado, a produção de subsistência ocupa uma área inexpressiva. Neste caso, o arroz representa, no mínimo, 90% na formação dos ganhos no estabelecimento.

Cabe ressaltar, que todos os rizicultores declararam que um dos maiores problemas que atualmente estão enfrentando é o elevado custo de produção²⁶. A opinião de um agricultor resume a situação geral:

O custo de produção está muito alto. Por exemplo: nos dois últimos anos, os fertilizantes aumentaram aproximadamente 60%, enquanto que o preço do arroz continua praticamente o mesmo. As sementes estão muito caras, os fertilizantes, agrotóxicos e o combustível pro trator aumentam sempre, as peças

²⁶ Os declarantes informaram que, o custo de produção de uma saca de arroz, (excluindo a mão-de-obra) está em torno de R\$9,00, sendo que, na safra 1999/2.000, o arroz foi comercializado entre R\$11,50 a R\$ 13.00.

de manutenção dos equipamentos estão cada vez mais caras... está cada vez mais difícil continuar trabalhando na roça... (D. S.).

Nos últimos anos, a correção do preço do arroz não acompanhou o elevado aumento do preço dos insumos industriais, os quais são controlados pelas empresas multinacionais. Diante desta situação, os agricultores são obrigados a transferir grande parte dos recursos obtidos com a venda da safra, diretamente para a quitação das despesas de custeio. A instabilidade do preço do arroz, deve ser compensada com a venda de maior volume de produção.

Resumidamente, pode-se dizer que a cultura do arroz foi privilegiada com crédito subsidiado, inovações tecnológicas e assistência técnica estatal: as culturas que apresentavam menor rentabilidade cederam lugar à cultura do arroz: mais atrativo ao capital. Ademais, o arroz é considerado um produto que integra a relação dos ditos essenciais à alimentação brasileira.

A fumicultura teve sua expansão vinculada à ação das agroindústrias fumageiras, sobretudo pelas facilidades financeiras para a montagem da infra-estrutura. Além disso, elas também fornecem os insumos necessários: sementes selecionadas, corretivos, fertilizantes e defensivos, além de prestar assistência técnica que uma cultura especializada exige. Os fumicultores, estimulados pelas agroindústrias fumageiras, modernizaram a base produtiva e, conforme CORRÊA (1996) diante de mecanismos técnicos, financeiros e comerciais, subordinaram-se ao capital urbano-industrial .

Em relação à lavoura do fumo, a pesquisa revelou que a maior parte dos produtores (91,16%) têm vontade de substituir a fumicultura pela avicultura. O impedimento apontado por eles, é a falta de financiamentos para construção de aviário.

Eu trabalho com fumo há 30 anos, o meu pai trabalhou 35 anos com fumo. No ano passado, eu coloquei um aviário(...) pedi o Pronaf, mas não ganhei(...). Eu queria um financiamento, mas com certeza, eu ia pagar até o último centavo. Eu trabalho com fumo há 30 anos, nunca fiquei devendo um centavo pra empresa. Ultimamente, os gastos com o fumo aumentaram muito, e no final da

safra não sobra quase nada. Pra nós, ficou pior ainda depois que fomos obrigados a comprar a lenha pra secar o fumo. Quanto ao fumo, este é o último ano, e acabou, não tem mais condições. Meus filhos querem criar frangos, mas não conseguem aumentar a produção. A gente queria colocar mais um aviário, mas não tem financiamento e recursos próprios a gente não tem. Com o frango, ainda há uma perspectiva. O frango, uma pessoa sozinha faz todo trabalho. Num período de 45 dias, nós criamos 15 mil frangos(...), e o rendimento até que está bom.

FOTO 7: APLICAÇÃO DE DEFENSIVOS NA LAVOURA DO FUMO



Uma das características da fumicultura é a grande utilização de defensivos. O uso inicia com a aplicação de brometo de metila, biocida utilizado para esterilizar o solo, (sementeiras), estendendo até a fase da colheita, como mostra a figura acima. A foto mostra a utilização incorreta (falta de proteção do produtor) na aplicação de agrotóxicos .

Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000)

Embora já exista no Brasil a plantadeira mecanizada para o plantio do fumo, nenhum dos entrevistados possui, nem tampouco demonstraram interesse em adquiri-la. O sistema de produção do fumo no final dos anos 90, conserva características da década de 50, com poucas

diferenças, como, por exemplo, o uso generalizado da tecedeira elétrica, utilizada para afixar as folhas em suportes de madeiras, que serão acomodadas nas estufas. Cabe salientar que, as áreas de relevo acidentado, locais onde predomina o cultivo do fumo, constituem um obstáculo à mecanização da produção fumageira (Figura 8; “a” e “b”).

FOTO 8: A TRAÇÃO ANIMAL NA LAVOURA DE FUMO

a)



b)



As fotos “a” e “b” mostram que a tração animal – muito utilizada no processo de colonização –, ainda é empregada atualmente na lavoura de fumo para transportar as folhas até a estufa.
 Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000)

A pesquisa revelou que a relação entre os agricultores e as agroindústrias gera um clima de tensão, o qual afeta todo o grupo familiar: crianças, adultos e idosos. A opinião de um ex-fumicultor é ilustrativa:

A cultura do fumo tem muitas exigências. Eu ainda me lembro de quando eu plantava fumo, mas não tenho boas lembranças não. Por exemplo, teve um ano que eu fiz o pedido pra plantar 40 mil pés de fumo. Como o preço naquele ano estava bom, eu não respeitei e plantei 45 mil pés. Quando os técnicos vieram na roça, eles desconfiaram com o tamanho da área plantada..., contaram e verificaram que eu tinha plantado 5 mil pés a mais. Pra mim, os técnicos vinham mais pra vigiar a produção, do que pra prestar assistência.... Os técnicos da empresa, me deram um prazo de 15 dias pra eu arrancar a quantidade que tinha plantado a mais. Pra não brigar, eu acabei arrancando o que tinha plantado a mais. Na década de 1980, eu parei de plantar fumo, pra plantar arroz..., desmanchei todas as lombas e fiz tabuleiros pro plantio do arroz irrigado. Com o arroz é tudo diferente(...), por exemplo, neste ano, eu plantei 3 hectares a mais de arroz. Apesar de ser sócio da cooperativa, não precisei dar satisfação pra ninguém. Mesmo porque, meu arroz tem uma boa qualidade, e eu vendo pra quem eu quero.

As agroindústrias são muito exigentes em termos de regularidade no prazo de entrega, quantidade e padronização (formato, peso e coloração) da matéria-prima, isto porque, elas fazem um planejamento da quantidade da produção que necessitam.

Constatou-se que existe grande desinteresse dos produtores pela fumicultura. Conforme as declarações obtidas, os rendimentos são poucos e isto é atribuído ao custo da produção. Isto porque, a lavoura fumageira se desenvolve sob o comando de um pacote tecnológico: as agroindústrias fornecem todos os insumos necessários, como por exemplo as sementes selecionadas, corretivos, fertilizantes e defensivos (inseticidas e fungicidas).

Também contribuem, os gastos com a compra de lenha usada nos fornos para a secagem do fumo. Soma-se a isto, a inexistência de um seguro agrícola, o qual, na opinião dos produtores, deveria cobrir não somente as despesas bancárias – contraídas pelo financiamento de custeio, mas também das perdas ocasionadas por riscos naturais e pragas. O fumo é um cultivo sensível, apresenta baixa resistência e sofre os efeitos do clima, como por exemplo: chuva em excesso e estiagem prolongada, que resultam na proliferação de pragas. O granizo também é prejudicial. Estes fatores, em conjunto, tornam o cultivo vulnerável, ocasionando, muitas vezes, a perda parcial ou total da produção.

Finalmente, outro fator apontado que vem provocando desinteresse dos produtores pelo cultivo do fumo, (Figura 9) é o processo de classificação das folhas, o qual deve ser efetuado de acordo com as determinações da agroindústria. Todos os entrevistados declararam que esta fase gera muita discórdia, porque, no momento da comercialização, as empresas fazem nova classificação e esta é sempre inferior àquela realizada pelo fumicultor. As agroindústrias possuem uma planilha de preços e este mecanismo lhes possibilita fazer uma “grande manobra”, pois existe diferença significativa de preço entre a pior e a melhor classe, ou seja, há uma oscilação de 1.641% (Ver anexo 2).

FOTO 9: ESTUFAS DESATIVADAS



A presença de estufas desativadas, tornou-se muito comum, na comunidade de Morro Chato. Até a década de 90, 60% do trabalho familiar na fumicultura era realizado por parceiros. Atualmente predomina a categoria proprietários.
Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000).

A continuidade do cultivo é assegurada e renovada anualmente²⁷, através de acordo sobre o número de pés de fumo que o produtor deseja plantar. Após firmado o acordo, caberá às agroindústrias calcular a quantidade e fazer a entrega dos insumos. A marca e a qualidade são definidas pelas agroindústrias, a tal ponto que, o produtor somente toma conhecimento de determinado insumo, quando este chega em sua propriedade. Também é função das

²⁷ As agroindústrias fumageiras, persuadem os fumicultores em firmar o acordo para a próxima safra, mesmo antes de entregar a produção, para assim, garantir, por mais um ano, o recebimento da matéria-prima.

agroindústrias prestar assistência técnica aos integrados, a qual se completa com a “*vigia da produção*”. Ao produtor da matéria-prima, cabe fornecê-la conforme especificações preestabelecidas pela empresa, como, por exemplo, formato e textura das folhas, grau de umidade e uniformidade das cores.

É importante ressaltar que, neste processo, o fumicultor atrela-se ao Banco, o qual financia o custeio da produção. O financiamento torna o agricultor vulnerável, obrigando a hipotecar a propriedade. A dívida só poderá ser saldada se ocorrerem ganhos na produção.

Na avicultura se desenvolve a produção de corte. Além dos ganhos²⁸ proporcionados com a venda da produção, todos os entrevistados consideram, de grande importância, a cama de aviário, destinada à adubação de lavouras como, por exemplo, o milho, feijão, hortaliças e recentemente o arroz. Sendo também utilizada para adubação das pastagens: naturais ou artificiais.

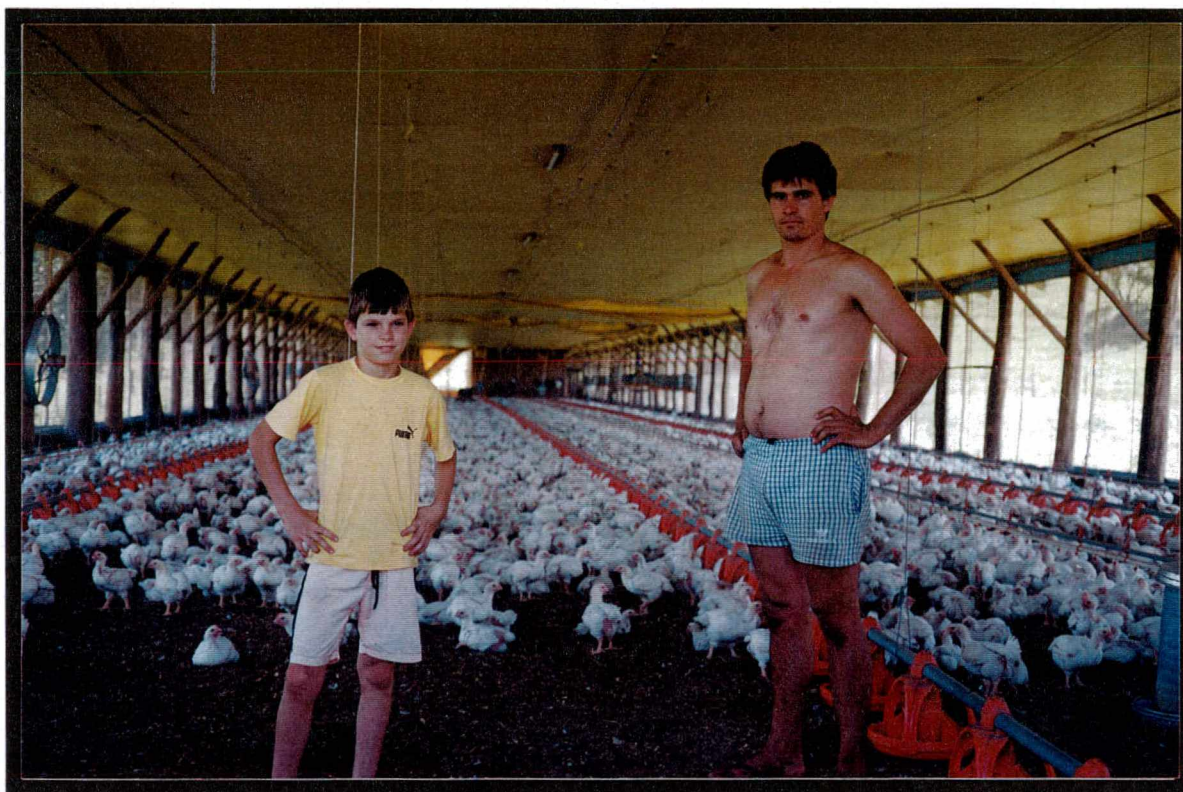
A maioria dos entrevistados (exceto os rizicultores) manifestou interesse em continuar com a avicultura. O impedimento, por eles apontado, é a falta de recursos próprios ou financiamentos para instalação de um aviário. Conforme os declarantes, o custo de um aviário automatizado, para capacidade de 15.000 frangos, está em torno de R\$ 40.000,00, recursos que nenhum deles declarou possuir.

Ainda, em relação aos depoimentos dos integrados, verificou-se uma preocupação generalizada em relação ao aumento constante no custo do sistema de criação; representados principalmente pela aquisição das aves, ração industrializada, produtos veterinários, consumo de energia elétrica (iluminação, ventilação), manutenção dos equipamentos, e modificações nas instalações.

²⁸ Na opinião dos entrevistados, a grande vantagem da avicultura é que ela proporciona a criação de 6 a 7 lotes de frangos durante o ano, tendo assim, num período curto, os resultados da atividade. Ademais, um aviário com capacidade de 15.000 frangos, necessita apenas de uma pessoa para executar todas as tarefas.

Vários depoimentos ilustram o assunto, e alguns merecem destaque: “... *com o frango, tem muita modificação, todo ano tem alguma coisa nova pra gente fazer, como por exemplo, com a ventilação: no começo eram 6 ventiladores no aviário, agora eles pediram pra colocar 12, e a gente teve que colocar. Pra colocar mais 6 ventiladores, nós tivemos que modificar toda parte elétrica também...(C.P.)*”. Outro entrevistado, apontou novas modificações: “... *nesse ano, a gente foi obrigada a trocar toda tela de proteção, que tínhamos recentemente comprado. A Seara alegou que, a malha da tela comprada antes, era muito grande e estava entrando muito passarinho, por isso, eles exigiram que a gente colocasse outra tela, com uma malha mais fina, (E.C.)*”. Um terceiro entrevistado, colocou também que, “...*fomos obrigados a substituir os comedouros pendulares manuais por automáticos, (N.C.)*” Ou ainda, “... *antigamente nosso aviário era menor, ele media 50m. por 12m., passados alguns anos, eles exigiram que nós aumentasse as instalações do aviário, pra 102,60m por 12 m. ... a gente só espera que daqui uns dias eles não vem pedir pra aumentar a altura também.. (N.M.)*”. As declarações evidenciaram que os avicultores trabalham constantemente preocupados com a iminência de modificações que podem ocorrer.

FOTO 10: CRIAÇÃO ESPECIALIZADA DE FRANGO DE CORTE



Proprietário Enio Consenso e seu filho: *“Tenho 3 aviários. Quem trabalham neles sou eu, minha mulher e meu filho de 9 anos(...) empregados não tenho nenhum(...) cada lote de frango, leva 45 dias, e eu faço 7 lotes por ano(...) cada lote (15.000 frangos) eu ganho 900,00 reais, já descontadas as despesas contraídas com a empresa.”*

Fonte: (pesquisa de campo, jan. 2.000)

Cabe ressaltar que, independentemente do interesse dos agricultores pela avicultura, há uma estratégia das agroindústrias em aumentar a produção por unidade agrícola, a tal ponto que um número significativamente reduzido de produtores torna-se suficiente para produzir toda matéria-prima necessária para a empresa. Em Santa Catarina, no início da especialização da avicultura, os técnicos recomendavam aviários para mil aves. Posteriormente, esse número aumentou para 3 mil, 6 mil e 12 mil aves para cada aviário, com a perspectiva de ampliar para 18 a 20 mil aves por aviário. A concentração da produção, normalmente é seguida por inovações tecnológicas (que implicam em investimentos em instalações e equipamentos) e demais exigências das agroindústrias, provocando um processo de seleção dos produtores, e

conseqüentemente, uma exclusão daqueles que não conseguem acompanhar o progresso tecnológico imposto pelas empresas integradoras (ALTMANN 1997).

A exemplo da avicultura, na suinocultura também ocorre um processo de concentração da produção e exclusão dos agricultores que, por determinados motivos, não conseguem adaptar-se às exigências impostas pelas agroindústrias (ALTMANN, 1997).

De acordo com o autor, em 1979, registravam-se em Santa Catarina aproximadamente 50 mil produtores rurais que tinham na suinocultura sua principal fonte de renda. Estima-se que em 1996, este número tenha se reduzido para apenas 25 mil. No entanto, o volume de abate sob a inspeção federal saltou de 202.971 toneladas de suínos em 1980, para 488 mil toneladas em 1996: ou seja, a metade dos criadores passaram a produzir mais que o dobro.

Conforme o PMDR/1999, as inovações tecnológicas introduzidas na suinocultura reduziram para 15 produtores em Turvo, embora este número fosse muito superior no início dos anos 90. Isto não quer dizer que, necessariamente, estes agricultores tenham deixado o campo. As entrevistas revelaram que os ex-suinocultores, buscaram outras alternativas para permanecer no meio rural, como por exemplo, o cultivo do maracujá.

De acordo com informações do agricultor (S.N.), apesar de fazer 25 anos que está se dedicando à suinocultura, os ganhos dessa atividade são insuficientes para a sobrevivência da família²⁹. Para manter as necessidades, também cultivam arroz, milho, feijão e outros produtos de autoconsumo. Em relação aos ganhos com a suinocultura, o entrevistado informou que, o custo com o suíno está em torno de R\$1,23 o quilo, sendo comercializado a R\$1,25 o quilo. Segundo o agricultor, o alto custo deve-se principalmente pela aquisição da alimentação: rações industrializadas.

²⁹ Cabe informar que, na propriedade do entrevistado, residem 4 famílias, que nos seus dizeres, trabalham sob o sistema de um "condomínio familiar".

FOTO 11: CRIAÇÃO ESPECIALIZADA DE SUÍNOS



Propriedade do Sr. Sálvio Nioti. A foto registra a maternidade, mostrando a raça de alta linhagem. Uma das exigências para este setor é a separação das matrizes dos leitões. Além da maternidade, a pocilga do proprietário compõe-se do setor de engorda e gestação.

Fonte: (pesquisa de campo, jan. 2.000)

No que se refere à escala de produção, o agricultor informou que há uma tendência de aumentar cada vez mais: *“hoje nós temos 300 matrizes(...) ou nós aumentamos para 400, ou então seremos obrigados a fechar a pocilga”*. O entrevistado informou também que outra importância da suinocultura é a grande quantidade de dejetos que ela propicia, os quais são totalmente aproveitados na recuperação do solo. Apesar de utilizar somente uma pequena parcela, o restante é distribuído, gratuitamente, aos interessados³⁰.

³⁰ Em Turvo, as pocilgas possuem um reservatório para acomodar os dejetos. A administração municipal adquiriu uma bomba de sucção (cedida sem custos), aos agricultores interessados.

Quanto ao milho, os entrevistados declararam que este não vem proporcionando rendimentos satisfatórios, e o custo de produção é superior às demais lavouras especializadas praticadas no município.

Para a maioria dos entrevistados, as fases do ciclo produtivo estão totalmente mecanizadas (preparo do solo, tratos culturais e colheita). As exceções referem-se a duas unidades agrícolas, que não dispõem dos recursos produtivos mecanizados, utilizando-se da tração animal para o cultivo do produto.

A preocupação com o desinteresse da cultura do milho, foi evidenciada na declaração de profissionais da EPAGRI:

... com o milho, nós não temos muito o que fazer. O custo da semente é muito alto e os fertilizantes também. Para o ano que vem, a gente vai fazer um encontro com produtores orgânicos e uma das coisas que a gente está tentando resgatar é a semente antiga do milho, o milho pinhão... resgatar um pouco daquele milho, para poder multiplicar e distribuir para os demais produtores das pequenas propriedades. Com o milho pinhão, o agricultor poderá produzir sua própria semente e não ficará mais dependente das sementes híbridas, o que diminuirá, um pouco, o custo de produção. Outra questão que podemos fazer em relação ao milho, é adubar com esterco de frangos e suínos. Nós chegamos numa encruzilhada: ou você tem uma área maior, com produção em escala, e continua com o pacote tecnológico, usando semente híbrida de ponta, adubo, uréia e todos os insumos industriais necessários. De outra forma, o pequeno produtor tende a fazer uma cultura mais ecológica, não necessitando dos recursos externos da propriedade e assim ele conseguirá manter-se na propriedade (Sérgio Silveira – técnico da EPAGRI).

A manifestação acima aponta a ressurgência de determinadas práticas agrícolas, visando diminuir o custo de produção e conseqüentemente um aumento de renda para o grupo familiar.

Muito embora o feijão desempenhe papel fundamental na alimentação da população local e nacional, no município de Turvo, a maior parte da produção é obtida na área de fumo. Em fevereiro planta-se o feijão que é colhido em maio, conhecido como “feijão de safrinha”. A partir

daí, inicia novamente o ciclo do fumo. O cultivo destina-se ao consumo do grupo familiar e os excedentes são comercializados.

Ainda, sobre esta questão, um produtor (*Morro Chato*), assim se manifestou “... o dinheiro do feijão é muito importante, porque a gente compra as coisas que precisa pra casa, assim vamos dizer, comprar uma geladeira nova, uma televisão melhor, essas coisas...”.

Mas, o alto custo de produção aliado à instabilidade do preço do produto, são fatores desestimulantes do cultivo do feijão, impedindo assim a expansão da cultura do mesmo.

A pecuária bovina, não é a principal atividade das unidades de produção familiar em Turvo. Os animais são criados com duas finalidades: corte e leite. Constatou-se que alguns produtores possuem animais de raças leiteiras (holandesa e Jersey), entretanto, a maioria continua com a criação não especializada e isto está claramente evidenciado no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural/1997: “*Em virtude da baixa qualidade genética, o rebanho do município deixa muito a desejar quanto à sua produtividade. Assim, faz-se necessária uma ação mais efetiva no que toca ao melhoramento genético(...). O município ainda não decolou no que se refere à qualidade de seu rebanho*”.

O número de cabeças variou em torno de 05 a 15 reses por unidade agrícola. Notou-se também que, em todos os estabelecimentos pesquisados, há um grande aproveitamento das pastagens, havendo uma alta lotação dos pastos. Esta atividade representa, em média, 18% na formação dos ganhos da unidade agrícola.

Contudo, ao entrevistar um agricultor, que tem a fumicultura como atividade principal³¹, verificou-se a importância da pecuária tradicional para a subsistência do grupo familiar:

O gado fornece uma renda muito boa, principalmente o leite, que a gente tira fora de hora. Nós tiramos o leite de manhã cedinho e no final do dia. Se a

³¹ De modo geral, a fumicultura representa 75% na formação da renda do estabelecimento.

lavoura falhar, nós temos dinheiro todo mês. Com o dinheiro do leite, a gente paga a energia elétrica, que também é um gasto mensal, e às vezes sobra dinheiro pra comprar um combustível, por exemplo. O nosso gado não tem uma boa raça, é aquele 'pêlo-duro', que meus pais e meus avós tinham, em compensação eles comem de tudo: uma mandioquinha, uma palha de milho, um azevém, aveia, até folha de palmito e bananeira, enfim, ele come de tudo. É um gado que não tem raça, mas eu prefiro assim mesmo. Se o meu gado fosse de raça, me encareceria muito, pois tinha que tratar com ração especial...

A pecuária leiteira rústica, mesmo com os baixos índices de produtividade – por não requerer maiores investimentos –, foi considerada de grande importância para a maioria dos entrevistados: tanto para atender o consumo do grupo familiar (carne, leite, queijo, nata e manteiga), ou mesmo, na comercialização dos excedentes. Sobre esta questão, um técnico da EPAGRI, assim se manifestou:

A dona de casa, foi e ainda é uma heroína, principalmente quando o preço dos produtos agrícolas está em baixa. Aí é que o produtor percebe o quanto o leite dá dinheiro. São estas pequenas atividades que mantêm as despesas da família, como, por exemplo, as despesas de mercado, vestuário, farmácia, combustível e tantas outras. As propriedades diversificadas, não sofrem tanto quando o preço do arroz está em baixa, como por exemplo neste ano .

FOTO 12: PECUÁRIA RÚSTICA E ESTUFA DE FUMO



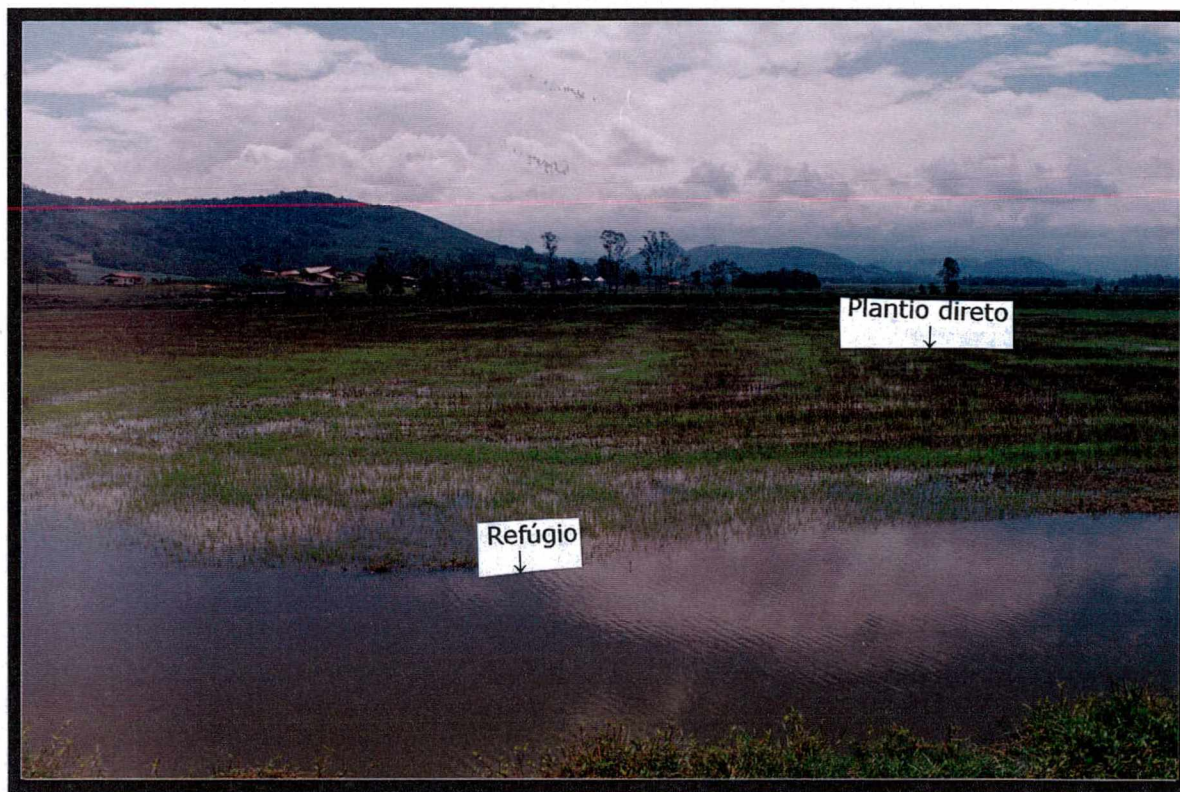
A propriedade do Sr. Gabriel Minatto (Morro Chato), mostra as estufas e a pecuária rústica: apontando que a especialização de uma atividade não exclui as práticas tradicionais, pelo contrário, complementam-se.

Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000)

Além das atividades especializadas para o abastecimento do mercado e de outras voltadas para o autoconsumo com excedentes comercializáveis, os agricultores familiares de Turvo envolvem-se também com outras atividades de produção, as quais têm por finalidade atender essencialmente o consumo do grupo familiar. Neste sentido, destaca-se a produção de tomate, cebola, cenoura, mandioca, moranga, batata, beterraba, banana, alface, repolho e outros que são cultivados sem o uso de fertilizantes industriais. Na opinião dos agricultores, esta produção, por não apresentar uma padronização, não tem grande aceitação no mercado consumidor.

4.3. A rizipiscicultura: uma alternativa para agricultura familiar

FOTO 13: RIZIPISCICULTURA



A prática da rizipiscicultura teve seu início em 1989, na propriedade do Sr. Sérgio Cibiem – São Peregrino. Conforme o PMDR, Turvo possuía, em 1999, 100 unidades de produção exploradas com a rizipiscicultura.

Fonte: (pesquisa de campo, nov. 2.000)

À prática da rizipiscicultura – sistema de cultivo do arroz associado à criação de peixe –, fazem-se necessárias modificações nos tabuleiros dos arrozais (Ver anexo 3). A principal alteração é um rebaixamento lateral – denominado refúgio –, com uma profundidade aproximada de 60 cm. A cultura do arroz exige uma lâmina d'água em torno de 30 cm de profundidade. Após 20 dias da plantação do arroz, o nível d'água do tabuleiro é aumentado gradativamente. A partir deste período, os peixes saem do refúgio e migram para o interior dos tabuleiros, alimentando-se das larvas de insetos que eventualmente se proliferam.

Além da retirada dos defensivos químicos, a prática da rizipiscicultura dispensa o uso de aragens para o preparo da terra. Também, os peixes além de eliminarem as larvas de insetos (que causam danos ao cultivo do arroz), revolvem o solo. Observa-se na paisagem anterior a prática do plantio direto.

A rizipiscicultura configura-se como produção diferenciada, a qual teve sua consolidação mediante uma parceria entre a COOPERSULCA³² e a EPAGRI, cuja expansão está se configurando predominantemente nas menores unidades de produção. Isto porque, o alto custo de produção, representado pelo gradativo aumento dos insumos industriais e a instabilidade do preço do arroz, vêm aumentando a escala de produção. Assim sendo, a rizipiscicultura vem possibilitando que os pequenos plantadores de arroz, mesmo não atingindo o patamar mínimo de produção, permaneçam na atividade.

Conforme declaração dos entrevistados, além de reduzir os custos de produção, o arroz está sendo comercializado por um preço melhor. Neste sentido, a rizipiscicultura representa uma agregação de renda para o pequeno agricultor: além dos ganhos obtidos com a safra anual do arroz, ele comercializa o peixe durante o ano³³.

Conforme informações prestadas pelo agricultor (S.C.), a consolidação da rizipiscicultura deu-se pela ação da cooperativa, na medida em que instalou um frigorífico para industrializar o peixe. O agricultor apontou as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos do sistema: “... antes do frigorífico, eu comercializava o peixe para os pesque-pague aqui da região(...) na medida em que eu aumentava a área da rizipiscicultura, a oferta de peixe superava

³² No ano de 1999, a cooperativa inaugurou um entreposto de pescado. Atualmente, o frigorífico está industrializando uma tonelada diária, sendo seu subproduto principal, o filé de peixe. A partir do funcionamento do entreposto, a cooperativa está incentivando a expansão da rizipiscicultura, uma vez que, as instalações do frigorífico possuem uma capacidade para industrializar 5 ton. de peixe diariamente.

³³ Conforme declaração do primeiro rizipiscicultor de Turvo – Sérgio Cibiem –, este sistema consorciado de cultivo e criação, está proporcionando uma produtividade de 2 toneladas de peixe por hectare. Salieta que, um melhor manejo poderia elevar a produtividade para 3 a 5 toneladas por hectare. Informou ainda que o peixe está sendo comercializado a R\$1,00 o quilo, sendo R\$0,40, o custo de produção.

a procura, fazendo com que eu ficasse com peixe nos arrozais pronto pro consumo, mas não havia mercado(...) o que estava se tornando um problema pra mim. Com o frigorífico, tudo melhorou”.

Ainda, no que se refere à rizipiscicultura, o fumicultor da comunidade Morro Chato, (G.M.), considerou que “... *não tenho condições de cultivar o arroz irrigado, porque a área plana [da propriedade] é muito pequena. Mas, talvez a saída fosse a rizipiscicultura, até porque, a propriedade está localizada próxima aos morros, que têm fonte d’água potável...*”. A declaração do agricultor indica a necessidade de se fazer um estudo para verificar a viabilidade da prática da rizipiscicultura em propriedades com pequenas parcelas de áreas planas, localizadas nas proximidades dos morros que possuam mananciais d’água, a qual é uma condição para o êxito da rizipiscicultura. A comunidade Morro Chato, apresenta essas características.

4.4. O trabalho familiar

Em relação à mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas, constatou-se a predominância do trabalho familiar, independente do tamanho da propriedade, do tipo de atividade praticada e do grau de tecnificação da produção.

Mas, quando a mão-de-obra do grupo familiar torna-se insuficiente para executar determinadas tarefas do ciclo produtivo (preparo do solo, plantio ou colheita), é comum contratar empregados, preferencialmente os temporários. Neste sentido, contratam-se trabalhadores de outras unidades de produção que têm mão-de-obra disponível; algumas vezes por insuficiência de terra, outras porque a família é numerosa, ou porque existe mão-de-obra ociosa. Assim, o trabalho externo representa renda complementar no orçamento familiar.

A dinâmica do trabalho familiar em Turvo somente pode ser apreendida no contexto de cada atividade especializada.

A mecanização do processo produtivo e o uso de sementes selecionadas diminuem o ciclo do arroz³⁴. No conjunto, estas mudanças reduziram o peso das atividades manuais e isto se reflete na ocupação da mão-de-obra familiar. A mecanização também alterou a divisão interna de trabalho do grupo familiar, redefinindo as funções. É importante notar que, antes da mecanização, a colheita do arroz ou do milho era efetuada por toda família (homens, mulheres e crianças). A partir daí, um “operador de máquinas”, passou a executar sozinho esta tarefa.

FOTO 14: A MECANIZAÇÃO DA COLHEITA DO ARROZ



A mecanização da colheita do arroz provocou consideráveis alterações no emprego da mão-de-obra. Antes da mecanização, a colheita era a fase que exigia maior demanda de trabalho. Estima-se que uma colheitadeira faz o trabalho para 300 pessoas. Para que o arroz pudesse ser colhido mecanicamente, houve uma alteração na arquitetura das plantas, tornando-as mais baixas. Tal fato somente foi possível com a introdução das sementes selecionadas. A colheitadeira, além de cortar as plantas, separa a palha dos grãos, que são transferidos para um recipiente a granel.

Fonte: (pesquisa de campo, março de 2.000)

³⁴ São as chamadas sementes precoces. Por exemplo, a variedade SCS-BRS-111, possui um ciclo de 123 dias. Com a redução do ciclo produtivo, há uma diminuição dos dias efetivamente trabalhados.

O fumo é um cultivo temporário com ciclo produtivo longo. Este, inicia-se no mês de abril com o preparo dos canteiros, local onde se desenvolverão as mudas, para que, nos meses de junho e julho, sejam replantadas. Neste momento, inicia-se a fase dos tratamentos culturais (aplicação de defensivos e fertilizantes) estendendo-se até a colheita, que ocorre nos meses de novembro, dezembro e janeiro, quando intensifica-se o trabalho, e isto tem continuidade até o momento da comercialização. Das etapas do processo produtivo, esta é a fase de maior penosidade do grupo familiar. A justificativa é que são realizadas mais de 10 colheitas, uma vez que o amadurecimento das folhas é parcial. Depois de colhido, o fumo é afixado em suportes de madeira, sendo colocado na estufa para a secagem. Após a secagem, procede-se à fase da classificação: as folhas são analisadas individualmente, separadas conforme determinações das agroindústrias. Todas estas atividades absorvem integralmente a mão-de-obra familiar.

Em determinados períodos, como por exemplo da secagem, a jornada de trabalho atinge 24 horas diárias, tendo em vista a constante necessidade de cuidados.

O excesso de atividades, a impossibilidade de dar conta de todas as tarefas, nesta fase torna-se comum a contratação de trabalhadores assalariados para amenizar a auto-exploração ou o desgaste físico do grupo familiar.

As atividades criatórias especializadas de suínos e aves de corte também apresentam especificidade quanto à ocupação da mão-de-obra, em cada etapa do ciclo produtivo.

A pesquisa detectou a composição do grupo familiar obtendo-se os seguintes resultados: (20,84%, possuem 3 pessoas; 33,33% possuem 4 pessoas; 20,84% – 5 pessoas; 16,66% – 6 pessoas e 8,33% possuem 7 pessoas). Verifica-se que a maior parte das famílias possui reduzido número de pessoas. Isto não constitui um entrave para o desenvolvimento das atividades, porém, cria dificuldades pois, nos períodos de pico, como é o caso da safra, falta mão-

de-obra, e a solução é recorrer aos trabalhadores contratados. Muito embora, a contratação de trabalhadores temporários contribua para a redução dos “ganhos”.

Apenas duas famílias fumicultoras possuem membros trabalhando fora da propriedade nas fases de menor exigência de mão-de-obra na propriedade. Um exerce a função de pedreiro, o outro de carpinteiro; além disso, trabalham como diaristas em outras unidades agrícolas, complementando a renda do grupo familiar. Os recursos obtidos fora do estabelecimento, destinam-se ao pagamento de contas na farmácia ou no mercado. A justificativa para o assalariamento, é insuficiência dos rendimentos na sua propriedade. Assim, para assegurar a reprodução social, eles buscam uma atividade acessória³⁵.

Na divisão do trabalho familiar, as atividades mecanizadas são assumidas pelos homens. A suinocultura também é uma atividade em que predomina o trabalho de homens. Em relação à avicultura e à fumicultura, há uma certa igualdade na participação de homens e mulheres, aí incluídos também as crianças e idosos.

As mulheres, além das lidas da casa, assumem os trabalhos na horta, na indústria artesanal doméstica (preparo de doces e conservas), bem como em outras atividades como a pecuária leiteira: ordenha, fabricação de queijos, nata e manteiga.

A troca de dias de serviço³⁶ é ainda praticada em três propriedades. É oportuno notar que, a modernização das atividades agropecuárias – ao reduzir significativamente a demanda por mão-de-obra –, minou esta característica; contudo, ressurgiu em determinadas circunstâncias, como é o caso da rizipiscicultura (foto 15).

³⁵ O termo ‘trabalho acessório’ foi utilizado por Kautsky, em “A Questão Agrária”, V.2, p.10., Ed. Portucalense, 1972.

³⁶ Esta prática que constitui numa relação entre os agricultores vizinhos ou com algum grau de parentesco e que não envolve dinheiro, foi generalizada até a década de 70. Ela era realizada com frequência durante o período das colheitas. Os produtos que mais exigiam este mutirão eram o arroz, fumo, milho e feijão. Uma vez que o período de plantio destes produtos admite uma variação de até 60 dias, as colheitas não coincidiam, e isto facilitava a relação solidária de trabalho.

FOTO 15: MUTIRÃO NA DESPESCA DA RIZIPISCICULTURA



Com a rizipiscicultura, ressurgiu a prática do mutirão. Comunidade São Peregrino. Foto gentilmente cedida pelo Técnico da Epagri, Sr. Sérgio Silveira.

4.5 A relação com o mercado

No Município de Turvo, além da extensão rural, a Cooperativa Agropecuária de Turvo Ltda. – COOPERSULCA –, e as agroindústrias (fumo, aves e suínos) também constituíram-se como agentes difusores do projeto governamental de modernização tecnológica na agricultura familiar.

A ação das agroindústrias iniciou na década de 1950, com a fomicultura, cuja expansão, conforme já comentado, ocorreu até os anos 80. A avicultura e a suinocultura configuraram-se como atividades especializadas no final da década de 1970. Os produtores rurais familiares, por estarem integrados às agroindústrias ou associados à cooperativa, usufruíram de

financiamentos bancários e incorporaram pacotes tecnológicos. Assim, o capital se expandiu nas unidades de produção, provocou mudanças no sistema de uso da terra e na dinâmica do trabalho familiar alterando as relações do produtor com o mercado. No processo, o produtor familiar subordinou-se ao capital urbano-industrial. Na expressão de WANDERLEY (1985): “*Tornou-se um trabalhador para o capital*”. Entretanto, isso deve ser relativizado pois, mesmo estando subordinado a normas e regras, o agricultor se “beneficiou”, garantiu mercado para seus produtos. Em contrapartida, na medida que passou a incorporar as novas tecnologias para aumentar a produtividade, alterou-se a organização interna na unidade de produção e, no processo, o segmento familiar passou a desenvolver várias estratégias combinadas para permanecer integrado ao mercado e para se manter no meio rural.

A COOPERSULCA (Ver anexo 4) foi fundada em 20 de dezembro de 1964. A partir daí, intermediando o Estado e as indústrias produtoras de maquinários e insumos químicos, ela difundiu as novas tecnologias e garantiu o recebimento do arroz, produzido nas propriedades familiares.

Com o passar do tempo, novos produtores inseriram-se ao sistema e a cooperativa ampliou suas instalações, objetivando atender às necessidades dos rizicultores que aumentaram gradativamente a área cultivada e a produção daquele cereal. A COOPERSULCA conta atualmente com 984 associados e possui capacidade para processar aproximadamente 30.000 toneladas de arroz/ano. À medida que novos agricultores aderirem ao sistema, as instalações serão ampliadas para atender a produção³⁷.

Cabe ressaltar que, atualmente, a relação entre a cooperativa e os rizicultores é intensa. Além do recebimento e pagamento do produto, ela também presta assistência técnica e financia o custeio da produção de seus associados.

³⁷ Informações obtidas com o Presidente da Cooperativa, Sr. Flávio Marcon, em 15.03.1999.

A importância da COOPERSULCA³⁸ na economia local pode ser constatada na opinião de um agricultor da Comunidade São Peregrino, e que está transformando a rizicultura em rizipiscicultura:

A Cooperativa para nós, agricultores, foi um passo a mais, que nós demos na vida. Houve um tempo que colhíamos arroz e não tínhamos onde vender. Hoje com a cooperativa, nós temos a garantia de estocagem e venda do produto. Hoje a cooperativa é uma empresa moderna com máquinas mais sofisticadas, dando assim mais agilidade nos trabalhos e melhorando visivelmente a qualidade dos produtos. Outra grande conquista da cooperativa, foi a indústria do peixe, que é mais uma fonte de renda para nós agricultores. (Gazeta Regional de Turvo – 23.12.99).

Cabe ressaltar que antes da instalação da Cooperativa, os produtores de arroz eram obrigados a comercializar o produto com os cerealistas. A classificação, o preço e o prazo de pagamento geravam muita discórdia entre os agricultores, que não possuíam qualquer poder de barganha.

Muito embora os agricultores considerem a COOPERSULCA uma “*empresa moderna que visa lucro*”, é importante mencionar que os eventuais rendimentos líquidos que ela gera, são distribuídos aos associados ou aplicados em melhorias de infra-estrutura e equipamentos. A decisão é deliberada em assembléia geral, que possui caráter soberano, representando assim, a instância máxima da cooperativa.

A COOPERSULCA, preocupada com o elevado custo de produção do arroz, está incentivando a transformação da rizicultura para prática da rizipiscicultura. A rizipiscicultura diminui os custos de produção, pois dispensa a utilização de agrotóxicos. Desse modo, a combinação: arroz e peixe, resulta em ganhos monetários para a unidade de produção.

O ciclo do arroz, dura aproximadamente, 4 meses, o que deixa o estabelecimento e uma parcela da mão-de-obra do grupo familiar, durante a maior parte do ano, em situação ociosa.

³⁸ Outros depoimentos constam no anexo.

A rizipiscicultura ocupa muita mão-de-obra e o ciclo é maior. Com isso, os membros do grupo familiar, ocupam-se em atividades relacionadas à piscicultura ao longo do ano.

A integração dos pequenos produtores às agroindústrias pode ser compreendida pela relação de segurança que se estabelece entre ambas as partes: segurança de poder vender toda produção, recebimento no prazo estipulado e assistência técnica (PAULILO, 1990, p.175).

A comparação de dois questionamentos efetuados aos produtores familiares: a) **quais os principais produtos cultivados atualmente**, e b) **é associado de alguma cooperativa e/ou integrado à agroindústria**, percebeu-se que as unidades agrícolas integradas à fumicultura, avicultura ou suinocultura, possuem um sistema de produção bem mais diversificado, se comparados aos rizicultores – associados à cooperativa.

A justificativa para isso é que as agroindústrias incentivam os integrados a cultivar lavouras de subsistência, ou seja: *“... há uma preocupação da agroindústria em especializar o pequeno produtor na produção de uma determinada matéria-prima, mas sem desestimular o seu cultivo de subsistência – na medida em que parte da reprodução da força de trabalho familiar é feita através do cultivo de subsistência, o preço pago ao produtor pela indústria pode ser mais baixo”* (BESKOV, 1980, p.117).

A pesquisa mostrou que os ganhos com a fumicultura são insignificantes ao ponto de não poder manter a mínima sobrevivência do grupo familiar. Se não fosse o milho e o feijão cultivados após a colheita do fumo, bem como a criação de pequenos animais e o cultivo de hortifrutigranjeiros destinados à subsistência, os ganhos provenientes da cultura do fumo não poderiam proporcionar sobrevivência mínima para a família. Em Turvo, a maioria dos fumicultores possuem 1 ou 2 estufas, quantidade necessária para absorver o trabalho de toda a família. Um número maior de estufas, somente seria possível mediante a contratação de mão-de-obra, o que também reduziria os ganhos.

Como está evidenciado, a cooperativa e as agroindústrias³⁹, constituem-se nos principais canais de articulação da produção familiar – alimentos e matérias-primas –, e o mercado urbano-industrial. A modernização tecnológica da produção aumentou a produtividade dos cultivos e criação, mas o agricultor ampliou seus vínculos com o mercado, ora para comprar insumos e maquinarias, ora para vender a produção ou adquirir outros bens que não produz na unidade produtiva.

Com as atividades especializadas, os custos de produção ampliaram e o resultante disso foi o aprofundamento da mercantilização da agricultura. Assim, para cobrir os custos com máquinas, equipamentos e insumos químicos e se manter no meio rural, os agricultores estão sendo obrigados a produzir cada vez mais.

Nas especializações relativas à fumicultura, avicultura e suinocultura, vigora o sistema de integração e as especificações técnicas são preestabelecidas e controladas pelas empresas que compram toda a produção.

Numa situação diferente, encontram-se os associados à cooperativa, os quais desenvolvem atividades especializadas, tais como arroz, milho e peixe. Estes são obrigados a comercializar 60% da produção com a cooperativa, o restante pode ser vendido para outros compradores.

Outros produtos como feijão, leite, queijo, hortifrutigranjeiros, cuja escala de produção é pequena, se ocorrer sobras elas são comercializadas e efetua-se, predominantemente, pela ação de pequenos comerciantes locais.

³⁹ Todos os entrevistados são associados à cooperativa ou integrados às agroindústrias. Além disso, 8,33% são associados e integrados concomitantemente.

Ao perguntar aos agricultores **qual a opinião a respeito do sistema cooperativo ou agroindustrial**, obteve-se algumas respostas, as quais foram agrupadas e merecem ser explicitadas:

Os associados da cooperativa manifestaram satisfação com a associação. Eles concebem a cooperativa como uma empresa moderna, com algumas vantagens, destacando, a forma de comercialização. Sobre esse aspecto, cabe esclarecer que ao depositar o produto na cooperativa⁴⁰, o produtor determinará a data do pagamento, na qual, será pago o valor de mercado. Além disso, se desejar, o agricultor também pode parcelar o recebimento do dinheiro de acordo com suas necessidades.

Os produtores de fumo, integrados às empresas fumageiras, revelaram uma situação muito desfavorável. A grande maioria declarou que a permanência, enquanto fumicultor, expressa-se por mera obrigação ou por não haver outra possibilidade para permanecer no meio rural.

Os produtores de aves e suínos, também integrados, indicaram que o rendimento destas atividades é compensador. A maioria dos entrevistados são ex-fumicultores e comentaram das melhorias na unidade de produção. Além da renda obtida, a criação fornece adubo para a propriedade que resulta em lucro, pois não necessitam comprar adubo.

A relação de subordinação entre os fumicultores/suinocultores/avicultores e as agroindústrias é praticamente a mesma. O que causa desinteresse pela fumicultura é, em primeiro lugar, o ganho; todos declararam ser insuficientes para manter a sobrevivência do grupo familiar.

Em segundo lugar, foi apontado o reduzido número de pessoas no grupo familiar. Isto traz implicações, pois a atividade fumageira é exigente em mão-de-obra, acentuando ainda mais a penosidade do trabalho. A contratação de empregados temporários contribuiu para a redução dos

⁴⁰ A cooperativa se encarrega de buscar o produto no local da produção.

ganhos com a cultura. A avicultura está em processo de expansão. Conforme declaração dos entrevistados, o impedimento é o alto custo de implantação do aviário.

O arroz é o cultivo mais expressivo, que tem como finalidade o comércio. Cabe ressaltar que, antes da especialização da cultura daquele cereal, os agricultores reservavam uma parcela, que era consumida durante o ano. Mas, devido às precárias condições de estocagem do produto, havia um alto percentual de perdas: tanto pela ação de roedores, quanto por infiltrações que havia nos paióis. Naquele período, também reserva-se uma parcela para a semente. Atualmente, toda produção é comercializada (cooperativa ou cerealistas). Os rizicultores consideram que para o consumo familiar torna-se mais prático adquirir o produto no mercado.

No que diz respeito à pecuária bovina, ela é muito importante por proporcionar carne, leite e seus derivados. Na maioria das vezes, a comercialização bovina destina-se a atender uma necessidade premente do agricultor, que vende o gado diretamente aos matadouros locais. Foram múltiplas as respostas sobre o destino da pecuária, citaremos algumas delas: *“Com o nosso gado, a gente tem a carne, o leite, o queijo, e a manteiga pro consumo da família. Quando sobra queijo, a gente vende e com o dinheiro, a gente paga a luz, telefone, e às vezes põe o dinheiro na poupança pra comprar um eletrodoméstico ; ou, “... o dinheiro que a gente ganha com o leite ou com o queijo, a gente usa no mercado, pra poder comprar as mercadorias que a gente não produz”*.

Muito embora os agricultores de Turvo tenham se inserido em atividades especializadas para o abastecimento do mercado, nunca houve uma desvinculação entre agricultura de subsistência e mercantil⁴¹. Várias foram as situações encontradas para explicar a vinculação entre ambas.

⁴¹ Verificou-se também que, a especialização de uma determinada cultura ou atividade criatória não elimina, obrigatoriamente, o sistema tradicional de outras atividades praticadas pelo grupo familiar. Exceto nos casos em que haja uma imposição das agroindústrias; como por exemplo, a proibição do avicultor integrado em dedicar-se à criação de galinhas caipiras.

Ilustraremos o assunto com uma entrevista realizada com um agricultor, residente na comunidade São Peregrino:

A nossa família trabalha com gado e arroz. Desde 1970, o produto principal é, o arroz irrigado. A gente planta 20 ha de arroz. O gado, apesar de não ter muita raça, também é muito importante pra nós. Ele fornece pra gente, a carne, o leite, queijo e manteiga. A gente, de vez em quando, vende um gado(...), o dinheiro da venda, a gente usa pra fazer manutenção dos tratores e de outras máquinas que a gente utiliza pra cultivar o arroz. O leite, o queijo e a manteiga que sobra, a gente vende, e com o dinheiro compra combustível pro trator. O dinheiro do arroz, a gente compra trator, outras máquinas e até mesmo um pedaço de terra...

As informações da entrevista, nos permitem considerar a associação existente entre a agricultura de subsistência e a de mercado: 1) a pecuária sempre teve grande importância para a subsistência do grupo familiar. As razões estão explícitas na citação anterior, e, 2) ela gera um excedente, que é utilizado para cobrir gastos ocasionados com a cultura especializada do arroz, a qual destina-se exclusivamente ao mercado.

Os agricultores, apesar de se especializarem no cultivo do arroz, ainda combinam a lógica da subsistência com as condições de mercado.

Para o entrevistado, antes da modernização, os ganhos provenientes com a venda dos excedentes da produção de subsistência (carne, leite, queijo, manteiga e pequenos animais), destinavam-se em adquirir artigos que o agricultor não conseguia produzir (como por exemplo, sal, querosene e tecidos).

As entrevistas mostraram que, em determinadas situações, torna-se impossível dissociar a contabilidade de uma determinada lavoura, como por exemplo, a do arroz, uma vez que um entrevistado declarou que a manutenção das máquinas é efetuada com recursos provenientes com os ganhos da pecuária.

Apontou também a dinâmica dos produtores para manterem-se no meio rural. Neste sentido, uma atividade que não possibilita a reprodução social da família, serve de apoio para viabilizar o cultivo de outro produto, que dê melhor retorno financeiro.

Sobre o assunto comentado, a citação de BERGAMASCO e BUENO (1998, p.128) é esclarecedora: “... a agricultura familiar, através de suas estratégias, não apenas se mantém enquanto unidades produtivas, mas assegura a reprodução e integração aos circuitos mercantis, demonstrando capacidade em criar mecanismos que se adaptem ao mercado, objetivando a reprodução da unidade.”

Quando foi indagado sobre os **produtos alimentícios adquiridos no mercado**, ficou evidenciada uma preocupação que pode ser resumida no depoimento de um produtor que assim se manifestou:

Nós compramos a maioria dos alimentos. Eu considero isso um abuso. Os colonos, de repente, passaram a ser os maiores fregueses do mercado. Tanta coisa que a gente poderia produzir pro consumo da família(...) nós estamos se dedicando muito com as culturas voltadas à comercialização. Certamente, estamos buscando com excesso no mercado. Para o ano que vem, eu estou pensando em fazer uma grande horta, e voltar a plantar tomate, cebola, alho, mandioca, moranga e outros produtos que a família consome, ou seja, voltar a fazer o que meus pais faziam....

A comparação com os antecessores, ou seja, a auto-suficiência foi considerada um fator positivo para o sucesso e permanência do grupo familiar no campo.

O PMDR/99 também expressou preocupação com os hábitos alimentares do grupo familiar.

A situação alimentar da maioria das famílias rurais encontra-se em desequilíbrio, não somente por carência, como também por excesso. As famílias rurais vêm recorrendo cada vez mais aos produtos industrializados, existentes no mercado, não levando em consideração o seu alto custo e baixo valor nutritivo, deixando em sua propriedade, diversos produtos de grande valor nutritivo se deteriorarem por falta de conhecimento de técnicas de conservação, industrialização e armazenagem corretas dos alimentos.

4.6 As políticas públicas e a necessidade de novas alternativas

A política de financiamentos em Turvo, vincula-se prioritariamente à lavoura do arroz irrigado. A pesquisa revelou que todos os rizicultores entrevistados foram beneficiados pelo crédito rural subsidiado, (PROVARZEAS), que concedia financiamentos subsidiados para investimentos sendo utilizados para a compra de trator, pulverizadores, colheitadeiras, silos para armazenagem do arroz, e financiamentos para custeio, destinados a tornar a área plana e fazer os tabuleiros para o plantio do arroz irrigado.

A entrevista com um agricultor, (Comunidade São Peregrino) resume bem a situação geral dos plantadores de arroz; *“Eu fui beneficiado com o PROVARZEAS. Ele foi um programa muito bom para os plantadores de arroz aqui no Turvo. Com o dinheiro eu comprei um trator, pulverizador e colheitadeira além de fazer os tabuleiros para plantar o arroz irrigado. Antes do PROVARZEAS, eu colhia 30 sacas de arroz por hectare e agora estou colhendo aproximadamente 190”*.

O PROVARZEAS foi um mecanismo de financiamento seletivo, por privilegiar apenas determinadas unidades agrícolas: exclusivamente os plantadores de arroz. Diante do exposto, pode-se dizer que, a exemplo do que ocorreu no país, na área de estudo a modernização também foi seletiva.

No outro extremo, os plantadores de feijão, milho, mandioca e banana, ficaram marginalizados do processo, uma vez que não atendiam as condições preestabelecidas do sistema de financiamento. Estes agricultores integraram-se à fomicultura, suinocultura e avicultura, como forma de permanecer no meio rural.

Diante do exposto, pode-se dizer que, em Turvo, a distribuição dos financiamentos subsidiados pelo Estado também ocorre de forma desigual.

Sobre a questão da distribuição do crédito agrícola, a declaração de um agricultor aponta a desigualdade na distribuição dos financiamentos:

Os recursos aqui no Turvo devem ser melhor distribuídos. Eu nunca ganhei um financiamento, apesar de fazer 30 anos que eu estou solicitando. Tem colono que planta arroz e ganha financiamento todos os anos. Na minha opinião, o que poderia fazer é um rodizio: um ano, determinados colonos sejam beneficiados, em outro ano, beneficiar aqueles que não ganharam no ano anterior, e assim por diante...” (Agricultor da Comunidade de Morro Chato).

A avaliação que os agricultores fazem em relação àqueles que estão bem ou mal sucedidos é diretamente associada aos que receberam ou não apoio do Estado. Neste sentido, o crédito subsidiado (sobretudo PROVARZEAS e o PRONAF), vem gerando conflitos entre os beneficiados e aqueles que não tiveram acesso.

Para a maioria dos agricultores, há uma expectativa da ação do Estado no sentido de oferecer financiamentos a juros subsidiados. Essa expectativa tem sua origem, principalmente, no programa de financiamento do PROVARZEAS. O Estado é considerado um agente capaz de promover a melhoria das condições do agricultor, ou ainda, sua ausência, é considerada como sendo a causa de sua própria ruína.

Quanto à concessão do crédito rural, uma entrevista com o técnico da EPAGRI (S.S), corrobora com o assunto:

Quanto ao crédito de custeio, tem ano que sai com certo atraso, mas no geral, o pessoal tem conseguido financiamentos. Com maiores dificuldades, os pequenos produtores, aqueles que não movimentam conta em banco. Aqueles sempre têm uma dificuldade maior. O Banco sempre prefere emprestar dinheiro para aqueles que têm um saldo médio bancário, ou para aqueles que não precisam do dinheiro, que irão deixar lá aplicado...

Outra preocupação dos agricultores, que afeta a situação sócioeconômica do grupo familiar, é a excessiva fragmentação das propriedades, tendo como causa principal, a sucessão

hereditária. “estamos encurralados”, foi a expressão de um chefe de família, proprietário de 7,5 hectares de terra. A especialização das atividades agropecuárias, ao elevar a escala de produção, torna-se incompatível com as pequenas propriedades, e esta preocupação foi evidenciada em depoimento do técnico da EPAGRI (S.S.). Na oportunidade, apontou algumas alternativas:

O município de Turvo tem todas as condições de se tornar um pólo produtor de arroz ecológico, de arroz sem agrotóxicos [Ver anexo 5]. Em relação aos demais produtos, o município tem condições de produzir produtos diferenciados. Para a pequena produção, a saída é a produção diferenciada, coisa que é difícil fazer em grandes propriedades. Eu acredito que vai tender para esse lado. Daqui pra frente, quem quiser permanecer na propriedade, certamente terá que reduzir custos, e partir para um produto diferenciado. Está havendo um interesse maior por produtos sem agrotóxicos, de forma mais ecológica. O que a gente pode observar, é que antes, se consumia mais pela aparência do produto, um produto bonito, tinha boa aceitação, tinha um bom mercado, não interessando se era carregado de agrotóxicos. Atualmente, está começando ocorrer mudanças.

Em relação à diversificação da produção agropecuária, vários entrevistados, manifestaram que o maior entrave para sua expansão é a instabilidade de preços e o precário sistema de comercialização para os produtores cuja escala de produção é pequena. Considera-se oportuno registrar o depoimento de um agricultor, que contempla a opinião dos demais entrevistados:

Precisamos construir indústrias no campo, para poder beneficiar os nossos produtos. E também uma fábrica de enlatados e de sucos, para industrializar a nossa produção. Aqui nós temos uma boa matéria-prima. Por exemplo, no ano passado, aqui no Turvo, vários colonos colheram maracujá, inclusive eu. Mas na hora de vender a produção, não teve preço nenhum. Acredito que, a partir deste ano, vai haver desinteresse pelo produto. Nós não deveríamos vender o maracujá, mas sim o suco industrializado. Então, precisa de uma indústria aqui no campo, ou mesmo uma cooperativa que beneficie a nossa produção. Por exemplo, o arroz, sai da cooperativa beneficiado, direto para os grandes mercados consumidores. A partir deste ano, a cooperativa também está industrializando o peixe(...) isto teria que acontecer com o maracujá, pepino, ervilha, milho e outros hortifrutigranjeiros .

As entrevistas e observações, permitem afirmar que, em relação à produção diferenciada, há um grande interesse, por parte dos profissionais, agentes do poder público, em prestar assistência técnica às atividades especializadas, consolidadas, como por exemplo o arroz e as que estão em expansão, no caso a rizipiscicultura. Contudo, há uma carência em relação aos demais produtos e o cultivo do maracujá é um exemplo típico da situação.

Os agricultores manifestaram interesse na produção agropecuária diferenciada e diversificada e declararam ser de importância fundamental que os profissionais da EPAGRI, juntamente com os da Cooperativa e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, mobilizassem as associações comunitárias, no sentido de atuar principalmente com produtos sem agrotóxicos. Esta produção poderia ser comercializada, através de uma feira, em menor escala, e através da cooperativa, quando a produção for conduzida ao grande mercado consumidor. Além disso, a diversificação da produção, aumentaria o autoconsumo para o grupo familiar, estratégia que tenderia a minimizar a dependência dos agricultores na aquisição de produtos alimentícios.

4.7 As perspectivas da unidade agrícola

A estrutura fundiária do Sul do Estado, constituída por pequenas propriedades, aliada à partilha – por sucessão hereditária –, não permitiria que todos os filhos que desejassem se estabelecer nas atividades agropecuárias continuassem, ainda que o estabelecimento permanecesse familiar. Em relação à transmissão da propriedade por herança, um fator adotado para minimizar a fragmentação da unidade agrícola (12,5% dos entrevistados) é o pagamento, por parte de um ou dois sucessores, aos demais irmãos, dos direitos sobre a partilha da transmissão da herança.

A expropriação dos filhos de proprietários, não é característica específica do Sul do Estado, ocorrendo em vários locais. Quando pequenas propriedades não conseguem absorver a mão-de-obra de todos os componentes da família, membros dela se proletarizam, ainda que o estabelecimento continue permanecendo familiar.

OLIVEIRA, (1995, p.34), observou esta característica, ao constatar que,

... a realidade mostra que nas regiões predominantemente ocupadas pelos camponeses, não é necessariamente o processo de expropriação direta pelo capital que comanda e determina o processo, expropriando a terra camponesa. Mas sim, o capital, talvez mais sabiamente, expropria as possibilidades dos filhos dos camponeses poderem também ter terra para continuar camponeses. É por isso que, na maioria dos casos, são os filhos dos camponeses que se proletarizam. Ou seja, a proletarização não precisa atingir diretamente toda a família camponesa, mas seguramente a maior parte dela, seus filhos. Esta distinção dos processos atuantes é fundamental para o entendimento do processo geral que o país conhece.

O trabalho de campo evidenciou o interesse do grupo familiar em permanecer na unidade agrícola. A afirmação pode ser verificada na questão: **como utilizariam eventuais recursos disponíveis**. Em maior proporção, a resposta foi a compra de terras, aquisição de equipamentos mecanizados, construção de aviários, melhorias na casa, enfim, realizariam investimentos na propriedade.

Conforme a resposta dos entrevistados, a finalidade da compra de novas áreas⁴², objetiva a continuidade da atividade agrícola para gerações sucessivas; e os investimentos, para proporcionar mais ganhos e melhores condições de vida. Há uma preocupação do grupo familiar, para que o estabelecimento tenha condições de assegurar a permanência dos filhos na propriedade.

⁴² 95,83% dos entrevistados não admitem a hipótese de vender a terra que possuem, quer para investir em outras atividades mais rentáveis, quer para trocar a propriedade por outra maior.

Apesar da resposta majoritária ser a compra de terras, entretanto, todos declararam que a terra em Turvo é muito cara⁴³, e os agricultores não têm recursos próprios para comprá-la. Daí a grande busca pela terra em outras localidades (Municípios ou Estados). Dos entrevistados, um agricultor (comunidade São Peregrino) – que possui 30 hectares de terra em Turvo, recentemente adquiriu 160 hectares no Estado do Mato Grosso.

Além da compra da terra⁴⁴, os agricultores que não conseguem adquirir novas propriedades, utilizam-se do arrendamento (16,66% dos entrevistados), como mecanismo de ocupar os equipamentos e, em alguns casos, a própria mão-de-obra do grupo familiar.

Uma das características da agricultura familiar, é a perspectiva de que todo investimento em recursos materiais e do trabalho na unidade agrícola, pela geração atual, possa vir a ser transmitido a gerações sucessivas. Nesse sentido, as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, a alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento ou fora dele, e a intensidade do trabalho são fortemente orientadas por esse objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre geração. Ou seja “... *a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subseqüentes*” (WANDERLEY, 1999, p.27).

⁴³ O alto preço da terra em Turvo advém de vários fatores, dentre os quais, destacam-se: 1) grande quantidade de benfeitorias; 2) alto aproveitamento do estabelecimento e, 3) a procura por terras - por parte dos agricultores -, é muito superior em relação à oferta.

⁴⁴ De modo geral, os compradores de terra e os arrendatários são plantadores de arroz. Conforme os entrevistados, a necessidade da aquisição/arrendamento de novas áreas ocorre na medida em que o agricultor não dispõe de áreas em sua propriedade para ampliar a escala de produção e pela grande ociosidade dos equipamentos agrícolas, sobretudo os tratores.

Outra questão que demonstrou interesse do grupo familiar pelo estabelecimento rural foi percebida quando perguntado: **o que a terra significa para sua família**. As respostas que sintetizam a questão foram: “...*Significa a sobrevivência de nossa família. A gente cuida bem da terra que temos, vender nem pensar, ao contrário, estamos pensando em comprar mais...* (J.C); “*Olha, para nós ela representa tudo, é daqui que nós tiramos o sustento da nossa família. Tenho filhos e netos, todos trabalhando juntos, pra poder sobreviver...* (D.S)”;

“*Além da subsistência, tem um significado familiar, por ter herdado de meu pai (C.S.)*”; “*É de onde a gente sobrevive. Vivemos dela. Esta terra era de meus pais, ou ainda, de meus avós. Já trabalhei nela 30 anos, e vou trabalhar mais 20. Depois vou deixar para os meus filhos...* (MA)”;

“*Tudo... o que seríamos de nós sem a terra. Ela é uma dádiva (D.F.)*.”; “*O nosso ganha pão. Se faltar o dinheiro, não falta comida, e isso é o que é mais importante pra minha família. Aqui na nossa propriedade, nós temos a nossa sobrevivência (R.M.)*”.

As declarações mostraram que a unidade agrícola tem a finalidade de satisfazer as necessidades do grupo familiar. As entrevistas também apontaram que a propriedade da terra representa uma condição imprescindível para que as famílias sejam consideradas agricultoras, ou “colonos”, como se autodenominaram no decorrer das entrevistas.

A estrutura de funcionamento das unidades de produção familiar foi analisada por LAMARCHE (1998,p.61-89). O autor selecionou os fatores terra, trabalho e a reprodução familiar do estabelecimento, para estabelecer o grau de intensidade das lógicas familiares. No que se refere especificamente ao fator terra, por considerar a condição fundamental em toda análise de funcionamento das unidades de produção familiar é importante compreender a relação intrínseca do produtor com a terra.

Outra questão que se observou foi o interesse pelo campo, verificado através da indagação: **o que tem a dizer sobre a vida no campo hoje**. Os entrevistados assim opinaram:

“Eu prefiro morar no campo, principalmente porque a gente planta de tudo e assim a gente consegue ter uma boa alimentação pra família.” (S. C.); “É muito boa, nós temos o conforto da cidade e a tranquilidade do campo. Temos telefone, luz elétrica, e as estradas são boas. Aqui na nossa região, eu acho que está muito bom” (V. B.). “Turvo está bem equipado: tem energia elétrica, lazer, e fácil acesso a tudo. Nós estamos perto de tudo. Eu planto arroz e tenho todas as máquinas que eu preciso. O campo é bem melhor do que a cidade, não pretendo trabalhar na cidade não (...) a cidade está muito perigosa, principalmente, nas proximidades das favelas” (D. S.); “Eu penso que a cidade seria mais para as pessoas que tem mão-de-obra especializada. A minha opinião é que os colonos fiquem na roça, trabalhando na lavoura. Se tivesse mais incentivos por parte do governo, a agricultura aqui no Turvo, ofereceria muito mais empregos e a cidade estava com menos problemas sociais” (D. F.).

De modo geral, os entrevistados valorizam o campo, pelas boas condições de moradia, acesso a uma boa alimentação e pela aversão às condições de vida dos moradores das favelas, localizadas na periferia das grandes cidades.

Da mesma forma, é pertinente os agricultores manifestarem preocupação em relação à mudança para as cidades na busca de melhores oportunidades, na medida em que o processo da evolução tecnológica – incorporada pela industrialização –, vem acelerando-se gradativamente nas últimas décadas. Isto posto, significa dizer que vem ocorrendo uma acentuada diminuição de trabalhadores no processo produtivo, contudo, exigindo uma qualificação profissional cada vez mais aperfeiçoada. A conjugação destes fatores reduziu as oportunidades dos agricultores em se inserirem no mercado de trabalho do meio urbano.

Em relação às citações anteriormente descritas, a declaração do agricultor (D.F.), reafirma que a agricultura familiar é o segmento que possibilitaria um maior número de empregos, caso houvesse uma política agrícola visando melhorias na situação sócioeconômica

dos pequenos proprietários. Apesar desta consideração não nos oferecer nenhuma informação adicional, contudo, essa questão vem sendo ignorada pelas políticas governamentais.

Para finalizar a questão sobre a interação do agricultor com a cidade, utilizamos as declarações da questão: **qual sua avaliação das condições de vida do campo e da cidade**. As respostas apontaram que para a maioria dos entrevistados a cidade não apresenta mais um fator de atração. Os depoimentos que sintetizam as declarações foram:

“Pra mim o campo é bem melhor para viver, principalmente para quem tem a terra própria. Morei sete anos na cidade, mas nunca me adaptei, nunca me acostumei. Apesar de possuir curso superior e ter conseguido um trabalho razoável lá na cidade, não me adaptei não... na primeira oportunidade que eu tive para voltar ao campo, eu retornei...(M. A.)”; *“Eu acho que nunca iria morar na cidade, porque ela não oferece uma boa alimentação. Aqui no Turvo nós temos frutas e verduras no quintal, tudo sem agrotóxicos. Na cidade a gente compra e não sabe o que está comprando... os meus filhos, quando eles saem da escola, eles vão correndo pra roça. A roça, pra eles, significa um ambiente de liberdade (H. S.)”*; *“A cidade tem bastante coisa que o campo não tem. Mesmo assim, minha intenção é permanecer no campo. Hoje eu estou fazendo curso superior, mas depois de formado pretendo continuar trabalhando na roça. Estou estudando para ter mais conhecimentos (R. T.)”*; *“No campo é bem melhor, nós vamos pra cidade sem uma profissão, vai lá fazer o quê?, tem é que ficar aqui na roça mesmo. Aqui na roça não tá muito bom não, mais na cidade, pra nós colonos, ela é muito pior (E. P.)”*; *“Deveria ter mais subsídios para o pequeno(...), as cidades não têm mais condições de receber, de empregar as pessoas do campo. Hoje, uma família que sai do campo pra cidade, ela vai passar fome lá na cidade. Os filhos desta família são candidatos à marginalização (D. F.)”*.

As declarações apontaram o interesse do grupo familiar em permanecer no campo, mesmo para aqueles que não estão bem sucedidos. Neste caso, preferem buscar outro tipo de

lavoura ou atividade criatória, do que procurar outro meio de vida nos centros urbanos. A questão de serem proprietários de terra, ainda que pequenas glebas, foi considerada de fundamental importância para a satisfação de suas necessidades. Relatórios da FAO/INCRA-1994; sobre a relevância do segmento familiar, consideraram que, “... o simples acesso à terra, somado a um mínimo de apoio governamental, permitem que mesmo produtores familiares de pequenas dimensões vivam com um nível de vida bem superior ao que poderiam obter como trabalhadores assalariados, no campo ou na cidade”.

Pode-se dizer também que o município possui boas condições de bem-estar. Em relação à saúde, o local conta com um hospital, além de 8 postos de saúde, sendo 2 na área urbana e 6 na rural. Possui também 9 consultórios odontológicos, sendo 7 particulares e 2 públicos (um mantido pelo sindicato dos trabalhadores rurais e um odonto-móvel, pela administração municipal). Em relação ao ensino educacional: são 6 unidades pré-escolares, 16 estabelecimentos de ensino fundamental e 3 estabelecimentos de ensino médio. Há também o funcionamento de dois cursos de Pedagogia, viabilizado por intermédio de um convênio firmado entre o setor público local e a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações ocorridas no espaço agrário e os reflexos na organização sócio-espacial da produção familiar em Turvo, só podem ser compreendidas se associadas ao processo de mudanças ocorridas na economia nacional e internacional.

O projeto estatal para transformar a estrutura de produção agrícola tradicional no Brasil, a partir dos anos 60, envolvia uma série de interesses políticos e econômicos: a meta era tecnificar a produção agrícola – que passaria a demandar um considerável montante de insumos industriais –, para privilegiar a instalação do parque industrial no país, além de aumentar a produtividade (dos alimentícios e matérias-primas), sem alterar a estrutura fundiária.

O rápido abandono de formas tradicionais de produção no campo em substituição à especialização das atividades agropecuárias, introduzidas sob a forma de pacote tecnológico, provocou uma (re) organização no espaço agrário brasileiro. As transformações das unidades agrícolas de produção se processaram a passos largos, não havendo, em determinadas lavouras, um *continuum* entre as práticas tradicionais e o sistema modernizado.

As explorações familiares articularam-se ao capital industrial, e isto provocou mudanças na estrutura da produção agrícola, surgindo atividades especializadas: fumo, milho, arroz, aves e suínos para abastecer o mercado. Neste processo, foram impostas especificações técnicas de produção e o agricultor viu-se obrigado a tecnificar a produção, incrementando a utilização de insumos industriais.

Ainda, sobre o sistema modernizante adotado, pode-se dizer que foram nefastas as consequências sociais por ele ocasionados. O assunto abordado pode ser esclarecido com a elevada potência das máquinas difundidas na área de estudo, sobretudo os tratores. Isto porque, uma máquina com HP muito elevado é inadequada para um local onde predominam pequenas unidades fundiárias. Além disso, a constante sofisticação das máquinas e equipamentos agrícolas,

além de aumentar o custo monetário do equipamento, de modo geral, eleva também o custo de manutenção.

Um exemplo que ilustra o assunto é a especialização da lavoura do arroz, que provocou uma (re) organização no espaço agrário e na composição da mão-de-obra. A partir da utilização intensiva de insumos industriais (mecânicos e químicos) no processo produtivo, houve um aumento significativo na escala de produção. A cultura especializada do arroz (que demanda pequena quantidade de trabalho e grande volume de capital), progressivamente começou a incorporar novas áreas, como por exemplo: pastagens, áreas de fumiicultura e produção de subsistência (que apresentavam maior demanda de trabalho), provocando assim alterações significativas na composição da mão-de-obra familiar.

Na fumiicultura predominava a relação de trabalho de parceiros e a atividade demandava grande quantidade de trabalho. A substituição do fumo por arroz, provocou a liberação de um expressivo contingente de mão-de-obra familiar. Da mesma forma, a transformação de áreas de pastagens (onde predominava a pecuária rústica), pela rizicultura, também provocou mudanças na composição da mão-de-obra: tanto na demanda, quanto na divisão do trabalho. Considerando-se a inexistência de fronteira agrícola nas proximidades da área em estudo, esses trabalhadores, em sua maioria, migraram para centros urbanos maiores.

Em relação às atividades criatórias especializadas, a criação de frangos de corte, apresenta uma tendência à expansão. Apesar do contínuo processo de reestruturação, os produtores integrados, (ex-fumicultores, em sua maioria), demonstraram interesse pelas atividades, apontando melhorias em sua unidade de produção, uma vez que os rendimentos foram considerados superiores, se comparados aos da lavoura de fumo. É importante lembrar que, a estrutura fundiária do município compõe-se de pequenos estabelecimentos rurais, sendo que, toda área encontra-se utilizada. Neste sentido, uma atividade que oferece a oportunidade de se

desenvolver em pequenas frações fundiárias, terá a tendência de consolidar-se, desde que, os rendimentos atendam às necessidades do grupo familiar.

Ainda, em relação ao processo de modernização, acredita-se que o mesmo pode ser benéfico ao homem do campo, desde que se leve em consideração as especificidades regionais. Para que isso ocorra, as decisões a serem tomadas devem estar de acordo com as condições socioeconômicas de cada localidade, sem recorrer constantemente a pacotes tecnológicos, em muitos casos, incompatíveis com a realidade. Além disso, contrariando o que vem ocorrendo, todos os produtores deveriam ter acesso à tecnologia.

Para isso, não devem haver privilégios na concessão de financiamentos. Quanto à distribuição destes, a pesquisa apontou que, em Turvo, os beneficiados com o crédito foram os agricultores mais bem sucedidos em detrimento daqueles que apresentavam uma condição sócioeconômica mais fragilizada, ou seja, aqueles que mais necessitariam receber apoio de políticas públicas foram excluídos. Este fato não é específico da área de estudo, ocorrendo, em todo país. Neste sentido, as inovações tecnológicas difundidas no campo, tanto no plano local, quanto nacional, ao invés de atenuar, acentuaram as desigualdades sócioeconômicas dos agricultores familiares.

Os órgãos públicos locais devem ficar atentos a essa problemática e buscar alternativas que viabilizem a realidade estabelecida. Em relação às áreas planas, uma das alternativas encontradas para o município, foi a rizipiscicultura, processo fortalecido, principalmente com o apoio da EPAGRI, Secretaria Municipal de Agricultura e sobretudo pela ação da cooperativa. Pode-se dizer que a rizipiscicultura se constitui numa prática alternativa de cultivo e criação, opondo-se, em certa medida, aos preceitos do pacote tecnológico da “revolução verde”, na medida em que diminui significativamente a utilização de insumos industriais: mecânicos e químicos. Além disso esta prática vem possibilitando, ao pequeno agricultor, maior agregação de renda à produção, mão-de-obra distribuída ao longo do ano e um processo de

descontaminação do alimento, do homem e do meio ambiente. A transformação da rizicultura em rizipiscicultura possibilitará a diminuição da escala de produção, uma vez que reduziu consideravelmente a demanda por insumos industriais.

Embora a questão ambiental não seja objeto de estudo deste trabalho, torna-se importante registrar – ainda que de forma resumida –, que o desmatamento provocou sérios problemas para o município; destacaremos apenas um deles: **o desmatamento nas encostas de relevo acidentado**. Os depoimentos dos agricultores, revelaram que o volume d'água proveniente dos mananciais dos morros, tem diminuído significativamente, o que já se torna problema suficiente para uma reflexão. A redução do abastecimento de água afeta a população local, animais domésticos e à irrigação de determinadas lavouras, como por exemplo, a rizicultura, ou ainda, a rizipiscicultura, que exige não somente água em quantidade, mas inclusive e sobretudo, água em qualidade.

Cabe ressaltar que o processo de desmatamento das matas nativas foi estancado a partir da década de 90, por meio de uma lei municipal que proíbe a derrubada das mesmas. Consideramos este fato importante, contudo, insuficiente. Ou seja, há a necessidade de reflorestar as áreas desmatadas (sobretudo nos locais em que predominam capoeiras), com vegetação nativa, visando, dessa maneira, uma regeneração das matas e devolvendo ao solo a porosidade necessária para a absorção das águas das chuvas – que é abundante no local –, minimizando, desta forma, o processo de erosão e conseqüentemente aumentando o volume de água das nascentes. Deve-se também evitar o reflorestamento com espécies exóticas, como por exemplo o eucalipto e o pinos, por não serem indicadas para a finalidade, e por tratar-se de espécies que se alastram facilmente, podendo também contribuir para a eliminação de uma parcela da vegetação nativa que se localizar em suas proximidades.

É imprescindível o apoio institucional no sentido de fortalecer determinadas iniciativas dos agricultores, mesmo porque o produtor rural, isoladamente, não possui força político-econômica para adotar práticas alternativas.

A agricultura familiar brasileira está ameaçada. Os países desenvolvidos possuem política agrícola voltada para o fortalecimento da agricultura familiar. Nos países subdesenvolvidos, aí incluído o Brasil, isto ainda é um sonho distante de se concretizar e, por isso, o segmento tendencialmente continuará enfrentando dificuldades para competir no mercado nacional ou internacional.

Além do Estado, representado no local pela extensão rural, destacam-se outros agentes difusores da modernização tecnológica em Turvo: a cooperativa e as agroindústrias.

Em relação à cooperativa, sua atuação foi considerada satisfatória pelos produtores familiares, ainda que ela tenha se restringido prioritariamente à lavoura do arroz. Ao contrário, a atuação das agroindústrias tem gerado muita discórdia, principalmente em relação à classificação do produto (no caso do fumo) e quanto ao constante processo de reestruturação do sistema de criação, como é o caso da suinocultura e avicultura. As inovações tecnológicas são excludentes, elas expulsam do campo aqueles que não conseguem acompanhá-las.

As agroindústrias, apesar de repassarem aos agricultores os financiamentos concedidos pelo Estado, o que garante a aquisição de sementes selecionadas e dos insumos industriais necessários à produção, elas não têm demonstrado preocupação com a situação sócioeconômica do integrado, mas sim, buscar nele, uma forma de valorizar o capital. Todavia, há de se considerar que a permanência do agricultor interessa à agroindústria, contudo, na medida em que ele tenha condições de fornecer matérias-primas, conforme exigências preestabelecidas.

O direcionamento da geração de tecnologias por produto – âmbito nacional –, e o privilegiamento do arroz em Turvo, não se coadunam com a diversidade de características da produção familiar. O grupo familiar apresentava – antes da especialização das lavouras

comerciais —, um alto nível de autoconsumo. A partir daí, houve mudanças significativas na situação tradicional do grupo familiar: passando de produtor a comprador de gêneros alimentícios básicos, inclusive os hortifrutigranjeiros, que facilmente podem ser produzidos no estabelecimento rural. Esta nova realidade aumentou consideravelmente os gastos domésticos, além da elevação do custo de produção, ocasionada pela especialização das atividades agropecuárias.

Não obstante esses fatores, o segmento familiar resguarda uma condição de conviver com a lógica da especialização das atividades produtivas (caracterizadas predominantemente pelo emprego intensivo de insumos mecânicos e químicos) associada à prática da agricultura tradicional (minimização de insumos industriais e intensiva utilização de força de trabalho). Neste sentido, ao mesmo tempo em que a produção especializada destina-se ao mercado, a outra caracteriza-se pela diversificação para a subsistência, ou autoconsumo do grupo familiar, comercializando os excedentes. Esta é a lógica de reprodução familiar no município de Turvo e, em linhas gerais, pode-se dizer que vai de encontro com as proposições de Lamarche (1998) ou seja, dependência tecnológica, financeira e de mercado.

Porém, é importante salientar que, para que isso se torne possível, há de se considerar a necessidade de um desprendimento de um grande esforço concentrado. De modo geral, a produção familiar especializada vem associando dois fatores: alto custo de produção e baixo preço do produto, o que somente tem sido possível mediante a auto-exploração do grupo familiar. Assim, para atender as necessidades da família, os membros (crianças, jovens, adultos e idosos), se submetem a uma prolongada jornada de trabalho, que alcança (ou mesmo excede) 12 horas diárias. Apesar disso, muitas famílias têm sido excluídas do campo, evidenciando o descaso das políticas públicas em relação à agricultura familiar.

Sobre a importância do segmento familiar, pode-se dizer que as pequenas propriedades são responsáveis por uma considerável parcela da produção de alimentos básicos

para a população brasileira, como por exemplo o arroz, o feijão, a mandioca e hortifrutigranjeiros, além do suprimento de matérias-primas para as indústrias, como é o caso do fumo. Através da ação das agroindústrias, também dedicam-se aos produtos exportáveis: aves e suínos. Além disso, este segmento é responsável por um considerável índice de emprego de mão-de-obra do país.

No que se refere especificamente à área de estudo, o trabalho mostrou que, mesmo numa pequena extensão territorial e apesar das dificuldades enfrentadas pelo segmento familiar, este emprega um considerável contingente de famílias que produzem alimentos e matérias-primas, evidenciando assim a função social da terra. Em relação especificamente ao assunto, há de se considerar também que, além das 1.300 famílias que trabalham no meio rural em Turvo, a produção agropecuária gera inúmeros empregos urbanos, no que se refere à industrialização, comercialização e transporte.

Quanto à estratégia de diversificação das atividades agropecuárias, constatou-se que ela é a principal condição para a permanência do grupo familiar no meio rural. Ao longo das entrevistas, percebeu-se que há uma tendência de revitalização da diversificação da produção, visando, principalmente, ao aumento dos produtos alimentícios destinados ao autoconsumo do grupo familiar e uma produção diferenciada destinada ao mercado, haja vista o aumento de interesse pelos produtos sem defensivos químicos nos grandes centros urbanos.

As entrevistas nos permitem considerar o interesse dos agricultores em permanecer no meio rural. Uma das alternativas apontadas pelos entrevistados, para viabilizar a continuidade das pequenas unidades de produção, baseia-se na necessidade de recorrer às práticas tradicionais de cultivos, as quais foram adotadas no início do processo de colonização, como por exemplo, a recuperação do solo através da fertilização orgânica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico*: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil: Polis, Brasília: CNPq, 1986. 155p.

ALTMANN, Rubens. *A agricultura familiar e os contratos*: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis/SC: Palotti, 1997. 112p.

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade, história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em SC*. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 1999. 279p.

BESKOW, Paulo R. *Agricultura e capitalismo no Brasil*. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980.

BELIK, Walter. *Pronaf: avaliação da operacionalização do programa*. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia: Campinas/SP. 1999. 20p.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pereira; BUENO, Osmar de Carvalho. “Agricultura familiar e poder local: um exercício de cidadania”. In: *Para pensar outra agricultura*. FERREIRA, Angela D. Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs). Curitiba, Paraná. Ed. UFPR, 1998. p.103-129.

BRITO, Maria do Socorro e Silva. “O Papel da pequena produção na agricultura brasileira”. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. Abril/Junho/1982. p.191-261.

BLUN, Rubens. “Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática”. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. TEDESCO, João Carlos (org.). 2ª.ed. Passo Fundo: EDIUF, 1999. p. 57-104.

COLODEL, João. *Turvo, terra e gente*. Florianópolis: FCC – Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, SC. 1987. 119p.

CORRÊA, Roberto Lobato. “Espaço: um conceito-chave da Geografia”. In: *Geografia: conceitos e temas*. CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

CORRÊA, Walquíria K. *Transformações socioespaciais no Município de Tijucas (SC): o papel do Grupo USATI-PORTOBELLO*. Rio Claro: UNESP, 1996. 213p. (Tese de Doutorado em Geografia).

DALL’ALBA, João Leonir. *Imigração italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1983. 182p.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo, Ed. da UNICAMP, 1985. 239 p.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. São Paulo: Ed. Livros da terra, 1996. 178p.

FAO/INCRA – Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável, Brasília, 1994. 25p.

_____. Perfil da agricultura familiar brasileira, 1996. 24p.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; ZANONI, Magda. “Outra agricultura: significados”. In: *Para pensar outra agricultura*. FERREIRA, Angela D. Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs). Curitiba, Paraná. Ed. UFPR, 1998. p.15-26.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 29 ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999. 248p.

GAZETA REGIONAL DE TURVO: 23/12/1999.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da terra: ensaios críticos de ecologia e geografia*. Rio de Janeiro: Ed. ROCO, 1987. 160p.

_____. *Geografia política e desenvolvimento sustentável*. São Paulo. Ed. Terra Livre, 1993. p.10-75.

GRAZIANO DA SILVA, José (org.) *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1978. 240p.

_____. *Progresso técnico e relação de trabalho na agricultura*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1981. 210p.

_____. *A Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982. 192p.

_____. *A Nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Ed. UNICAMP/IE, 1996. 217p.

_____. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. 238p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agrícola de Santa Catarina*, 1950, 1960. Rio de Janeiro.

_____. 1970, 1980, 1995/96. *Censos Agropecuários – SC*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____. 1960,1970,1980. *Censos Demográficos – SC*. Rio de Janeiro, IBGE.

_____. 1995/96. *Contagem da População – SC*. Rio de Janeiro, IBGE.

KAGEYAMA, Ângela, et. al. (coord.) “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In.: *Agricultura e políticas públicas*. Série IPEA, Nº 127. Brasília, 1990. P: 113-223.

KAUTSKY, Karl. *A Questão agrária*. Portucalense Editora, Porto, 1972. V.1e2.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. V.2. Campinas: Ed. Unicamp, 1998. 348p.

MARTINE, George; BESKOW, Paulo R.. “O Modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola”. In: *Os impactos sociais da modernização agrícola*. MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.) São Paulo: Ed. Caetes, 1987. p.19-39.

MARTINE, George. “Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola”. In: *Os impactos sociais da modernização agrícola*. MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.). São Paulo: Ed. Caetes, 1987. p.59-79.

MARTINE, George. “Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil”. In: *Os impactos sociais da modernização agrícola*. MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs.). São Paulo: Ed. Caetes, 1987. p.9-15.

MARTINE, George. “Fases e faces da modernização agrícola brasileira”. In: *Planejamento e Políticas Públicas*. V.1. nº.1. Brasília. 1990. 43p.

MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos na floresta do Brasil*. Tradução de João Leonir Dall’Alba. Florianópolis, Ed. da UFSC/Prefeitura Municipal de Urussanga, 1985. 200p.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Ed. Hucitec/EDUC, 1989. 149p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ed. Ática, 1991. 164p.

_____. “Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura”. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Geografia Agrária* v.1. 1995. p.17-58.

PAULILO, Maria Ignez S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis, Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 182p.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão agrária*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978. 188p.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1999. 390p.

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE TURVO, 1997 e 1999.

PROVARZEAS – Relatórios do Ministério da Agricultura (1985). 121p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Ed. Annablume: FAPESP, 1998. 277p.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª edição. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. 124p.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara, 1980. 162p.

TEDESCO, João Carlos. (org.) “Contratualização e racionalidade familiar”. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.107-148.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. *Qual política para o campo brasileiro*. Publicado nos anais do XXXV Congresso da SOBER, Natal-RN, 1997.32p.

VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes. 1985. 268p.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, 1958. 307p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “O Camponês: um trabalhador para o Capital”. In.: *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: jan/abr, 1985. P.13-79.

_____. “A Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção”. In: *Revista da associação brasileira de reforma agrária*. Ed. Páginas e Letras. N.2 e 3. V.25, Maio-dez/1995. Rio Claro-SP. p.37-57.

_____. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. TEDESCO, João Carlos (org.). 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.21-55.

ANEXOS

- 1. ROTEIRO DE ENTREVISTAS**
- 2. TABELA DE PREÇO DO FUMO**
- 3. RIZIPISCICULTURA**
- 4. COOPERSULCA: 35 ANOS DE ASSOCIATIVISMO EM TURVO**
- 5. PRODUÇÃO ORGÂNICA**

ANEXO 1**ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

Data da entrevista:/....../....

Número da entrevista:.....

I - Identificação:

Nome do entrevistado: Descendência:

Comunidade onde se localiza a propriedade:

Nome do Proprietário:

II - Características do imóvel e condição do produtor:

1. Área do imóvel (hectares):

2. Há quanto tempo reside na propriedade?

3. Forma de aquisição do imóvel:

() herança – área:() compra – área:

() outra – área:

4. Condição do produtor:

() Proprietário () Arrendatário () Parceiro () ocupante

5. Além desta propriedade, possui outra? () Não () Sim. (quando?, por que? E de que forma foi adquirida? Onde? Qual a área? Está quitada?)

6. No caso do produtor familiar ser arrendatário, qual o tipo de pagamento ao proprietário das terras?

III - Infra-estrutura de trabalho e nível tecnológico:

07. Máquinas e equipamentos que possui:

() Trator (potência) () Grade () Caminhão () Pulverizador

() Carpideira () Carroça () Carro de boi () Rotativa

() Caminhonete () Roçadeira () Motosserra () Triturador

() Semeadeira () Colhedeiras () Arado-tração Animal () outros

08. Tração animal: Você utiliza? () Não () Sim. Em quais culturas/área

Caso não utilize mais, quando e por que deixou de utilizá-la? Pretende voltar a utilizar?

09. De que forma foram (ou estão sendo) adquiridos os equipamentos agrícolas? Estão quitados?

10. Na agricultura:

Característica	Cultura	Área (hectares)
1. Irrigação		
2. Adubo orgânico (esterco)		
3. Sementes selecionadas		
4. Mudanças selecionadas		
5. Rotação de culturas		
6. Cultivo em curvas de nível		
7. Cultivo direto		
8. Cultivo mínimo		
9. Forragens		
10. Correção do solo (fertilizantes químicos)		
11. Outros		

11. Na pecuária:

- Inseminação artificial Cuidados veterinários (quais)
 Ração (do quê?) Silagem (do quê?) Outros:

IV - Caracterização da produção:

12. Qual é o principal produto comercial da propriedade?

13. Quais os principais produtos cultivados atualmente?

Tipo de cultura	Integrado Assoc.	Área	Quando iniciou	Produção (T.)	Finalidade		
					Subsistência	Comércio	Alimentar Animais
1. Arroz							
2. Fumo							
3. Milho							
4. Feijão							
5. Mandioca							
6. Banana							
7. Hortaliças							
8. Outros							

14. Quais as principais criações?

Tipo	Integrado ou Associado	Quando iniciou	Nº de cabeças	Finalidade	
				Consumo	Comércio
1. Bovino					
2. Suíno					
3. Aves					
4. Caprino					
5. Peixes					
6. Outros					

15. Cria vacas objetivando a produção de leite? () Sim () Não

Número de cabeças:

16. A produção do leite visa: () subsistência () comércio

Número de litros diários:

Forma de comercialização

17. Que outras atividades artesanais são desenvolvidas na propriedade?

Atividades	Finalidade	
	Consumo	Comércio
Manteiga / nata		
Queijo		
Banha		
Lingüiça		
Doces ^(*)		
Sucos ^(*)		
Conservas ^(*)		
Outras		

(*) especificar os produtos agropecuários utilizados

18. Quais os produtos alimentícios que você compra no mercado?

19. Que mudanças tecnológicas foram introduzidas na produção (animal e cultivos: aves suínos, arroz, fumo...)?

20. Quais são as principais dificuldades que enfrenta na produção hoje?

21. Solicita financiamentos bancários com regularidade? () Sim () Não

Por quê?

22. Você recebeu recursos financeiros do PROVARZEAS, FINAME, PRONAF, Microbacias, outros?
 Qual? Por quê?. O que fez?
23. Você solicita recursos financeiros da Cooperativa para custear sua produção? Sim Não
24. A assistência técnica é feita por quem?
 EPAGRI Cooperativa Agroindústria Outros Por quê?
25. Qual é a importância da assistência técnica?

V - O Trabalho familiar:

26. Número de pessoas da família que trabalham na propriedade:
27. Número de pessoas que residem na casa:
28. Qual a renda mensal da família? (especificar procedência da mesma).
 Renda da propriedade (líquida):
 Renda de aposentadoria:
 Outros:
29. Contrata trabalhadores em alguma época do ano? Não Sim - Quantos?
 Para que atividade?
 De que forma é efetuado o pagamento pelos serviços prestados?
30. A propriedade possui área suficiente para absorver toda a mão-de-obra familiar? Sim
 Não
31. Se você quisesse aumentar a área de cultivo, haveria terra disponível?
32. Algum membro da família trabalha fora da propriedade em alguma época do ano? Não
 Sim Quem?
 Em que atividade: Onde? Período?
33. Os ganhos são suficientes para atender as necessidades básicas (alimentação, saúde, educação e vestuário) da família? Sim Não
34. E para introduzir melhorias na propriedade? Sim Não
35. Existe divisão de tarefas na propriedade? (especificar o que cada um faz).

VI - Comercialização e renda da produção:

36. Quem são os compradores de sua produção?
37. Como são feitos os acertos de renda? (quantidade, preço e pagamento)
38. Qual a cultura que lhe proporciona maior ganho? (Por quê?)

39. Quando vai vender a produção faz conta dos gastos?
40. Qual sua avaliação das condições de vida do campo e da cidade?
(trabalho, salário, alimentação, saúde, poluição, habitação, educação, lazer...)
41. Quais são as exigências do mercado sobre os produtos?

VII - Organização sociopolítica e uso de serviços locais:

42. É associado/sindicalizado
 Cooperativa Sindicato Associação comunitária
 outro(s)
43. Quais as vantagens e desvantagens de ser associado ou integrado?
44. O que significa ser associado ou integrado?
45. Que obrigações tem com a cooperativa e com as agroindústrias?

VIII - Perspectivas da unidade agrícola:

46. O que significa a terra?
47. O que tem a dizer sobre a vida no campo hoje?
48. Quais as perspectivas que o senhor tem em relação à atividade agropecuária?
49. Como utilizaria eventuais recursos disponíveis?
50. Qual o projeto profissional para seus filho(a)s, neto(a)s?
51. Quais as maiores dificuldades enfrentadas na atividade agropecuária?
52. Gostaria de acrescentar outra informação, que julgue importante para complementar o assunto até agora conversado?

ANEXO 2

TABELA DE PREÇO DO FUMO - SAFRA 2001

TABELA PREÇO DO FUMO - SAFRA 2001					
CLASSE	R\$/KG	ARROBA	CLASSE	R\$/KG	ARROBA
TO1	2,82	42,30	CO1	2,85	42,75
TO2	2,36	35,40	CO2	2,48	37,20
TO3	2,02	30,30	CO3	2,01	30,15
TR1	2,18	32,70	CL1	2,25	33,75
TR2	1,50	22,50	CL2	1,82	27,30
TR3	0,88	13,20	CL3	1,19	17,85
TL1	1,84	27,60	CR1	1,99	29,85
TL2	1,42	21,30	CR2	1,42	21,30
TL3	0,81	12,15	CR3	0,90	13,50
T2K	1,08	16,20	C2K	1,13	16,95
T3K	0,60	9,00	C3K	0,65	9,75
BO1	2,96	44,40	XO1	2,49	37,35
BO2	2,55	38,25	XO2	2,09	31,35
BO3	2,06	30,90	XO3	1,72	25,80
BR1	2,31	34,65	XL1	1,99	29,85
BR2	1,68	25,20	XL2	1,61	24,15
BR3	1,13	16,95	XL3	0,96	14,40
BL1	2,25	33,75	XR1	1,87	28,05
BL2	1,82	27,30	XR2	1,15	17,25
BL3	1,13	16,95	XR3	0,68	10,20
B2K	1,42	21,30	X2K	0,83	12,45
B3K	0,71	10,65	X3K	0,53	7,95
G2	1,08	16,20	SC	0,27	4,05
G3	0,27	4,05	ST	0,17	2,55

Fonte: Empresa fumageira Dimon

ANEXO 3

Arroz com peixe eleva renda no campo

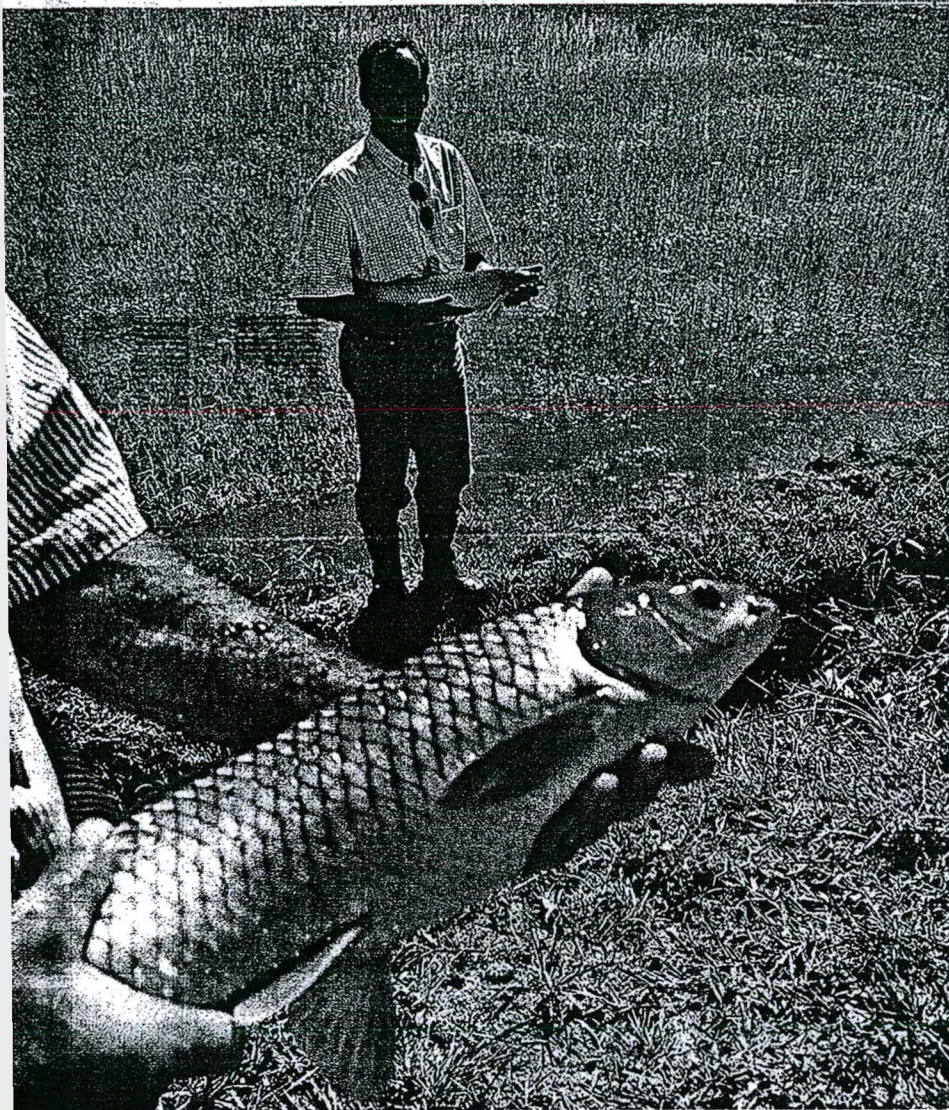


Foto Leonardo Calvo/Folha Imagem

VERENA GLASS
free-lance para a Folha

Uma novidade no cultivo do arroz está fazendo a "fortuna" de pequenos agricultores em Santa Catarina.

É a rizipiscicultura, a criação de peixes consorciada com a cultura de arroz irrigado.

Enquanto grandes produtores de arroz vêm lutando contra sérias dificuldades econômicas, os agricultores familiares da região sul de Santa Catarina estão obtendo uma renda anual de cerca de R\$ 4.000/ha com a produção de arroz irrigado integrada à criação de peixes.

A rizipiscicultura, adotada há dois anos em Turvo, município de 12 mil habitantes que fica a cerca de 60 km de Criciúma (SC), foi introduzida na região pela Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina).

A técnica de cultivo de arroz irrigado junto com a criação de peixes não é muito complicada e representa uma boa opção para pequenas propriedades, segundo os agricultores.

Sérgio Silveira, técnico da Epagri, diz que os tabuleiros de arroz na rizipiscicultura ocupam uma área média de 3.000 m², onde, em um dos lados longitudinais, é construída uma vala de cerca de 1 m de profundidade e 80 cm de largura, que servirá como abrigo para os peixes nos dias mais frios ou durante a colheita do arroz.

Ao redor de todo arrozal, são feitas elevações de terra (chamadas de taipas) de cerca de 80 cm.



A Epagri calcula que o custo de adaptação de uma área de arroz irrigado para a rizipiscicultura gira em torno de R\$ 450.

Cerca de 20 dias após a semeadura do arroz, que ocorre em meados de novembro, os alevinos são introduzidos na área, onde se desenvolvem durante um ano.

A lâmina de água que cobre a área vai sendo elevada conforme o crescimento das plantas. Ela chega a atingir cerca de 30 cm e possibilita que os peixes se desloquem livremente.

Quando chega a hora da colheita, em abril, os peixes simplesmente se escondem na vala de refúgio durante o trabalho das colheitadeiras.

Em seguida, o arrozal é novamente coberto de água, transformando-se em um açude, onde os peixes permanecem sete meses até o período da nova semeadura, alimentando-se de restos de culturas.

"Com um manejo adequado e um pouco de alimentação suplementar, o produtor pode tirar cerca de 7 t/ha de peixe", diz o técnico da Epagri.

Peixe controla pragas do arrozal

free-lance para a Folha

A grande vantagem da rizipiscicultura, segundo afirmam os técnicos da Epagri, é a utilização da área durante a entressafra, além da produção de pescado, que chega a proporcionar aos agricultores uma renda até 150% superior à do arroz.

A ação dos peixes no arrozal também controla as pragas, fertiliza o solo e dispensa o seu preparo com máquinas, explica o técnico da Epagri.

"Utilizamos várias espécies de peixes, das quais algumas se alimentam de insetos e outras são herbívoras", diz Silveira.

Os peixes herbívoros, como a carpa comum ou a carpa-capim, revolvem o solo e se alimentam de sementes e brotos de pragas, eliminando todos os inços (mato), inclusive o arroz vermelho (principal praga dos arrozais gaúchos e que já foi erradicada na região de Turvo).

Outros peixes, como a tilápia, fazem o controle de insetos e de larvas.

Sem veneno

"A rizipiscicultura não necessita de herbicidas ou pesticidas, mesmo porque eles seriam prejudiciais para os peixes", explica o técnico da Epagri.

A ação dos peixes também dispensa a preparação mecanizada da terra que, após a despesca, é um lamçal homogêneo, já pronto para o novo cultivo.

O que mais impressiona os que passam pela área rural de Turvo é o grande número de casarões novos ou em construção, com um ou dois carros na garagem, sinal da prosperidade econômica dos pequenos produtores da região.

Sérgio Cibien, na atividade há

cerca de 30 anos, foi o primeiro agricultor de Turvo a adotar a rizipiscicultura.

"Ele foi um pioneiro, porque os colonos daqui, todos descendentes de italianos, são muito conservadores e desconfiados", diz Sérgio Silveira.

As mudanças no manejo da cultura de Cibien já haviam ocorrido quando, há dez anos, Silveira e outros técnicos da Epagri levaram para a região de Turvo o projeto Provárzeas.

Produtividade

O objetivo do Provárzeas foi a substituição das velhas técnicas de cultivo de arroz irrigado em curvas de nível pelo cultivo de arroz sistematizado em tabuleiros, usando-se canais de irrigação e de drenagem, além das sementes pré-germinadas.

"Antigamente, eu colhia apenas 2 t/ha de arroz. Com o Provárzeas, comecei a colher 6 t/ha", diz Cibien.

Com a rizipiscicultura, que já ocupa 15 ha de sua propriedade, o progresso de Cibien entra em uma nova fase.

Além das 6 t/ha de arroz, o agricultor Sérgio Cibien também produz 3 t/ha de peixe, o que lhe proporciona um lucro anual de cerca de R\$ 4.000/ha.

Hoje, além de todas as máquinas para cultivo e colheita, ele tem uma usina própria para secagem de arroz.

"Só com a área de rizipiscicultura, tirando os custos de produção, consegui uma renda líquida média de R\$ 5.000 por mês, em 98, porque o preço do arroz foi bom, chegou a R\$ 20 a saca de 50 kg", diz o agricultor, que agora também está investindo na criação de alevinos.

→ LEIA MAIS sobre arroz na pág. 5-4

gricultor segura peixe carpa-capim na lavoura de arroz em Turvo; ao fundo, Sérgio Silveira, técnico da Epagri, entidade que lançou o projeto

Produtores
retiram
peixes;
atividade
rende
até
7 kg
de peixe
por
hectare





COOPERSULCA

35 anos



Ninguém poderia imaginar que o ato heróico de duzentos e quatorze agricultores corajosos e abnegados, em 1964, um ano difícil para a região e País, se transformasse numa das maiores empresas cooperativas do Brasil.

No último dia 20 de dezembro, Segunda-feira, em uma grande festa realizada nas dependências da Sede Social da Cersul, foi comemorado o aniversário de trinta e cinco anos da Coopersulca, com a presença de autoridades Municipais, convidados e associados da cooperativa.

Apesar de ser uma Segunda-feira, um grande número de associados esteve presente ao evento.

Por volta das dez horas da manhã, deu-se o início do cerimonial de entrega de troféus aos ex-presidentes da cooperativa, onde foram homenageados os Senhores: Tracy Scarabelot, Moacir Mário Rovaris, Paulo Marcon, Alfredo Angeloni, José Jonelso Marcon, Valdemar Sacon, Antônio Bez Batt Neto, João Bez Batti e Mário Valentin Bez Batti, todos ex-presidentes da cooperativa. Logo após, houve a Missa, rezada pelo Frei Gilson e cantada pelo Coral Frei Gregório Dalmont de Turvo. Por volta das 13:00 horas foi servido um gostoso almoço na Sede do CTG Vale da Amizade e durante a tarde os associados e convidados se divertiram dançando ao som da boa música gaúcha.

Confira nas imagens a festa e nas entrevistas o que significa a Coopersulca para a nossa sociedade.



Martin Felipp entrega um dos troféus para um dos ex-presidentes Paulo Marcon



Flávio Marcon, o presidente, corta a torta



No almoço não faltou o gostoso churrasco



Muitos Associados compareceram à cerimônia e à Missa



Flávio Marcon - Presidente da Coopersulca

"Os trinta e cinco anos da Coopersul, significam a credibilidade que a nossa cooperativa tem junto aos associados e os associados junto a cooperativa. Nada melhor do que levar ao associado o significado do cooperativismo, levar a oportunidade de conhecer os outros associados, pois, se alguns pensam que não são valorizados, queremos deixar claro, que o principal na nossa empresa é o associado. Queremos que ele não seja enganado no seu dia a dia, pois, devido aos seus

afazeres, ele não tem tempo de ver o andamento da empresa. Na nossa política de trabalho, fazemos questão que o nosso associado seja bem informado com tudo que acontece com o seu patrimônio.

As festividades dos 35 anos da Coopersulca, são necessárias para mostrar ao associado que vários segmentos da sociedade, várias autoridades e mesmo pessoas entranhas, estão nos apoiando e nos dando forças, porque estamos no caminho certo. Agora com 35 anos de idade, já adulta, a cooperativa só tem a ganhar, só temos que acreditar e trabalhar ainda mais, sempre às claras, levando a verdade para os nossos associados, para que eles acreditem também e nos ajude ainda mais, para fazermos juntos uma grande empresa. Neste dia de festa todos nós, associados, colaboradores, funcionários e sociedade em geral, estamos de parabéns."



Venício da Silva - Secretário de Agricultura do Município de Turvo

"A Coopersulca significa o fortalecimento do nosso agricultor. Durante trinta e cinco anos, a empresa conseguiu grandes conquistas para Turvo e região, como a organização dos agricultores e seguindo o exemplo outros grupos também se organizaram. Turvo deve a todos os presidentes que passaram por essa empresa, pois, mesmo com problemas, todos foram bem intencionados e o sucesso comemorado nesta data foi devido ao trabalho deles."



Paulo Marcon - Ex-Presidente da coopersulca

"Todas as empresas com essa política agrícola tem seus altos e baixos, a Coopersulca também não deixa de ser uma empresa como as outras, ela tem seus altos e baixos, e hoje graças a Deus, ela está bem, de pé no chão e depende da confiança dos associados, que depositam seus produtos confiando na empresa, que pertence a todos. A união dos associados, poderá ser no futuro a solução para os problemas de nosso Município e do Vale do Araranguá."



Bento Renato Cardoso e Terezinha B. Cardoso - São João do Sul.

"Faz apenas um ano que nos associamos à Coopersulca, mas já notamos a diferença, pois, a nossa vida melhorou. Nos sentimos numa família, mais organizados, temos o apoio dos agrônomos da cooperativa e ainda temos a disposição o banco, Credisulca. Hoje também estamos mais informados em todos os sentidos, para nós os trinta e cinco anos da Coopersulca, significam segurança."



Joacir Luiz Salvato - Funcionário da cooperativa

"Participar das comemorações de trinta e cinco anos da cooperativa, me deixa orgulhoso de ser funcionário da mesma. A Coopersulca é uma grande empresa."



Heriberto Afonso Schimidt- Prefeito de Turvo

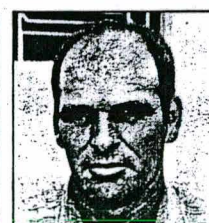
"Os trinta e cinco anos da Coopersulca, significam progresso. A começar pela garantia que dá para o Município de Turvo e ao Estado de Santa Catarina, pois, 100% dos produtos que a cooperativa comercializa,

geram impostos. Isso é importante para o Município e para o Estado. Em segundo lugar a geração de empregos em nosso Município. A empresa gera empregos aqui e fora do Município. Significam também competência na área da informação, reunindo os associados e divulgando novas técnicas no plantio. Significam a organização dos agricultores para o nosso desenvolvimento, elevando assim o nome de nosso Município. Estão de parabéns os agricultores, o presidente, Sr. Flávio marcon, a Diretoria e todos que se empenham no engrandecimento da cooperativa."



Sandro Acordi- associado
"Hoje a Coopersulca é uma grande empresa. Ela já passou por maus momentos. O Brasil hoje está muito competitivo, mas

a Coopersulca está lutando para vencer os obstáculos, com a boa administração do Sr. Flávio Marcon e a cooperação de todos os associados. Hoje a cooperativa é uma empresa competitiva no mercado nacional e só tem a crescer."



Hildo Scarabelot- Associado
"A cooperativa para nós, agricultores, foi um passo a mais, que nós demos na vida. Houve um tempo que colhíamos arroz e

não tínhamos onde vender. Hoje com a cooperativa, nós temos a garantia de estocagem e venda do produto. Hoje a cooperativa é uma empresa moderna com máquinas mais sofisticadas, dando assim mais agilidade nos trabalhos e melhorando visivelmente a qualidade dos produtos. Outra grande conquista da cooperativa, foi a indústria do peixe, que é mais uma fonte de renda para nós agricultores."

Arrozeiro ganha selo orgânico

Propriedades ligadas à Coopersulca recebem destaque de boa qualidade

Cristiano Rigo Dalcin
TURVO

As propriedades de 12 rizicultores pertencentes à Cooperativa Regional Agropecuária do Sul Catarinense (Coopersulca), em Turvo, Sul do Estado, receberam ontem pela manhã o selo de certificação de produção orgânica da Associação Orgânica, com sede em Santa Catarina. O certificado garante uma agregação de valor de 10% a 15% sobre o preço comercial do produto. De acordo com o presidente da Coopersulca, Flávio Marcon, o arroz ecológico fazenda começa a ser comercializado a partir de 15 de agosto, de Santa Catarina ao Pará.

O desenvolvimento de lavouras orgânicas de arroz consiste na exclusão de agrotóxicos e adubos químicos ou sintéticos solúveis nas práticas agrícolas. De acordo com o engenheiro agrônomo Caio de Teves Inácio, da Associação Orgânica, as lavouras dos produtores de Turvo precisaram se adequar às normas da Instrução Normativa 07/99, expedida pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, para receber o certificado. A instrução normativa é baseada na legislação da Federação

Internacional da Agricultura.

Esse é o terceiro ano de colheita da produção orgânica em Turvo. Em 1998, os produtores colheram três mil sacos de 50 quilos. No ano passado, a safra orgânica subiu para oito mil sacos. Agora, em 2000, foram colhidos 15 mil sacos (750 toneladas) em 170 hectares, divididos nas espécies integral e parabolizado. "O nosso problema sempre foi a quantidade, mas este ano nós conseguimos dar o primeiro passo", explica o engenheiro agrônomo Herlon Mota, gerente de compras da Coopersulca. Para realizar trabalho de conscientização dos produtores, a Coopersulca contratou técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O acompanhamento das lavouras levou em conta desde a escolha do solo, o aproveitamento de área com mananciais de água potável, passando pelo plantio, desenvolvimento, colheita e resultado final. A orientação foi fornecida pela cooperativa de forma gratuita aos produtores. O engenheiro agrônomo Caio de Teves Inácio salienta que o selo conquistado pelos produtores de Turvo é de transição, válido por 12 meses, e precisa ser renovado todo o ano. As propriedades receberão o certificado final de "propriedade orgânica" após três anos de produção sem utilização de adubos químicos. Os produtores estão festejando o acontecido, já que no futuro o mercado mundial vai preferir os orgânicos.

RESULTADO DO PROJETO

□ Das 17 propriedades que iniciaram o projeto, sobram 12. De acordo com o presidente da Coopersulca, Flávio Marcon, a eliminação de cinco lavouras se deve ao rigor das recomendações dos técnicos da UFSC. Se uma lavoura tinha utilizado adubo químico, a produção orgânica ao lado era desconsiderada.

□ A técnica de rizicultura abrangeu 22,8% da área de produção orgânica e obteve o maior índice de produtividade com 127,5 sacos por hectare.

□ A técnica normal de plantio nas áreas irrigadas predominaram em 77,2% da área de produção orgânica, mas obteve a produtividade 87,4 sacos por hectare.

□ Implantada há 12 na região, a rizicultura também inclui a produção de peixes das espécies Tilápia e Carpa Capim, que se alimentam das ervas daninhas e insetos ou pragas, combatendo os principais inimigos das lavouras. Os peixes também trabalham o material orgânico da área revolendo o solo e fornecendo adubo natural através das fezes.

INVESTIMENTO

Indústria paulista vai se instalar em Seara

Darci Debona
CHAPECÓ

Uma empresa de beneficiamento de tripas suínas, a Trypac, de Guarulhos (SP), vai se instalar no município Seara, região Oeste. O objetivo da empresa é aproveitar a matéria-prima das agroindústrias da região, num investimento de R\$ 1 milhão. De acordo com o prefeito Flavio Ragagnini a empresa já está garantida e a prefeitura está negociando a aquisição de uma área de 30 mil metros quadrados na safra de Seara em direção a Itá, para a sua instalação.

Além do terreno, avaliado entre R\$ 35 mil e R\$ 45 mil, a prefeitura ainda vai fornecer água, luz e telefone. Segundo o prefeito, técnicos da Fatma e do Ministério da Agricultura já visitaram e aprovaram o local. A expectativa é que a instalação da empresa comece dentro de 60 dias, gerando 150 empregos diretos já no final do ano, com o início da operação. Também está prevista a instalação de uma indústria de painéis de madeira em Seara, dentro de 90 dias, gerando mais 30 a 40 empregos. O investimento é de R\$ 300 mil, um bom valor para os moldes da região.

MERCADO EXTERNO

Agência quer elevar exportação de frango

CHAPECÓ

A Agência de Promoção das Exportações (Apex) está desenvolvendo dois programas de divulgação de carne de frango e suína com o objetivo de ampliar o mercado internacional destes dois produtos. A meta é exportar ainda neste ano US\$ 1,2 bilhão em carne de frango e US\$ 500 milhões em carne suína.

O valor no setor de suínos é quase o triplo dos US\$ 170 milhões de 1999. De acordo com o assessor especial da Apex, Hélio França, que esteve na semana passada em Concórdia participando do fórum de conjuntura nacional de suínos e aves, o Brasil precisa buscar exportar mais produtos industrializados e não somente carne in natura. Ele afirma que com isso se consegue melhor rentabilidade além de gerar emprego no próprio país.

França cita o exemplo das exportações de frango que vêm crescendo em volume, mas não em recursos, o que não beneficia quem está vendendo.



ULISSES JOB/DC/TURVO

SUCESSO: Scarabeloti (D) expõe o seu arroz que ganhou o certificado de produção orgânica, sem agrotóxicos

Produtor é um pioneiro na região

Há dois anos, o rizicultor Ildo Scarabeloti, 46 anos, foi um dos pioneiros da produção orgânica na região. O resultado deste ano e a certificação obtida ontem convenceram o produtor a aderir definitivamente à produção de arroz sem utilização de adubos químicos. "Agora estamos fazendo direto, porque tínhamos uma área muito inçada", afirma, para explicar que suas lavouras sofriam com o ataque de ervas daninhas. "A área fica alagada o ano inteiro e as ervas daninhas acabam sumindo", justifica. Este

ano, sete hectares de uma área total de 15 hectares da propriedade foram utilizadas para produzir arroz de forma orgânica, com auxílio da piscicultura.

A produtividade alcançou 140 sacos por hectare, uma das maiores entre as 12 propriedades certificadas. Alguns aguapés ainda insistem em se proliferar em áreas irrigadas da propriedade, mas Ildo afirma que o problema é uma questão de tempo para ser resolvido. "A carpa capim come tudo isso, e os aguapés desaparecem", explica o produtor

que se prepara para plantar a segunda safra no próximo mês. Ildo prevê que daqui há cinco anos toda a propriedade será dominada pela produção orgânica. "Só não faço antes porque não temos financiamento para isso", explica. Os produtores estão contando com a tomada de apoio do governo a tudo que envolve desenvolvimento sustentado. Essa é uma palavra de ordem no mercado internacional. O que vai valer serão os produtos que não destruíam o meio ambiente, como os que não usam agrotóxicos.